



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DA LAVOURA CAPITALISTA NO  
MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO – PR**

**MÁRCIA LÚCIA DA CRUZ**

**MARINGÁ  
2010**

**MÁRCIA LÚCIA DA CRUZ**

**AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DA LAVOURA CAPITALISTA NO  
MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO – PR**

Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Elpídio Serra

**MARINGÁ  
2010**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)**

C957a Cruz, Márcia Lúcia da  
Agricultura familiar no contexto da lavoura capitalista no Município de Campo Mourão-PR / Márcia Lúcia da Cruz. -- Maringá, 2010.  
161 f. : il. color., figs., tabs., retrs., mapas

Orientador : Prof. Dr. Elpidio Serra.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010.

1. Agricultura - Pequena propriedade - Campo Mourão-PR. 2. Setor agrícola - Tecnologias - Usos. 3. Agricultura - Estrutura fundiária. 4. Geografia - Propriedade agrícola. 5. Agricultura familiar - Viabilidade agrícola. I. Serra, Elpidio, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 21.ed.918.162

**AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DA LAVOURA CAPITALISTA NO  
MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO – PR**

Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental.

Aprovada em **27 de agosto de 2010.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Elpídio Serra  
Orientador - UEM  
Universidade Estadual de Maringá

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Angela Maria Endlich  
Membro convidado  
Universidade Estadual de Maringá

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marli Terezinha Szumilo Schlosser  
Membro convidado  
UNIOESTE

Dedico este trabalho de um modo especial a uma pessoa muito querida e pela qual tenho uma profunda admiração pessoal, meu pai (*in memoriam*) Merciano Antonio da Cruz. Um imigrante português de espírito nobre e aventureiro que fez de sua curta vida uma história escrita com fé, amor, carinho e dedicação à família.

Dedico também esta minha conquista, com enorme gratidão e com todo o meu carinho, a minha mãe Natália e a minha irmã Teresinha de Fátima, pelo apoio e compreensão para que eu pudesse atingir os meus objetivos.

## **AGRADECIMENTOS**

A princípio gostaria de agradecer a Deus pelo dom da vida.

A minha mãe e a minha irmã que me deram condições, força e coragem para a realização deste trabalho e que estão sempre presentes na minha vida.

Ao meu orientador Professor Dr. Elpídio Serra por suas sugestões, pelo apoio e atenção em sanar as dúvidas que surgiram na execução deste trabalho, mostrando-se sempre ser um grande amigo.

Aos professores e alunos do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Geografia – que contribuíram para a efetivação deste trabalho através de seus valiosos conhecimentos compartilhados.

Para não ser injusta, esquecendo de citar algum nome, agradeço também a todos os meus amigos (as) e as pessoas que direta ou indiretamente, por meio de atos ou intenções colaboraram durante a realização da pesquisa e redação desta dissertação.

A todos meus sinceros agradecimentos!

"Campos bordejados de araucárias,  
tais como taças erguidas ao céu,  
brindando o Criador  
pela exuberância de suas águas,  
fauna, flora e terra riquíssima.  
Falamos dos Campos do Mourão".

Nelson Bittencourt Prado (1917-1981)

## RESUMO

O setor agrícola de Campo Mourão e municípios vizinhos é dependente de grandes áreas e também é grande absorvedor de tecnologias, tanto químicas como mecânicas. Quando se instalou, nos anos 1960, prejudicou a manutenção das pequenas propriedades, que perdeu espaço na estrutura fundiária e teve comprometida sua viabilidade econômica. Na virada do milênio, no entanto, as pequenas unidades produtivas acabaram conquistando nova função econômica e social, graças às políticas públicas, à atuação de associações de produtores, de cooperativas, de mecanismos de crédito e de comercialização da produção. Estudar a manutenção da pequena propriedade familiar de Campo Mourão e sua convivência com as propriedades empenhadas no agronegócio constitui o objetivo principal deste trabalho. No seu contexto, o trabalho se propõe a demonstrar que a pequena propriedade é viável economicamente, mas que depende do apoio do Estado e de mecanismos para colocar seus produtos no espaço urbano.

**Palavras-chave:** Setor agrícola. Tecnologias. Estrutura fundiária. Pequena propriedade familiar. Viabilidade econômica.

## ABSTRACT

The agricultural sector of Campo Mourão and neighboring cities is dependent on large areas and is also a great observer of technologies, both chemical and mechanical. When installed in the 1960s, adversely affected the maintenance of small farms, which lost ground in the agrarian structure and had compromised its economic viability. In the new millennium, however, the small production units eventually won new economic and social function, the role of producer associations, cooperatives, credit schemes and marketing of production. Studying the maintenance of small property family Campo Mourão and his living together with the properties compromised in agribusiness constitutes the main objective of this work. In its context, the paper aims to demonstrate that the smallholding is economically feasible, but that depends on state support and mechanisms to put their products in urban space.

**Keywords:** Agricultural sector. Technologies. Agrarian structure. Small family farms. Economic viability.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Imagem de Satélite da Área Urbana do Município de Campo Mourão-PR.....	17
Figura 2: Localização e Limites do Município de Campo Mourão-PR.....	18
Figura 3: Mesorregiões Geográficas Paranaenses .....	19
Figura 4: Microrregiões Geográficas Paranaenses .....	20
Figura 5: Unidades Morfoestruturais do Paraná.....	24
Figura 6: Principais Rios do Município de Campo Mourão .....	28
Figura 7: Encontro das Frentes Pioneiras no Estado do Paraná .....	41
Figura 8: Antigos Caminhos do Paraná .....	51
Foto 1: Vista Aérea Parcial da Cidade de Campo Mourão-PR .....	22
Foto 2: Vegetação de Campo Mourão em 1948 .....	30
Foto 3: Floresta ao Norte de Campo Mourão em 1948.....	31
Foto 4: Cidade de Campo Mourão em 1948 .....	64
Foto 5: Rio Ivaí na Estrada Maringá – Campo Mourão em 1948 .....	66
Foto 6: Feira do Produtor Rural de Campo Mourão no Jardim Laura.....	105
Foto 7: Feira do Produtor Rural de Campo Mourão na Vila Urupês.....	106
Foto 8: Plantação de Trigo .....	126
Foto 9: Plantação de Soja.....	127
Foto 10: Plantação de Milho (Safrinha).....	127
Foto 11: Horta Convencional .....	131
Foto 12: Produção de Orgânicos.....	135
Foto 13: Aviário Integrado .....	143
Foto 14: Mandioca Processada .....	145
Foto 15: Produção de Queijos .....	147
Gráfico 1: Evolução do Quadro Social da COOPERMIBRA .....	116
Quadro 1: Municípios que Formam a COMCAM.....	22
Quadro 2: Agricultura Convencional X Agricultura Orgânica .....	94
Quadro 3: Relatório da Feira do Produtor Rural de Campo Mourão Referente ao Ano de 2008 .....	102
Quadro 4: Locais de Realização da Feira do Produtor Rural em Campo Mourão .....	103

Quadro 5: COAMO em Números – Exercício 2008.....	115
Quadro 6: Características do Quadro de Associados da COOPERMIBRA.....	117
Quadro 7: Número de Produtores Associados à COPROLEITE .....	123
Quadro 8: Produção de Leite no Município de Campo Mourão em 2006 .....	124
Tabela 1: Distribuição da População Rural e Urbana em Campo Mourão-PR.....	21
Tabela 2: Total de Propriedades no Município de Campo Mourão.....	107
Tabela 3: Área dos Estabelecimentos Agropecuários no Município de Campo Mourão .....	108
Tabela 4: Número de Estabelecimentos no Município de Campo Mourão por Grupos de Área Total (ha), em 31/12/1995 .....	108
Tabela 5: Área dos Estabelecimentos no Município de Campo Mourão por Condição Legal das Terras e Condição do Produtor.....	109
Tabela 6: Estabelecimentos Agropecuários no Município de Campo Mourão por Condição Legal das Terras.....	109
Tabela 7: Condição do Produtor no Município de Campo Mourão Segundo o Censo Agropecuário.....	110
Tabela 8: Número de Estabelecimentos no Município de Campo Mourão por Grupo da Atividade Econômica .....	110
Tabela 9: Número de Estabelecimentos Agropecuários Produtores de Soja, Milho e Trigo no Município de Campo Mourão .....	111

## LISTA DE SIGLAS

ACARPA	– Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
AGE	– Assembléia Geral Extraordinária
AGO	– Assembléia Geral Ordinária
AMPLE	– Associação Mourãoense dos Produtores de Leite
BIO RURAL	– Associação Agroecológica
CANGO	– Colônia Agrícola Nacional General Osório
CEFET	– Centro Federal de Educação Tecnológica
CMNP	– Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
COAMO	– Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda
COMCAM	– Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão
CONSELEITE	– Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná
COOPERMIBRA	– Cooperativa Mista Agropecuária do Brasil
COPROLEITE	– Cooperativa Regional dos Produtores de Leite
CTNP	– Companhia de Terras Norte do Paraná
DAP	– Declaração de Aptidão ao PRONAF
DGTC	– Departamento de Geografia, Terras e Colonização
EMATER	– Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	– Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAEP	– Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FAO	– Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FECILCAM	– Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão
FETAEP	– Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
HORTICAMPO	– Associação dos Produtores Hortigranjeiros de Campo Mourão
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M	– Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	– Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ITCF	– Instituto de Terras, Cartografia e Florestas
MARIPÁ	– Companhia Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A.
MERCOSUL	– Mercado Comum do Sul
MINEROPAR	– Minerais do Paraná S.A.
MRGs	– Microrregiões Geográficas

MRH	–	Microrregião Homogênea
OGMs	–	Organismos Geneticamente Modificados
PNUD	–	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	–	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEBRAE	–	Serviço de Apoio a Pequena Empresa
SENAR	–	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SICREDI	–	Sistema de Crédito Cooperativo
SIF/DIPOA	–	Serviço de Inspeção Federal
SIM/POA	–	Serviço de Inspeção Municipal
SIP	–	Serviço de Inspeção do Paraná
UFTPR	–	Universidade Federal Tecnológica do Paraná

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1 CAMPO MOURÃO: ASPECTOS FÍSICOS E GEOGRÁFICOS</b> .....	17
1.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA.....	17
1.2 A MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO.....	19
1.3 ASPECTOS FÍSICOS DA ÁREA DE ESTUDO.....	23
<b>2 A COLONIZAÇÃO E A PEQUENA PROPRIEDADE NO PARANÁ</b> .....	33
2.1 EXPEDIÇÕES MILITARES NO TERRITÓRIO PARANAENSE.....	35
2.2 OCUPAÇÃO DOS CAMPOS DE GUARAPUAVA.....	36
2.3 DESLOCAMENTO DAS FRENTE PIONEIRAS NO PARANÁ.....	38
<b>2.3.1 Paraná tradicional</b> .....	42
<b>2.3.2 Região norte</b> .....	43
<b>2.3.3 Regiões oeste e sudoeste</b> .....	46
2.4 DESCOBERTA DOS CAMPOS DO MOURÃO .....	49
2.5 POVOAMENTO DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO.....	54
2.6 MOTIVAÇÃO ECONÔMICA LOCAL.....	67
<b>3 A PROPRIEDADE FAMILIAR NO CONTEXTO DA QUESTÃO AGRÁRIA</b> .....	72
3.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA QUESTÃO AGRÁRIA .....	72
3.2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA.....	82
<b>3.2.1 Diferenças entre agricultores familiares e patronais</b> .....	89
3.3 O PAPEL DA EMATER NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO .....	91
<b>3.3.1 A importância do PRONAF e da DAP para a agricultura familiar</b> .....	92
3.4 A PRÁTICA DA AGRICULTURA ALTERNATIVA .....	93
3.5 A PRÁTICA DA AGROECOLOGIA .....	96
3.6 A PRÁTICA DA AGRICULTURA ORGÂNICA EM CAMPO MOURÃO.....	98
3.7 A ORIGEM DAS FEIRAS .....	100
3.8 A FEIRA DO PRODUTOR RURAL EM CAMPO MOURÃO .....	101
3.9 ANÁLISE DE DADOS DO INCRA .....	106
3.10 ANÁLISE DE DADOS DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS .....	107
<b>4 A PROPRIEDADE FAMILIAR E SUAS RELAÇÕES COM O MERCADO</b> .....	112
4.1 O PAPEL DA COAMO NO SETOR AGROINDUSTRIAL.....	112
4.2 O PAPEL DA COOPERMIBRA NO SETOR DA AGROPECUÁRIA.....	116
<b>4.2.1 Quadro social da COOPERMIBRA</b> .....	117

<b>4.2.2</b>	<b>Parceria entre a COOPERMIBRA e a C. VALE</b> .....	119
<b>4.3</b>	<b>O PAPEL DA COPROLEITE NO SETOR DA PECUÁRIA LEITEIRA</b> .....	120
<b>4.3.1</b>	<b>A produção de leite na região de Campo Mourão</b> .....	121
<b>4.3.2</b>	<b>Quadro social da COPROLEITE</b> .....	123
<b>4.3.3</b>	<b>Análise de dados da pecuária leiteira na região de Campo Mourão</b> .....	124
<b>4.4</b>	<b>A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE CAMPO MOURÃO</b> .....	125
<b>4.4.1</b>	<b>Produtora de foliáceos</b> .....	128
<b>4.4.2</b>	<b>Horticultor</b> .....	129
<b>4.4.3</b>	<b>Organocultor</b> .....	132
<b>4.4.4</b>	<b>Organocultor e panificador</b> .....	133
<b>4.4.5</b>	<b>Apicultor</b> .....	136
<b>4.4.6</b>	<b>Apicultor</b> .....	138
<b>4.4.7</b>	<b>Piscicultor</b> .....	139
<b>4.4.8</b>	<b>Bovinocultor</b> .....	140
<b>4.4.9</b>	<b>Produtor de leite</b> .....	140
<b>4.4.10</b>	<b>Agricultora e avicultora</b> .....	141
<b>4.4.11</b>	<b>Agricultor e processador de mandioca</b> .....	144
<b>4.4.12</b>	<b>Agricultora e produtora de queijo</b> .....	146
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	148
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	150
	<b>APÊNDICES</b> .....	156
	<b>APÊNDICE A – ENTREVISTA EMATER</b> .....	157
	<b>APÊNDICE B – ENTREVISTA COAMO</b> .....	158
	<b>APÊNDICE C – ENTREVISTA COOPERMIBRA</b> .....	159
	<b>APÊNDICE D – ENTREVISTA COPROLEITE</b> .....	160
	<b>APÊNDICE E – ENTREVISTA PEQUENOS PRODUTORES RURAIS</b> .....	161

## INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um estudo sobre a agricultura familiar no contexto da lavoura capitalista no município de Campo Mourão, Estado do Paraná. O estudo é realizado através de pesquisa com ênfase na área de concentração de Análise Regional e Ambiental e linha de pesquisa na Organização do Espaço Habitado, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá.

O presente trabalho tem como enfoque a questão do desenvolvimento econômico regional, com oportunidades do aumento da empregabilidade no campo, já que a existência de uma agricultura diversificada e em algumas situações especializada é importante fonte de renda para muitos pequenos produtores rurais em Campo Mourão e demais municípios vizinhos.

Verificamos que no município o pequeno agricultor tem a possibilidade de manter-se no campo junto com sua família, trabalhando na sua propriedade com formas alternativas de produção como: o leite e seus derivados, o mel, os hortifrutigranjeiros, a agricultura orgânica ou mesmo com a criação de peixes ou aves, no abastecimento do comércio local e regional.

Apresentamos nesta pesquisa a prática da diversificação na pequena propriedade, como alternativa de permanência no campo do pequeno agricultor e de sua família, através da cooperativa regional dos produtores de leite, das feiras do produtor rural, do plantio de produtos orgânicos, da construção de áreas de pesque-pague ou aviários de produção integrada em algumas propriedades do município.

Os objetivos desta pesquisa são estudar as formas alternativas de produção e sobrevivência que sustentam a permanência no campo do pequeno produtor rural familiar no município. Assim como, entender as modificações que o sistema capitalista produz no espaço geográfico de Campo Mourão; analisar a importância do trabalho familiar no contexto do espaço agrário do município; discutir a manutenção populacional na região de abrangência e influência das formas alternativas de sobrevivência do pequeno produtor rural; além de compreender o processo de diversificação da propriedade e permanência do pequeno produtor rural e de sua família no campo.

Consiste também em verificar a importância da ajuda de órgãos públicos e de iniciativas particulares que viabilizam alternativas de sobrevivência do pequeno produtor rural no município; analisar os índices econômicos e sociais apresentados no município visando à identificação do perfil econômico dos produtores em Campo Mourão; comparar dados sobre a

quantidade da produção colhida e comercializada; verificar a representatividade dos pequenos agricultores no quadro associativo da COAMO, COOPERMIBRA e COPROLEITE.

A partir dos referenciais teóricos e de campo, produziu-se o texto final da Dissertação de Mestrado, utilizando-se na abordagem o método histórico crítico por ser o mais adequado ao tema pesquisado. Esse método foi adotado porque permite a realização de um trabalho crítico, e ao mesmo tempo possibilita interagir com as fontes orais.

Com relação à metodologia adotada para o estudo da temática proposta, optamos por trabalhar com entrevistas e coleta de dados junto aos órgãos públicos e empresas privadas relacionadas ao trabalho de campo propriamente dito.

Depois da escolha da metodologia a ser utilizada no trabalho e da adoção das entrevistas como técnica de pesquisa passa-se a fase da realização das mesmas, onde a seleção dos depoentes obedeceu ao critério de entrevistar pessoas que fossem pequenos produtores rurais no município de Campo Mourão, para a organização de um banco de dados e posterior sistematização das informações.

No decorrer da pesquisa entrevistamos pequenos produtores rurais em Campo Mourão, tais como: produtora de foliáceos, horticultor, organocultor, organocultor e panificador, apicultores, piscicultor, bovinocultor, produtor de leite, agricultora e avicultora, agricultor e processador de mandioca, agricultora e produtora de queijo.

As entrevistas não foram gravadas, mas sim registradas pela própria pesquisadora atendendo ao pedido dos produtores rurais, enquanto estes dialogavam livremente a respeito dos itens tratados na pesquisa. Assim, decidimos por resguardar a identidade dos entrevistados, motivo pelo qual aparecem apenas as iniciais dos seus nomes.

Para a realização das pesquisas de campo foram feitas visitas às feiras do produtor rural, em propriedades que possuem o sistema de pesque-pague, de aviário de produção integrada, de produção de leite in natura e nas que praticam agricultura convencional ou orgânica para a coleta de dados e informações.

Durante as entrevistas conseguimos a permissão para fotografar produtos obtidos na pequena propriedade e também na comercialização das feiras do produtor rural.

O trabalho conta com dados obtidos junto a órgãos públicos como a EMATER, o IBGE, o INCRA e a Prefeitura Municipal de Campo Mourão, para a elaboração de mapas, quadros, gráficos e tabelas.

Realizamos visitas às seguintes cooperativas: COAMO, COOPERMIBRA e COPROLEITE, em busca de dados que explicassem as nossas indagações quanto à representatividade dos pequenos agricultores no quadro associativo destas cooperativas.

Analisamos documentos e estatutos disponibilizados pela EMATER e COPROLEITE para a leitura e pesquisa. Utilizamos instrumentos de pesquisa como livros, jornais, revistas e outras mídias escritas, além de imagens, fotos, do auxílio da Internet e de outros meios quando possível.

Para atingir os objetivos deste trabalho estabeleceram-se alguns procedimentos metodológicos como em princípio à realização de um levantamento bibliográfico sobre a história de Campo Mourão, bem como, uma revisão minuciosa em todo o material encontrado com referência ao tema agricultura familiar.

A Dissertação está estruturada em quatro capítulos. A seguir, apresentamos algumas das principais características na redação de cada capítulo.

No primeiro capítulo, apresenta-se o município de Campo Mourão quanto aos seus aspectos físicos e geográficos e sintetiza-se a história do local.

No segundo capítulo, resgata-se sinteticamente a colonização do município e valoriza-se, na colonização, a inserção da pequena propriedade. Assim como, busca-se exprimir qual é o significado de pequena propriedade no contexto da realidade local.

No terceiro capítulo, analisa-se a propriedade familiar no contexto da questão agrária, onde, conceitua-se a pequena propriedade valorizando a que é explorada pela família. Explica-se, também, a importância da propriedade familiar a partir de depoimentos e de referenciais bibliográficos.

Finalmente, no quarto capítulo estuda-se a propriedade familiar e suas relações com o mercado. Com base nas entrevistas realizadas se expõe as relações que a propriedade familiar mantém com o mercado em Campo Mourão.

Com a discussão desses temas procuramos contribuir com uma pequena parcela para o conhecimento sobre a manutenção da pequena propriedade familiar no município, entretanto, as informações contidas neste estudo não esgotam as possibilidades de novas pesquisas sobre a temática proposta.

# 1 CAMPO MOURÃO: ASPECTOS FÍSICOS E GEOGRÁFICOS

## 1.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

O município de Campo Mourão situa-se na Zona Fisiográfica do rio Ivaí e a posição geográfica de sua sede compreende-se entre as Coordenadas Geográficas – 24°02'38" de Latitude Sul e 52°22'40" de Longitude Oeste do Meridiano de Greenwich.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2007, o município localizado na região Noroeste do Estado do Paraná, apresenta uma altitude de 630 metros acima do nível do mar e ocupa uma área de 768,2 km<sup>2</sup>.

A Figura subsequente é uma imagem de satélite, onde podemos visualizar a área urbana do município de Campo Mourão.



Figura 1: Imagem de Satélite da Área Urbana do Município de Campo Mourão-PR  
Fonte: Imagem Obtida pelo Software Google Earth (2009).

O município é formado pelos distritos de Campo Mourão e Piquirivaí. Possui limites municipais ao Norte com o município de Peabiru; ao Sul com Luiziana; a Leste com Corumbataí do Sul; a Oeste com Farol e Mamborê; a Noroeste com Araruna; e a Nordeste com Barbosa Ferraz.

Estes limites municipais podem ser observados na Figura 2.

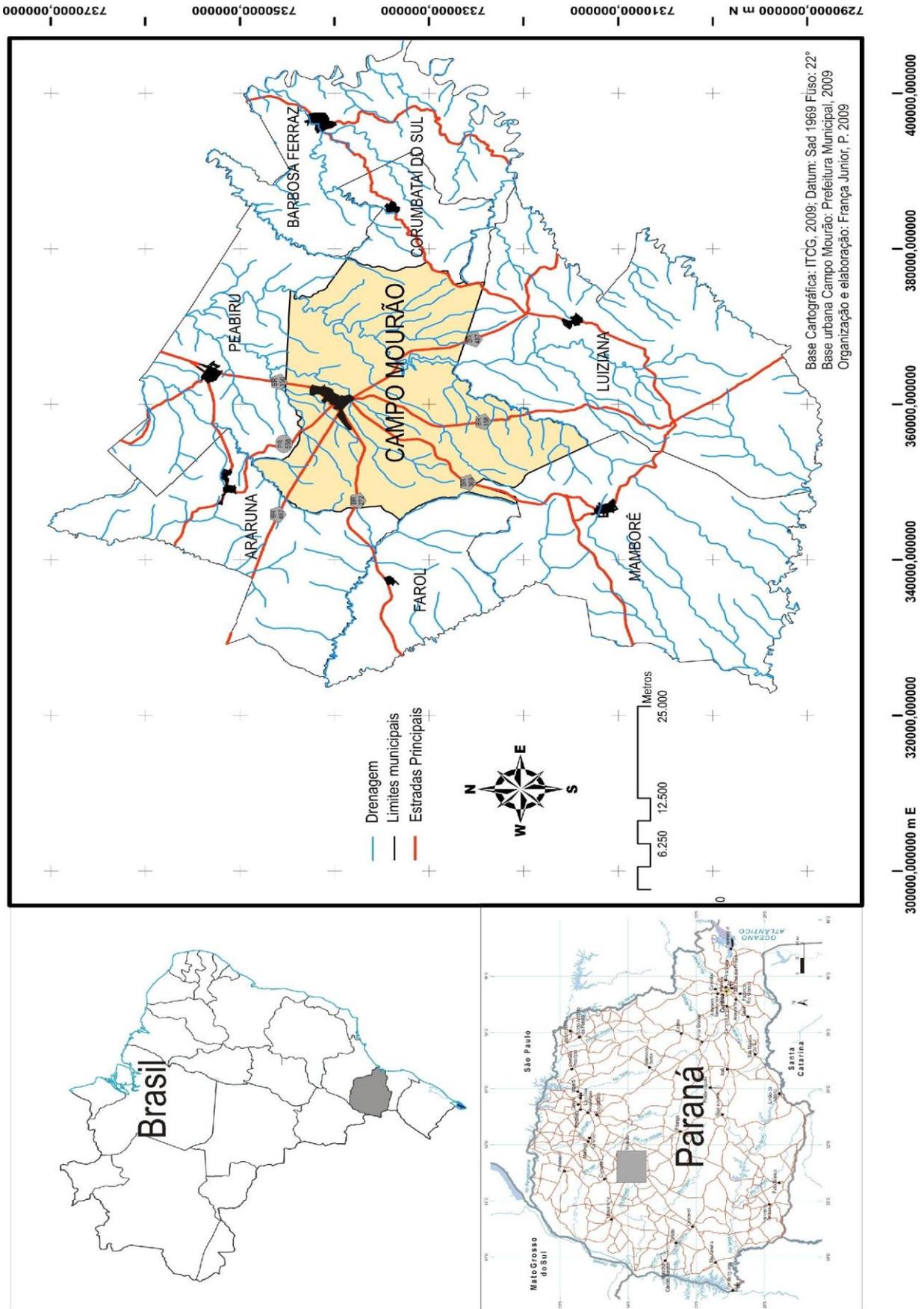


Figura 2: Localização e Limites do Município de Campo Mourão-PR  
 Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Mourão (2009).  
 Organização: FRANÇA (2009).

Segundo dados recentes do IBGE, o município de Campo Mourão foi um dos poucos municípios do Paraná que conseguiu manter o número total de habitantes estável nos últimos anos. Como município situado na região Centro-Oeste do Paraná, possui uma posição geográfica privilegiada, pois está localizado em um importante entroncamento rodoviário do Estado fazendo parte da rota do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

## 1.2 A MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO

Os municípios paranaenses foram agrupados pelo IBGE em 10 grandes áreas, como podemos visualizar na Figura 3, as chamadas Mesorregiões Geográficas que se subdividem em partes menores num total de 39 Microrregiões Geográficas (MRGs).



Figura 3: Mesorregiões Geográficas Paranaenses

Fonte: Base Cartográfica do IPARDES (2010).

Organização: CRUZ (2010).

Campo Mourão é um município da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense<sup>1</sup>, a qual é formada pela união de 25 municípios agrupados em duas Microrregiões, sendo uma a de Campo Mourão e a outra de Goioerê.

A Microrregião Geográfica de Campo Mourão<sup>2</sup> situa-se na porção meridional do Trópico de Capricórnio (23°27'30" de Latitude Sul) entre os paralelos 23° e 25°.

A referida Microrregião Geográfica<sup>3</sup>, como podemos observar na Figura 4, compreende os 14 municípios a seguir: Araruna, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana, Mamborê, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador e Terra Boa.



Figura 4: Microrregiões Geográficas Paranaenses

Fonte: Base Cartográfica do IPARDES (2010).

Organização: CRUZ (2010).

<sup>1</sup> A população da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense foi estimada em 2009 pelo IBGE em 323.304 habitantes, apresenta uma densidade demográfica de 27,1 hab./km<sup>2</sup> e ocupa uma área total de 11.937,031 km<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Anteriormente denominada de Microrregião Homogênea de Campo Mourão (MRH 286).

<sup>3</sup> A população da Microrregião Geográfica de Campo Mourão foi estimada em 2009 pelo IBGE em 203.768 habitantes e ocupa uma área total de 7.069,266 km<sup>2</sup>.

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)<sup>4</sup> atingiu 0,774. Segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8).

De acordo com o Censo Demográfico em 2000, a população total do município era composta por 80.476 habitantes, sendo que 74.754 habitantes integravam a população urbana e 5.722 habitantes formavam a população rural, conforme demonstra a Tabela 1. Campo Mourão apresenta um grau de urbanização de 92,89%.

Tabela 1: Distribuição da População Rural e Urbana em Campo Mourão-PR

Anos	População Total	População Rural	%	População Urbana	%
1970	77.118	49.207	63,8	27.911	36,2
1980	75.423	26.084	34,58	49.339	65,42
1991	82.318	9.983	12,13	72.335	87,87
2000	80.476	5.722	7,11	74.754	92,89

Fonte: IBGE (2009).

Organização: CRUZ (2010).

Os dados populacionais na Tabela 1 revelam que em 1970 o total da população rural no município era superior ao total da população urbana. Na década seguinte, ocorre uma inversão expressiva e o total da população urbana passa a ser maior que o total da população rural, devido ao êxodo rural provocado pela modernização da agricultura. No período de 1991 a 2000, o total da população urbana permanece crescendo em relação ao total da população rural que continua decrescendo no município.

Campo Mourão possui uma população de 82.530 habitantes através de contagem realizada pelo IBGE em 2007 e apresenta uma densidade demográfica de 108,7 hab/km<sup>2</sup>, de acordo com dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) em 2007. Segundo o IBGE em 2009, a população do município foi estimada em 85.896 habitantes.

Atualmente, é município sede da Microrregião 12, a qual agrega 25 municípios que formam a Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão (COMCAM), conforme observamos no Quadro 1, totalizando uma população de 356.191 habitantes e segundo o IBGE polariza os interesses sociais, políticos e econômicos dos municípios próximos a ele.

<sup>4</sup> O IDH-Municipal é obtido pela média aritmética simples de três subíndices, referentes às dimensões Longevidade (IDHM-Longevidade), Educação (IDHM-Educação) e Renda (IDHM-Renda).

<b>COMUNIDADE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO (COMCAM)</b>	
1- Altamira do Paraná	14- Juranda
2- Araruna	15- Luiziana
3- Barbosa Ferraz	16- Mamborê
4- Boa Esperança	17- Moreira Sales
5- Campina da Lagoa	18- Nova Cantu
6- Campo Mourão	19- Peabiru
7- Corumbataí do Sul	20- Quarto Centenário
8- Engenheiro Beltrão	21- Quinta do Sol
9- Farol	22- Rancho Alegre d'Oeste
10- Fênix	23- Roncador
11- Goioerê	24- Terra Boa
12- Iretama	25- Ubiratã
13- Janiópolis	

Quadro 1: Municípios que Formam a COMCAM  
Organização: CRUZ (2009).

Nos demais municípios que compõem a COMCAM, houve uma diminuição populacional muito significativa, já que a falta de vagas ofertadas para o trabalho assalariado tanto no campo quanto na cidade, fez com que muitas pessoas e até famílias inteiras migrassem para outras regiões do Estado (Curitiba) e do país (São Paulo). Podemos visualizar parte da cidade de Campo Mourão na Foto subsequente.



Foto 1: Vista Aérea Parcial da Cidade de Campo Mourão-PR  
Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Mourão (2008).

Predominantemente de base agrícola, o município tem no plantio de soja e milho seus principais produtos, sendo sede da maior cooperativa do Brasil e a terceira maior do mundo – a empresa denominada COAMO Agroindustrial Cooperativa.

Nos últimos anos, a cidade tem atraído empresas de grande porte como a Colacril Auto Adesivos Paraná Ltda (maior fábrica de produtos adesivados da América Latina), a VRI Eletrônica, como também o grupo norte-americano Tyson Foods, maior processador de carnes do mundo, empresa com 70% de participação no Complexo Industrial da Frangobras inaugurado recentemente.

### 1.3 ASPECTOS FÍSICOS DA ÁREA DE ESTUDO

Uma grande extensão do território paranaense corresponde a planaltos que declinam de leste para oeste e noroeste. Segundo Wons (1994), sendo constituídos por terrenos arenítico-basálticos que formam o Planalto Meridional Brasileiro e por terrenos cristalinos que margeiam o Oceano Atlântico.

Apresentam uma paisagem natural com escarpas ou “cuestas”<sup>5</sup> que compreendem degraus caracterizando a formação geológica do território paranaense. De acordo com Wons (1994, p. 32), “o relevo paranaense, em sua maior parte, forma-se de um vasto planalto suavemente inclinado nas direções noroeste, oeste e sudoeste do Estado do Paraná”.

A partir da subdivisão elaborada por Reinhard Maack, obtêm-se a identificação do planalto de Campo Mourão no complexo morfológico paranaense. Maack (1981), afirma que é possível distinguir-se no Estado do Paraná cinco grandes regiões de paisagens naturais, determinadas pela escarpa de falha e pela serra marginal do complexo cristalino, como também pelas escarpas de estratos do devoniano e do triássico-jurássico. Sendo assim, as cinco paisagens naturais em destaque, são:

- 1- Litoral;
- 2- Serra do Mar;
- 3- Primeiro Planalto ou Planalto de Curitiba;
- 4- Segundo Planalto ou Planalto de Ponta Grossa;
- 5- Terceiro Planalto ou Planalto de “trapp” do Paraná ou Planalto de Guarapuava.

As atividades vulcânicas no Brasil deram origem aos derrames de lavas, portanto,

---

<sup>5</sup> Resultantes da erosão regressiva, as cuestas são formas de relevo que apresentam um lado escarpado e o outro em declive suave. No Paraná, os planaltos são separados pela escarpa Devoniana e pela escarpa da Esperança, ambas vêm do estado de São Paulo, penetrando pelo norte e nordeste do estado, em forma de um arco, seguindo em direção sul do Brasil.

É interessante salientar que, muitas vezes, a erosão e a decomposição seletivas fizeram ressaltar, na topografia, as unidades dos derrames. São conhecidos os beirais abruptos na orla oriental das efusivas basálticas do Sul do Brasil, formando verdadeiras escadas de degraus sucessivos (aliás, de onde vem o nome sueco *trapp*, escada) (LEINZ, 1989, p. 290, grifo do autor).

As terras localizadas a oeste da escarpa da Esperança (Serra Geral), constituem o terceiro planalto paranaense que ocupa dois terços da área do Estado, correspondendo ao planalto mais extenso, como podemos identificar na Figura 5.

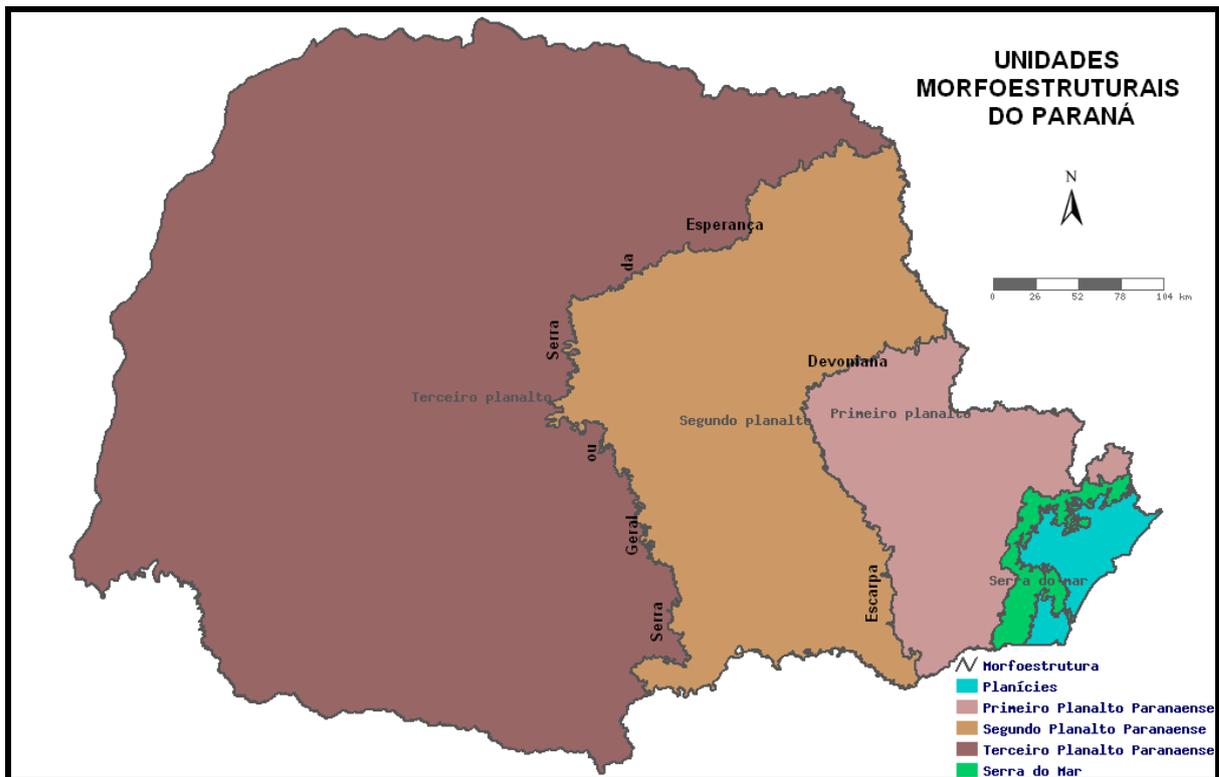


Figura 5: Unidades Morfoestruturais do Paraná

Fonte: MINEROPAR (2010).

Organização: CRUZ (2010).

O município de Campo Mourão pertence ao Terceiro Planalto Paranaense e está localizado entre os rios Ivaí e Piquiri. Possui uma topografia plana e relevo com declividade suave. Apresenta vales entalhados com grande potencial econômico.

Em virtude deste último compartimento, o Planalto de Guarapuava não manter uma unidade contínua, o mesmo, também foi subdividido por Maack (1981), em cinco regiões geográficas naturais delimitadas pelos vales dos rios Tibagi, Iguaçu, Piquiri e Ivaí, em:

- a) Blocos Planálticos de Cambará e São Jerônimo da Serra;
- b) Bloco do Planalto de Apucarana;
- c) Bloco do Planalto de Campo Mourão;

- d) Bloco do Planalto de Guarapuava;
- e) Declive do Planalto de Palmas.

Geologicamente, o bloco do planalto de Campo Mourão que compreende a porção média do planalto de “trapp”, para Wons (1994), corresponde ao vasto derrame de rochas eruptivas (basaltos, diabásios, meláfiros) e também a formação dos depósitos de arenitos (Botucatu e Caiuá) da era Mesozóica<sup>6</sup>.

Quanto aos acontecimentos geológicos mesozóicos no sul do Brasil, as pesquisas demonstram que:

O clima árido dessa era formou um extenso deserto, cujos vestígios são os arenitos Botucatu e Caiuá. O arenito *Botucatu* aparece exposto na escarpa (Serra da Esperança) que separa o segundo do terceiro planalto paranaense, e por afloramentos em vários locais do Estado do Paraná. Por sua vez, o arenito *Caiuá*, de formação geológica mais recente (período Cretáceo) encontra-se assentado sobre os últimos derrames vulcânicos mesozóicos, particularmente na porção do noroeste paranaense (WONS, 1994, p. 27, grifos do autor).

Dessa forma, faz parte de uma destas cinco subdivisões o denominado “Planalto de Campo Mourão” (650 m), que de acordo com Maack (1981) se desenvolve num percurso de 265 km, desde a testa da escarpa da Serra da Boa Esperança que de 1.150 m declina para 225 m na calha do rio Paraná, onde a parte mais elevada deste divisor dos rios Ivaí e Piquiri, apresenta mesetas muito características.

Por conseguinte, o município e a própria cidade configura uma dessas mesetas, apresentando cotas de altitude que variam entre 623 e 629 m acima do nível do mar<sup>7</sup>, segundo medidas realizadas pelo estudioso Reinhard Maack em pontos diferentes onde a cidade se desenvolve.

A porção média do planalto de “trapp”, entre os rios Ivaí e Piquiri, o bloco planáltico de Campo Mourão [...] é separado pelos vales dos rios Turvo, Cachoeira e Marrecas da parte meridional do terceiro planalto, ou planalto de Guarapuava [...] que se estende entre os rios Piquiri e Iguaçu (MAACK, 1981, p. 85).

Nas regiões geográficas naturais paranaenses, Maack (1981) destaca que:

O bloco médio do terceiro planalto, de Campo Mourão, é caracterizado por mesetas e largos platôs na vertente de águas entre os rios Ivaí, Cantu e Piquiri, sendo

---

<sup>6</sup> Era Mesozóica, período Jurássico, cuja duração evolutiva – tectônica, é calculada em 140 milhões de anos.

<sup>7</sup> Segundo Veiga (1999), o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF) registrou 630 m para o ponto culminante da cidade de Campo Mourão, localizado mais precisamente entre as Avenidas Capitão Índio Bandeira e Irmãos Pereira com as Ruas Mato Grosso e Santa Catarina.

profundamente entalhado a sudeste, formando as mesetas das *serras de Pitanga* com altitudes de 950 a 1.050 m s.n.m. (MAACK, 1981, p. 422-23, grifo do autor).

A pedologia do município de Campo Mourão faz parte da série Grupo São Bento, constituído por um solo predominante do tipo Latossolo Vermelho Ferríco (Latossolo roxo), de textura argilosa, profundo, fértil e com capacidade para sustentar a atividade agrícola do município, principalmente a produção de grãos como a soja, o milho e o trigo.

Nesse sentido Maack (1981) afirma que:

No bloco central [...] o arenito São Bento Superior ou Caiuá evidencia a mesma espessura entre os cursos inferiores dos rios Ivaí e Piquiri, estendendo-se para leste como uma larga faixa sobre os derrames de “trapp”. As capas de arenitos vermelhos terminam numa altitude de 599 m s.n.m., aproximadamente a 8 km a leste de Campo Mourão. Todavia, ocorrem ainda a sudeste e sudoeste, cobrindo inúmeros platôs e pequenas mesetas entre os rios Cantu e Goiô-Erê com uma espessura de 20 a 60 m (MAACK, 1981, p. 422).

Como os solos férteis desta região constituíram-se no principal fator de atração da colonização, a cultura do café desenvolveu-se em áreas impróprias para o seu plantio. Estabelecendo-se assim, um limite climático para a produção do café – o paralelo 24° Sul.

No oeste do Estado do Paraná encontra-se uma grande área de terras roxas, tanto de alta fertilidade (Latossolo Roxo Eutrófico e Terra Roxa Estruturada) como de média fertilidade (Latossolo Roxo Distrófico). As terras roxas de alta fertilidade foram inicialmente muito procuradas para plantio do café, apesar de serem mais apropriadas para cultivos anuais devido à ocorrência periódica, nesse Estado, de geadas prejudiciais aos cafezais (LEPSCH, 1993, p.131-32).

Lembrando que,

Muito conhecida é a terra-roxa, originada da decomposição de diabásios. Tendem geralmente para a laterização, porém nem sempre. Muitas vezes são caulínicas. São solos excelentes para a agricultura, quando virgens, pelo alto conteúdo em matéria orgânica. Se esta diminuir pelo cultivo, sem serem adubados com matéria orgânica, verifica-se a coagulação dos colóides, lixiviação rápida dos iontes em solução e precipitação de hidróxidos abaixo do horizonte A, formando uma zona endurecida, entre 30 e 60 cm de profundidade, após 20 a 30 anos de cultivo. Esta zona é impermeável à água, impedindo também o crescimento das raízes, a troca dos elementos, etc., tornando-se com isso um mau solo para a agricultura (LEINZ, 1989, p. 69).

Para Wons (1994), os solos de origem eruptiva derivam da decomposição dos derrames de lavas, como os basaltos (rochas ígneas ou magmáticas) que ocorreram em eras passadas. Sendo o seu tipo mais comum denominada popularmente de “terra roxa”, que é encontrada na maior parte do Terceiro Planalto Paranaense.

No município de Campo Mourão, cuja base econômica é a agricultura, encontra-se solos de origem da decomposição de rochas magmáticas (basalto) e rochas sedimentares (arenito).

Segundo Souza<sup>8</sup> (2003 apud COSTA, 2005, p. 35), “nos locais de ocorrência de basalto são identificados Latossolo Vermelho, Nitossolo Vermelho e Neossolo Litólico e nas áreas de ocorrência do arenito são identificados Latossolo Vermelho e Argissolo Vermelho”.

De acordo com Nakashima e Nóbrega<sup>9</sup> (2003 apud COSTA, 2005, p. 35),

Nas áreas de ocorrência de rochas básicas, onde o relevo apresenta-se suavemente ondulado predominam o Latossolo Vermelho, textura argilosa, encontrado nos topos e altas vertentes, em direção a jusante, nas médias e baixas vertentes são encontrados os Nitossolos Vermelhos e nas áreas de ocorrência do Arenito Caiuá observa-se à presença do Latossolo Vermelho textura arenosa/média nos topos e altas vertentes, e nas médias e baixas vertentes aparecem o Argissolo Vermelho.

Em relação à geomorfologia do território paranaense, esta reflete as características de suas redes hidrográficas, apresentando como divisor das águas a serra do Mar. Segundo Wons (1994), isto faz com que 92% de suas águas fluviais corram para a bacia do rio Paraná, enquanto que as demais, para a bacia Litorânea.

Os afluentes que tributam suas águas no rio Paraná são de grande porte, com destaque para os rios Paranapanema, Ivaí, Piquiri e Iguaçu.

Alguns dos afluentes da margem esquerda do rio Ivaí<sup>10</sup> e da margem direita do rio Piquiri<sup>11</sup>, constituem a rede hidrográfica que drena a Microrregião Geográfica de Campo Mourão.

Como a malha urbana mourãoense está assentada sobre um platô ou meseta, ela apresenta-se dividida por um espigão principal na direção nordeste/sudoeste, que a separa em duas sub-bacias de drenagem, onde uma pertence ao rio km 119 e a outra ao rio do Campo, no qual se faz a captação de água que abastece a população da cidade.

---

<sup>8</sup> SOUZA, Marta Luzia de. Caracterização geotécnica básica dos materiais inconsolidados do município de Campo Mourão (Pr). In: ENCONTRO GEOTÉCNICO DO TERCEIRO PLANALTO PARANAENSE. ENGEOPAR, 1., 2003, Maringá. **Anais...** Maringá: [s.n.], 2003.

<sup>9</sup> NAKASHIMA, Paulo; NÓBREGA, Maria Teresa de. Solos do terceiro planalto do Paraná – Brasil. In: ENCONTRO GEOTÉCNICO DO TERCEIRO PLANALTO PARANAENSE. ENGEOPAR, 1., 2003, Maringá. **Anais...** Maringá: [s.n.], 2003.

<sup>10</sup> Com um percurso de 685 km, é um dos principais afluentes do rio Paraná. Formado pela junção dos rios São João e dos Patos, nasce no município de Prudentópolis. Seus principais afluentes são pela margem esquerda os rios Corumbataí e Mourão e pela margem direita o rio Alonzo.

<sup>11</sup> Nasce na serra da Esperança e tem um percurso de 485 km. Seus principais afluentes pela margem direita são os rios Cantu, Goio-Bang e Goioerê e pela margem esquerda o rio do Cobre.

O município pertence a bacia hidrográfica do rio Ivaí, sendo seu rio mais importante o rio Mourão que atravessa o município de sul a norte, conforme observamos na Figura 6. A vazão deste rio, associada a topografia de seu vale, oferece o maior potencial hidrodinâmico do município explorado com a construção da Usina Hidrelétrica Mourão.

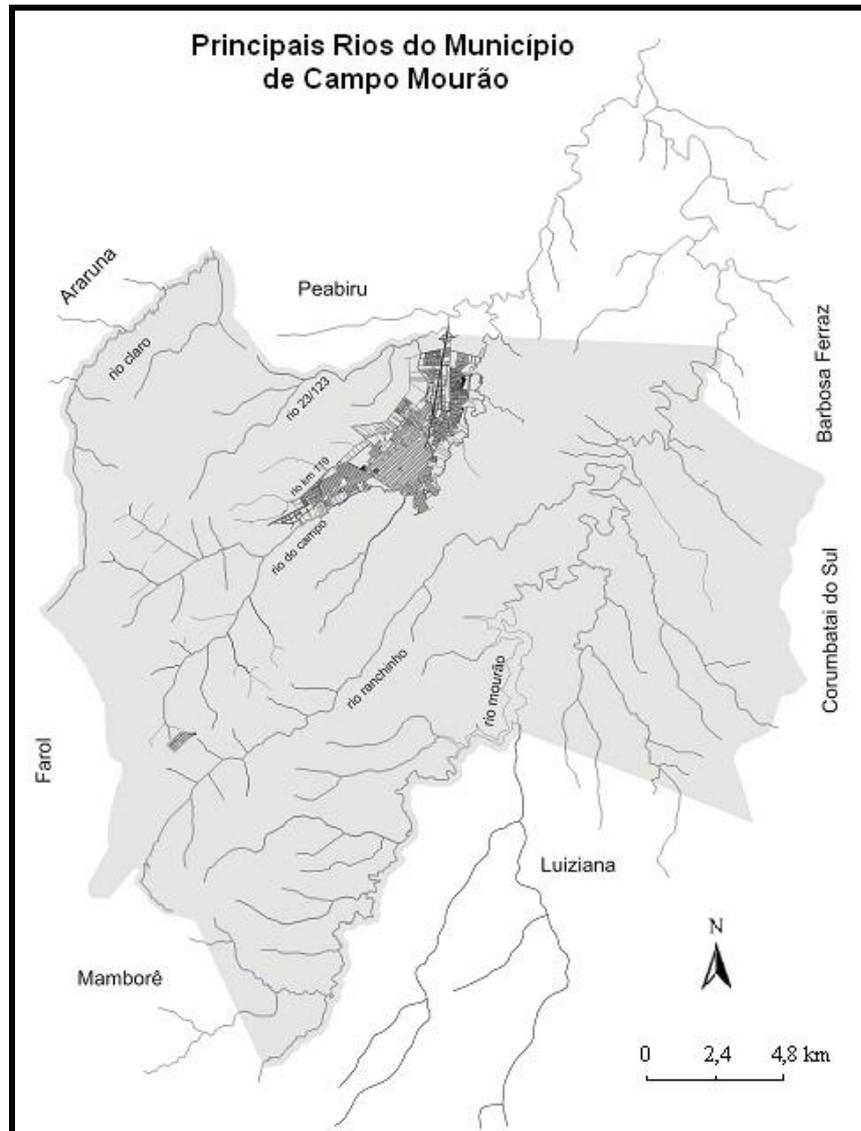


Figura 6: Principais Rios do Município de Campo Mourão

Fonte: Agenda 21 Mirim (2008).

Organização: CRUZ (2010).

Os principais rios que banham o município são: rio da Várzea, rio Mourão e rio Ranchinho. Outros como o rio km 119 (afluente do rio 23) e o rio do Campo, são importantes condicionantes físicos naturais à expansão urbana de Campo Mourão, conforme demonstra a Figura 6.

Quanto ao clima, segundo Wons (1994, p. 72, grifos do autor), “a maior parte da área territorial do Estado do Paraná, localiza-se na região de clima *Subtropical*, onde dominam temperaturas amenas e, uma pequena parte, encontra-se na região de clima *Tropical*”.

Conforme a classificação de Wladimir Köppen<sup>12</sup>, no Estado do Paraná há o domínio do clima do tipo C (Mesotérmico) e em segundo lugar, do clima do tipo A (Tropical Chuvoso), subdivididos da seguinte forma: Af (Clima Tropical Superúmido); Cfb (Clima Subtropical Úmido); e Cfa (Clima Subtropical Úmido)<sup>13</sup>.

De acordo com a classificação de Köppen, no município de Campo Mourão, há o predomínio do clima do tipo Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfa), com verões quentes e invernos moderadamente frios e secos, as geadas são pouco frequentes, apresentando tendência de concentração das chuvas nos meses de verão. Sendo que, a média das temperaturas dos meses mais quentes é superior a 22° C e a dos meses mais frios é inferior a 18° C.

A umidade relativa do ar atinge valores compreendidos entre 70% e 80%. Os índices pluviométricos apresentam-se em média entre 1.400 mm e 1.500 mm por ano. Os ventos predominantes na região são os de quadrante nordeste, enquanto que, no inverno os ventos sopram de sul e sudoeste, apresentando probabilidades de geadas.

Afirmam os pesquisadores que seria necessário no mínimo, um período de 30 anos de coleta de dados, para que o acervo de informações meteorológicas revelasse através da análise de vários elementos, especialmente a temperatura e a precipitação, condições para a elaboração de uma nova classificação climática regional.

Ávila (2002, p. 55) observa que:

Segundo dados da Estação Climatológica Principal de Campo Mourão, a média térmica dos últimos 10 anos tem sido caracterizada por um aumento do índice de precipitação, de 1.500 para 1.700 mm anuais, ainda não se tem pesquisa suficiente para abordagem de um estudo que possa elaborar uma nova classificação climática, mesmo que seja em nível regional.

Para Wons (1994), com base na vegetação original que recobria todo o Estado do Paraná, as matas que formavam as paisagens naturais paranaenses podem ser agrupadas em: Mata de Araucária, Mata Atlântica, Mata Tropical do Norte e Noroeste e a Mata Pluvial

---

<sup>12</sup> Notável climatologista alemão que considerou na sua classificação climática, as temperaturas e as precipitações mensais de chuvas, assim como também, os tipos de paisagens vegetais resultantes. Sendo, portanto essa, de todas as classificações climáticas, a mais conhecida universalmente.

<sup>13</sup> Como complemento para designar as modalidades térmicas ou pluviométricas, as letras minúsculas correspondem: f = chuva bem distribuída durante o ano; a = verão quente; e b = verão brando.

Subtropical. Já, quanto às formações herbáceas e arbustivas que se encontram no Estado, destacam-se os Campos limpos e os Campos cerrados.

A região de Campo Mourão está situada em uma área de encontro de floresta, com a presença da Mata de Araucárias<sup>14</sup> na sua porção sul, e também com uma pequena mancha de Campos cerrados, formando uma espécie de “ilha” deste tipo de vegetação no local, entremeados de espécies arbustivas. Estes campos de savanas são delineados pela Mata Pluvio-subtropical.

As Fotos 2 e 3 demonstram em parte, como se constituía a vegetação de Campo Mourão em 1948.

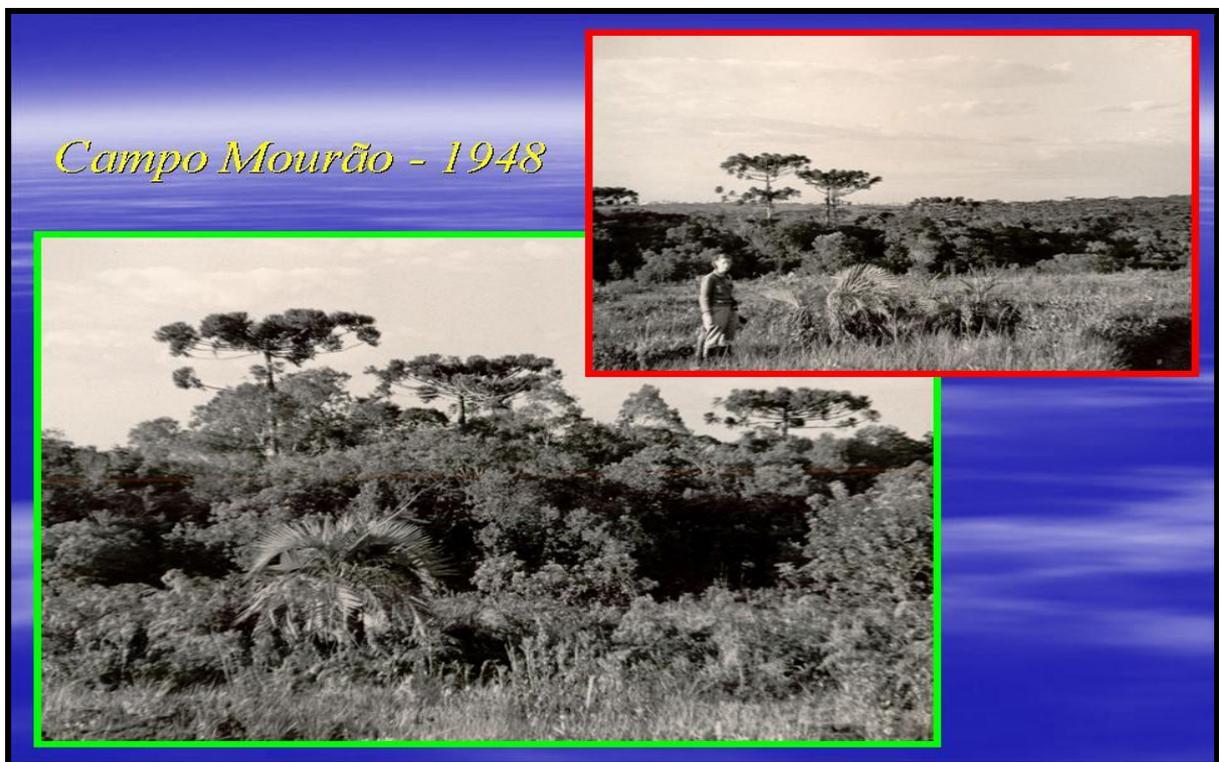


Foto 2: Vegetação de Campo Mourão em 1948

Fonte: Acervo particular de – BIGARELLA, João José (1948).

---

<sup>14</sup> Compreende a Mata Subtropical de Coníferas, também conhecida como Mata dos Pinhais, onde aparece o “pinheiro do Paraná” (*Araucaria angustifolia*), tradicional símbolo paranaense. Este principal vegetal com frequência aparece associado à erva-mate (*Ilex paraguayensis*) e também a imbuía (*Phoebe porosa*).



Foto 3: Floresta ao Norte de Campo Mourão em 1948

Fonte: Acervo particular de – BIGARELLA, João José (1948).

Na década de 1890 o pasto natural e o cerrado nativo dos "Campos do Mourão", serviram de ponto de descanso dos tropeiros que pela região passavam, tocando boiadas para negociar no Mato Grosso do Sul.

Para Veiga (1999), a inter-relação do triângulo solo, vegetação e clima têm grande importância na colonização e desenvolvimento das atividades econômicas do município.

Quanto às áreas ocupadas preliminarmente pelos Campos cerrados do Paraná, formas de relictos de um antigo clima semi-árido do Pleistoceno, Maack (1981, p. 253-54) afirma que, “na mata tropical-subtropical, [...] estende-se uma área de [...] e em Campo Mourão 102 km<sup>2</sup> de campos cerrados como forma de relictos do Quaternário Antigo. Campo Mourão localiza-se a 629 m – s.n.m., na zona limítrofe entre a mata de araucária e a mata pluvial-tropical”.

Os pesquisadores consideram uma relíquia em Campo Mourão, a presença de espécies remanescentes do Quaternário Antigo que são preservadas em 1,3 hectare de área, aos cuidados da Estação Ecológica do Cerrado. Constitui-se esta, portanto, a área de cerrado mais meridional do planeta.

Com relação à existência dos campos cerrados no município, as pesquisas mostram que:

Atualmente, este campo de cerrado está restrito a uma área de 13.318 m<sup>2</sup>, na zona urbana do município de Campo Mourão, constituindo a Estação Ecológica do Cerrado, sob a coordenação do Departamento de Geografia da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – Fecilcam, com alguns exemplares característicos dessa formação, como o barbatimão (*Stryphnodendron barbadetiman*), a gabiroba do cerrado (*Campomanesia cambessedeanana*), o angico do cerrado (*Anadenanthera falcata* (Benth.) Speg), a pitanga do cerrado (*Eugênia michelis*), o pequi (*Caryocar*), o murici (*Byrsonima intermèdia* Juss), o butia (*Butia leiostachya*), a carqueja (*Baccharis trimera*), a palmeira-anã (*Diploteris campestre*), etc (ÁVILA, 2002, p. 61).

Algumas características físicas do município de Campo Mourão sofreram profundas alterações com o passar do tempo, como é o caso da cobertura vegetal, principalmente o cerrado, com o desmatamento desordenado resultante da intensa ação antrópica, e a Mata de Araucárias, restando atualmente um número reduzido de exemplares distribuídos aleatoriamente pelo município. Assim como, o uso intensivo do solo através da modernização tecnológica das atividades agrícolas.

## 2 A COLONIZAÇÃO E A PEQUENA PROPRIEDADE NO PARANÁ

O tema colonização tem sido objeto de estudo realizado por vários autores, em diferentes épocas e em diversas pesquisas como nos trabalhos de: Tavares, Considera, e Silva (1979), Assumpção (1996), Haracenko (2002) e Yokoo (2002).

Vejam os a seguir alguns conceitos de colonização atribuídos a estes pesquisadores:

Tomando a colonização num sentido amplo, seu conceito se confunde com povoamento, isto é, o processo de ocupação e valorização de uma área realizado por indivíduos provenientes de fora. Num sentido mais restrito, colonização é o povoamento precedido de planejamento governamental ou privado. Nos casos em que as atividades agrícolas constituem o objetivo da ocupação da área, a colonização pode dar origem a um conjunto de pequenas propriedades, desde que a área que cada unidade familiar pode ocupar seja limitada, ou então ensejar o aparecimento de um conjunto de *plantations*, se não houver limite prefixado para a ocupação da terra (TAVARES; CONSIDERA; SILVA, 1979, p. 17-8).

Para estes autores, o conceito de colonização se confunde com o de povoamento, ocorrendo paralelamente o processo de ocupação e valorização da área por indivíduos vindos de fora. Com o processo de colonização ocorre a fixação permanente do povoamento, normalmente dirigido por um planejamento governamental ou privado e realizado através do trabalho em uma determinada região, portanto, a colonização é uma forma de ocupação e exploração do território.

Assumpção (1996, p. 51), conceitua colonização como sendo:

É toda a atividade oficial ou particular, destinada a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em lotes ou parcelas de tamanho equivalente no mínimo, ao de uma propriedade familiar, para serem explorados por unidades familiares (de colonos ou parceiros) ou sob a forma de cooperativa (Item IX, do Artigo 4º, do Estatuto da Terra e Decreto nº. 55.891/65). Colonização não tem o mesmo sentido de Reforma Agrária porque não altera o anterior regime de domínio ou propriedade da terra.

Segundo Haracenko (2002, p. 54), no processo de colonização existe uma união entre o Estado e o capital onde:

A colonização sempre esteve à mercê do poder do Estado, e sempre acompanhou a estratégia para expandir o capital sobre os novos territórios. Trata-se de uma forma de produção do social sobre um determinado meio natural, e se tratando de um processo social, a colonização agrícola define um espaço social de conflitos, porque no interior deste estão os grupos, as classes e as forças sociais que entram em contradições.

Para a referida autora, em todo o processo de colonização por parte de quem a promove existe um controle político do espaço a ser colonizado e dos homens que irão colonizá-lo, seja esta colonização de forma oficial ou privada. O Estado lançou mão da expressão vazio demográfico aliado ao vazio social para justificar o controle do espaço e dos homens, esquecendo-se que esses espaços não estavam tão vazios assim, já que eram ocupados por populações indígenas ou por caboclos que se apossavam das terras para plantar suas roças.

Por sua vez, Yokoo (2002, p. 17) acrescenta que:

Assim, a colonização, além de promover a ocupação de um determinado espaço geográfico, é resultado de uma demanda externa ou interna, ou seja, de um movimento (i)migratório partido de fora da região, ou do interior do próprio país que será objeto desse processo de colonização das terras agrícolas.

Para o referido autor é a colonização que promove a ocupação de um espaço, resultando de uma demanda interna e externa, sendo que este movimento pode ser de fora da região a ser colonizada ou do interior do próprio país, o qual será o alvo no processo de colonização das terras agrícolas.

Yokoo (2002), em seus estudos ainda acrescenta que existem duas dimensões sobre a noção de processo de colonização agrícola, sendo uma temporal e a outra espacial, a saber:

A dimensão temporal (cronológica) está associada ao processo histórico, ou seja, ao processo de expropriação dos camponeses-colonos de uma determinada região ou país. Geralmente essa expropriação ocorre pelo surgimento de minifúndios, daí o direcionamento de uma política de colonização com intuito de transferir a população excedente para novas regiões desocupadas ou parcialmente ocupadas. Enquanto que a dimensão espacial se refere ao espaço (território) de origem e destino dos grupamentos humanos de colonizadores, isto é, qual é a nova relação que os colonos manterão com o meio natural das terras novas que serão objeto de colonização (YOKOO, 2002, p. 18-9).

Ao trabalhar com o conceito de colonização se faz necessário mencionar o conceito de colono, já que este está diretamente ligado ao outro.

Segundo Bosi (2005, p. 11, grifos do autor), o termo colono pode ser entendido como: “*Colonus* é o que cultiva uma propriedade rural em vez do seu dono; o seu feitor no sentido técnico e legal da palavra. Está em Plauto e Catão, como *colonia* [...]; o habitante de colônia, em grego m. *ápoikos*, que vem estabelecer-se em lugar dos *incolae*”.

Assumpção (1996, p. 52), define colono como sendo:

Pessoa física, produtor rural que, em conjunto com sua família, adquire lote ou parcela de terra em área de projeto de colonização, com o objetivo de cultivá-la e torná-la economicamente produtiva. É todo aquele que venha a adquirir lote ou parcela em áreas destinadas à Reforma Agrária ou à colonização pública ou privada. (Artigo 7º, do Decreto nº. 55.891/65). Colono também é o trabalhador rural que presta serviços de atividade agrícola em terras de terceiros.

Com base nos estudos realizados sobre a temática colonização pelos autores mencionados no texto e mediante a definição de Laranjeira<sup>15</sup> (1992 apud ONOFRE, 2005, p. 20), que considera colonização como sendo “o processo correspondente de povoamento com seletividade, para exploração econômica do solo”, percebemos que o termo colonização é bastante amplo e possui características particulares interligadas a gênese de cada território.

A partir da contextualização realizada por estes autores, quanto ao conceito de colonização passamos a entender que este termo assume uma postura dinâmica, o qual envolve uma série de relações sociais, de ocupação do território, desenvolvimento econômico e valorização da área colonizada.

Dessa forma, definimos colonização como um processo que ocorre em três momentos: a repartição, o uso econômico (para explorar), e a ocupação da terra. Sendo que a ocupação territorial pode acontecer de forma oficial ou particular (empresarial privada).

## 2.1 EXPEDIÇÕES MILITARES NO TERRITÓRIO PARANAENSE

Em fins de meados do século XVIII, as expedições que adentravam o interior paranaense eram realizadas por aventureiros que não possuíam condições de permanecer no local. Por intermédio da Carta Régia de 12 de janeiro de 1765, foi restaurada neste mesmo ano a Capitania de São Paulo e assumia como seu Capitão General, Dom Luís Antônio de Souza Botelho e Mourão, intitulado “Morgado<sup>16</sup> de Matheus”.

Morgado de Matheus ao exercer o governo paulista, passa a ter o núcleo mais significativo em população e também em recursos militares do Sul do Brasil, onde só havia pequenos núcleos, como os de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul que começavam a se destacar.

---

<sup>15</sup> LARANJEIRA, Raymundo. **Colonização e Reforma Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1992. p. 4.

<sup>16</sup> O significado da palavra está relacionado a filho primogênito ou herdeiro de possuidor de bens vinculados.

O ministro de D. José I, Rei de Portugal, o Conde de Oeiras, depois Marquês de Pombal, nomeia, em 04/02/1764, Morgado de Matheus para governador e Capitão General da Capitania de São Paulo e recomenda a defesa do território, incremento do povoamento, cadastramento da população e melhoria das vias de comunicação do atual Paraná (LAZIER, 2004, p. 71).

A preocupação em conquistar definitivamente o “Sertão do Tibagi”, na época, representando a totalidade da extensa região que compreendia o segundo e terceiro planaltos paranaenses, fez com que Morgado de Matheus incluísse em seus planos o recrutamento de soldados no Paraná, para que a partir de Curitiba se conquistasse não só o rio Tibagi, como também os demais rios paranaenses.

O plano foi executado seguindo-se as ordens do Coronel Affonso Botelho de São Payo e Souza, seu primo, que enviou para a conquista do sertão ao todo onze expedições militares, entre os anos de 1768 a 1774. Devido ao rigor com que foi executada a primeira fase do plano do Morgado de Matheus, fiel colaborador do Marquês de Pombal, o território paranaense já se encontrava reconhecido a partir de 1774.

A segunda expedição, sob o comando do capitão Estevão Ribeiro Bayão, a 20 de junho de 1769, com 75 homens dirigiu-se aos sertões a oeste do rio Tibagi. Desde Porto de São Bento [...] a expedição chegou a um grande rio, o qual denominou de rio D. Luiz. Foram construídas canoas e, sob o comando do tenente Francisco Lopes da Silva, uma parte da expedição desceu o rio. Este contingente encontrou, na margem sul, um afluente maior que recebeu o nome de rio Mourão, em cuja foz encontraram “grandes bananais e laranjais”. A viagem continuou até o rio Paraná, que foi atingido a 6 de janeiro de 1770. Acompanhando a margem leste deste rio, a expedição chegou até os saltos das Sete Quedas [...] (MAACK, 1981, p. 47).

Na realidade, de acordo com Maack (1981), o rio denominado D. Luiz correspondia ao rio Ivaí e o rio Mourão coincidia com o rio Corumbataí. Só mais tarde é que o nome Mourão foi dado a um outro rio, cuja foz durante muito tempo não era conhecida.

Contudo, nos mapas oficiais de 1937, este rio ainda era representado como sendo afluente do rio Corumbataí, como foi constatado através de levantamentos cartográficos em 1934, o rio Mourão deságua diretamente no rio Ivaí em um ponto distante, pouco acima do salto das Bananeiras.

## 2.2 OCUPAÇÃO DOS CAMPOS DE GUARAPUAVA

Em 19 de setembro de 1770, o Sargento Cândido Xavier de Almeida e Souza, agora no posto de Tenente devido ao falecimento do Tenente Bruno da Costa Filgueira, comunicou

a descoberta dos Campos de Guarapuava e o caminho que a eles conduzia. O Guarda Mor Francisco Martins Lustosa, em abril de 1771, também chegou aos Campos de Guarapuava.

A descoberta destes campos foi tão importante que em dezembro deste mesmo ano, o Tenente Coronel Affonso Botelho de São Payo e Souza os visitou pessoalmente. Entretanto, Affonso Botelho recuou a 11 de janeiro de 1772, após um sério choque com os índios estabelecidos nos campos do terceiro planalto. Desta forma, passaram-se cerca de 40 anos após o insucesso desta expedição sem novas tentativas.

Quanto ao reconhecimento, conquista e colonização ordenada dos Campos de Guarapuava, efetivamente, iniciou-se a partir da criação da “Junta da Real Expedição e Conquista de Guarapuava”.

O escolhido para comandar esta grande expedição foi o Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, que atuava como chefe militar e administrativo, acompanhado pelo Capelão da tropa expedicionária o Padre Francisco das Chagas Lima. Ambos partem para esta região em meados de 1809.

Segundo Ferreira (1999), em 27 de junho de 1810, é erguido o povoado fortificado denominado Atalaia. A 11 de novembro de 1819, foi criada a freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava. Em 17 de julho de 1852, através da Lei nº. 12, a freguesia ganha foros de Vila.

No dia 02 de março de 1859, pela Lei Provincial nº. 54, foi elevada a categoria de Comarca. Em 12 de abril de 1871, através da Lei Provincial nº. 271, a Vila de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava foi elevada à categoria de cidade.

Quando os campos de Guarapuava já se achavam divididos em fazendas prósperas e chamavam a atenção de novos criadores de gado para as suas possibilidades, passou-se a olhar os Campos de Palmas como ofertantes de possibilidades que algumas pessoas, mais animosas, entenderam de conquistar, a todo custo, aos índios (MARTINS, 1995, p. 194).

Com a ocupação dos Campos de Guarapuava iniciada na décima expedição organizada por Botelho, resultou desta investida nos sertões, a descoberta dos Campos do Mourão por expedicionários paranaenses.

### 2.3 DESLOCAMENTO DAS FRENTE PIONEIRAS NO PARANÁ

O povoamento do território paranaense ocorreu através do deslocamento das frentes pioneiras que atuaram no Estado do Paraná. Em seus estudos Waibel (1955, p. 390), conceitua zona pioneira como:

A expressão pioneira é originária da terminologia militar e significa “escoteiro”, “batedor”. Nos Estados Unidos, entretanto, esta palavra foi empregada num sentido econômico, referindo-se ao homem que é o primeiro a penetrar na mata, ajudando a torná-la acessível à civilização, e que com isso promove o deslocamento da “frontier” sertão a dentro. Temos aqui um segundo termo da língua inglesa que no Novo Mundo tomou um sentido diferente. Na Europa a palavra “frontier” significa o limite político que separa dois países vizinhos. Nos Estados Unidos entretanto, o termo recebeu, além disso, um sentido econômico: “passou a significar o limite da zona povoada”. E, enquanto a fronteira como limite político representa uma linha nitidamente demarcada, a fronteira no sentido econômico é uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada. A esta zona damos o nome de zona pioneira.

O termo frente pioneira é utilizado para denominar a “frente da frente”, ou seja, o limite máximo de avanço populacional sobre uma área de mata virgem. As frentes de colonização podem ocorrer no modo de: expansão, econômica e pioneira.

De acordo com Silva<sup>17</sup> (1973 apud ONOFRE, 2005, p. 26), caracteriza-se frente de expansão como sendo:

Uma faixa povoada, que não possui uma vida econômica estruturada. Sua economia baseia-se em produtos que assumem a condição de valor de troca, ou seja, é uma economia de excedentes, cujos participantes dedicam-se, principalmente, à própria subsistência e, secundariamente, à troca de produtos que excedem às suas necessidades. Por outro lado a frente de expansão se integra na economia de mercado de dois modos: pela absorção do excedente demográfico, e pela produção de excedentes que é vendida no mercado. Outra característica da frente de expansão é o uso privado de terras devolutas, que não assumem valor, por isso, a figura de proa da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro.

No que se refere a frente pioneira, segundo Silva<sup>18</sup> (1973 apud ONOFRE, 2005, p. 26), a mesma:

Relaciona suas características a instalação de empreendimentos econômicos e, como tal, apresenta-se organizada e integrada na economia de mercado, deixando de ser uma economia de subsistência, passando suas relações socioeconômicas a serem

---

<sup>17</sup> SILVA, Darcy. Colonização e zonas pioneiras. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, 1973, São Paulo. *Anais...* São Paulo: A.G.B., 1973. v. 18, p. 205.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 205.

reguladas pelo sistema capitalista. Nesta frente, a terra geralmente é comprada, possui um valor que passa a ser equivalente à capital investido, constituindo a figura de proa o fazendeiro com capital a investir. A partir desta frente em decorrência da valorização das terras, surge, paralelo à figura do comprador, a figura do grileiro, interessado na especulação imobiliária.

Dessa forma, constitui-se como frente de ocupação no modo de expansão a que não incorpora colonização, ocorrendo sem planejamento; a pioneira incorpora a colonização, o planejamento territorial na apropriação e uso do solo, mas caracteriza-se como área de conflito envolvendo colonizadoras, grileiros, posseiros, indígenas; já a econômica incorpora os ciclos econômicos no uso e exploração da terra, no caso do Paraná, em primeiro lugar veio o ouro, em segundo o tropeirismo, em terceiro o extrativismo.

Bernardes (1952) ressalta que primeiro se manifesta no processo de ocupação territorial a frente de expansão, pois esta não reconhece a forma legal de apropriação da terra, em seguida, realizadas algumas benfeitorias e obras de infra-estruturas, iniciam-se os processos de compra das terras, transformando a frente de expansão em frente pioneira.

Apesar dos registros históricos mostrarem que os espanhóis, ainda no século XVI, entraram no território paranaense através do Paraguai e iniciaram a fundação de vilas com finalidades políticas e estratégicas, já que os mesmos eram “donos” de todas as terras localizadas a oeste do Tratado de Tordesilhas<sup>19</sup>, a chegada destes não se constituiu num processo de ocupação efetiva do espaço paranaense.

No século XVII, mineradores paulistas – os vicentistas – entraram no território paranaense, pois foram atraídos pela existência de ouro de aluvião (lavagem) na baía de Paranaguá e desta forma iniciou-se a “primeira frente” de ocupação registrada pela história do Paraná.

Portanto, estes foram os primeiros povoadores do atual território paranaense e formaram os dois primeiros núcleos da população paranaense: o Açungui e Paranaguá. Para Martins (1995, p. 59), “nenhum trecho da costa paranaense a esse tempo possuía população branca. Apenas vicentistas vinham traficar com tupiniquins em Superagüi e de 1585 a 1591, santistas, vicentistas e paulistas vinham assolar terras de Paranaguá preiando índios Carijós”.

Em 1614 é concedida a primeira carta de Sesmaria no Paraná, cujo beneficiário foi o cidadão paulista Diogo de Unhatte, dando-lhe direito de propriedade sobre uma extensa faixa de terras na baía de Paranaguá, entre as barras do Ararapira e do Superagüi, no litoral do

---

<sup>19</sup> Foi assinado na localidade de Tordesilhas em 7 de junho de 1494, e ratificado por D. João II em fevereiro de 1495, na qual a “linha Alexandrina” como ficou conhecida, determinou que a contagem fosse de 370 léguas ao poente do arquipélago do Cabo Verde, e não mais das ilhas dos Açores, estabelecendo que na divisão as terras espanholas ficassem a ocidente, e as portuguesas a oriente.

Paraná. O fato ocorreu vinte e nove anos após este bandeirante ter conhecido o istmo de Superagüi.

Segundo Serra (1992, p. 62), nas formas de apropriação da terra:

O sistema de sesmaria evolui para outras formas jurídicas e até mesmo não-jurídicas de acesso à propriedade da terra enquanto que a primeira frente de ocupação sobe a Serra do Mar, atinge o planalto de Curitiba e a zona dos Campos Gerais para continuar avançando no sentido Sudoeste.

Entre os anos de 1720 e 1730, a extração de ouro entra em crise e foi substituída quando o movimento expansionista atinge o planalto de Curitiba, por novas alternativas econômicas como a pecuária extensiva, o tropeirismo, além da extração e beneficiamento de madeira e da erva-mate.

De acordo com Martins (1995), foi o comércio e a criação de gado que conseguiram obter uma influência decisiva no povoamento do território paranaense, sendo muito maior até que a mineração do ouro, já que esta não fixava populações a não ser, exceto, nos casos de Paranaguá, no litoral e de Curitiba e São José dos Pinhais, no planalto.

Seguindo uma ordem natural para a época da ocupação pioneira no Paraná, em primeiro lugar, foram ocupadas as terras mais altas e mais frias, já que eram terras de campo, cuja utilização das mesmas serviria para a criação extensiva, ou seja, para o tropeirismo.

No fim do século XVIII, praticamente todas as terras de campo estavam ocupadas, basicamente por grandes propriedades (latifúndios) no sistema de Sesmarias, como base jurídica de repartição fundiária, ao lado de apossamentos fora da legalidade.

Os habitantes que formaram o litoral paranaense e o planalto curitibano, que ocuparam todas as terras de campo e que passaram a explorar as áreas de ervais e de florestas de araucárias a ela associadas, compõem a sociedade paranaense tradicional. Conforme Martins (1995, p. 273), “a mineração, a criação e o comércio de gado e finalmente a roça, formaram sucessivamente os três ciclos do povoamento do nosso território”.

A ocupação completa do território paranaense irá depender de novas frentes pioneiras que surgirão em outras regiões e quando se esgotam as terras de campo, as terras cobertas por florestas passam a atrair economicamente as novas comunidades que surgem.

Serra (1992, p. 63) afirma que:

Ao contrário da primeira frente de ocupação, que teve nas pastagens a sua atividade econômica predominante e no regime de sesmarias a base jurídica de repartição da terra, as novas frentes vão ser sustentadas, em termos econômicos, pela agricultura

de mercado interno e externo, sendo a colonização empresarial a base do processo de repartição da terra agrícola.

A colonização da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, onde está situado o município de Campo Mourão, englobou dois processos distintos: um envolvendo uma frente de expansão e outro uma frente pioneira. Com relação à influência das referidas frentes de ocupação, de acordo com Bernardes (1952), Bernardes (1953), Waibel (1955), Serra (1991), Yokoo (2002), entre outros pesquisadores, estes afirmam que a mencionada região foi o cenário do encontro de várias frentes de ocupação no território paranaense.

Para Yokoo (2009), este processo de ocupação ocorreu do avanço das frentes de expansão e das frentes pioneiras formadas por caboclos e colonos, este último sendo possuidor de algum capital proveniente das diversas regiões paranaenses, resultante de um movimento de migração que se encontrou no denominado vale do Piquirivaí.

O processo de ocupação completa do território paranaense resulta do deslocamento de três frentes pioneiras, a saber: o Paraná tradicional (mais antiga), a Região norte (meados do século XIX), e a Região sudoeste (mais recente), conforme podemos observar na Figura 7.

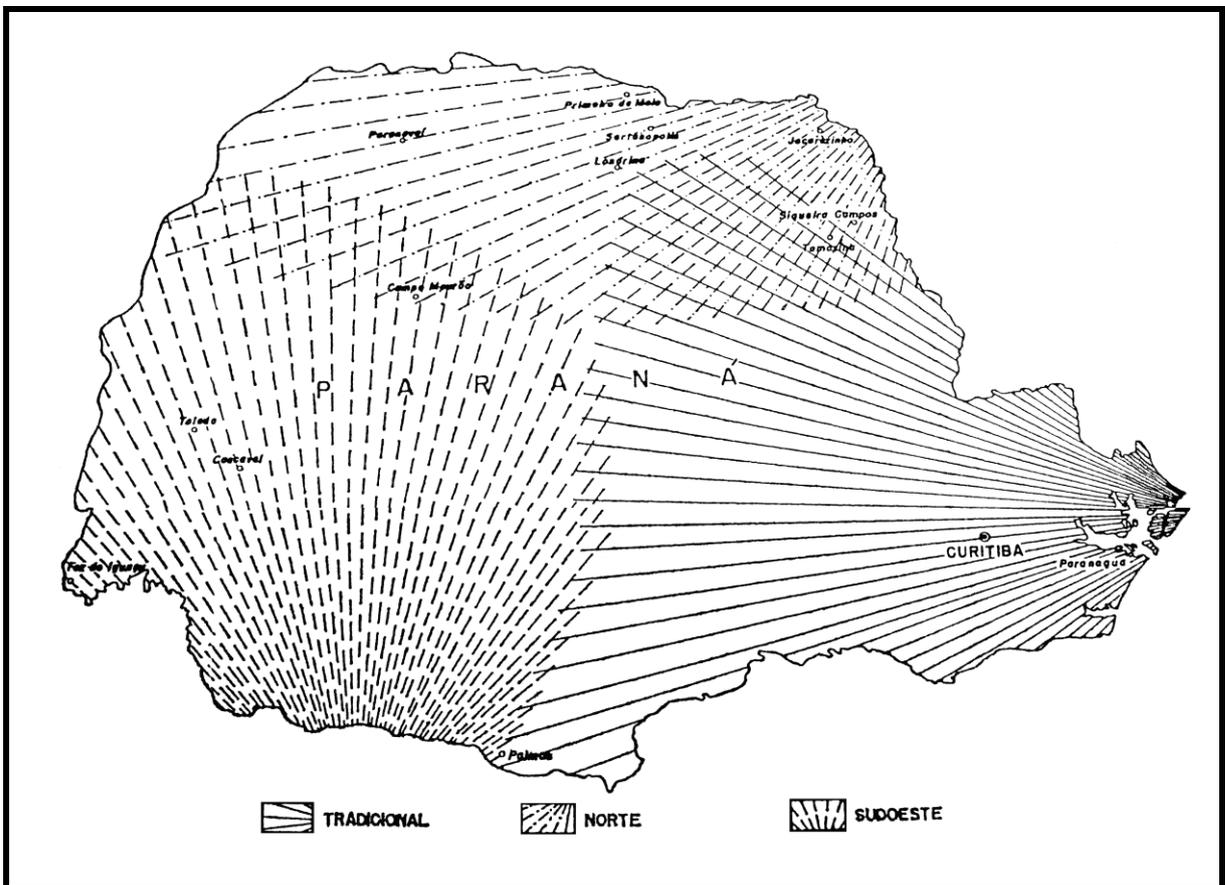


Figura 7: Encontro das Frentes Pioneiras no Estado do Paraná  
 Fonte: WESTPHALEN, Cecília Maria et al. (1988).

De uma outra forma e devido aos períodos em que se passaram, os processos de ocupação irão compor o que se pode chamar de o “Paraná antigo” e o “Paraná moderno”, que surge no fim do século XIX, quando ocorre a desagregação da sociedade que ocupava os campos do Paraná tradicional.

Em conjunturas diversas e com motivações distintas, essas três ondas povoadoras compõem a história da ocupação territorial e da formação de três comunidades regionais paranaenses, que compreendem os processos de repartição e apropriação da terra agrícola no Estado do Paraná.

### 2.3.1 Paraná tradicional

Segundo Cardoso e Westphalen (1986, p. 9), o Paraná tradicional “[...] se esboçou no século XVII, com a procura do ouro, e estruturou-se no século XVIII sobre o latifúndio campeiro dos Campos Gerais, com base na criação e no comércio do gado [...]”.

As Sesmarias como mecanismos de acesso a terra foram respeitadas mesmo depois de 1853, ano em que ocorreu a Emancipação do Paraná<sup>20</sup>, ou seja, quando o Paraná foi separado da 5ª Comarca de São Paulo.

O tropeirismo ocorreu dentro das Sesmarias, onde se criou um “pedágio” para a passagem do gado e do descanso deste que vindo do sul, iria até a feira de Sorocaba (São Paulo) pelo caminho das Tropas, atingindo as novas jazidas de ouro em Minas Gerais, sendo mais tarde, este caminho substituído por transporte de trem.

Surgem nessa época algumas vilas e povoados no Paraná, o que torna evidente:

No planalto, sob outras condições naturais, mudou o eixo da economia: a “bateia” foi sendo suplantada pelo “laço”, o “curral” sucedeu à “lavra”, os “arraiais” foram desaparecendo. Os mineiros que, renunciando à ambição do ouro não participaram do êxodo para as novas minas, tornaram-se sedentários e transformaram-se em criadores de gado e tropeiros (BERNARDES, 1952, p. 433).

No século XIX, as atividades extrativas da erva-mate e do pinheiro do Paraná (Araucária angustifolia), e também o comércio exportador da erva-mate e da madeira, formam as primeiras bases econômicas do Estado. Mas, como o mercado argentino nesta época estava se expandindo e lá se plantava a erva-mate, no Brasil, especificamente no Paraná, se

---

<sup>20</sup> O Estado do Paraná passa a ser uma província autônoma pelo Decreto Imperial nº. 704, assinado em 29 de agosto de 1853. Em 19 de dezembro de 1853, Zacarias de Góes e Vasconcelos instala oficialmente a nova Província.

explorava naturalmente, o Brasil acabou perdendo mercado externo para o produto dos países vizinhos.

O Paraná perdeu muito com a ação de contrabandistas que agiam em obrages<sup>21</sup>, que eram grandes áreas para a exploração de recursos naturais por uma pessoa com leis próprias (faziam justiça com as próprias mãos). Nas obrages, os trabalhadores chamados mensus ou mensalistas, geralmente paraguaios, descendentes de índios guaranis, eram maltratados e mantidos quase como escravos.

Para Serra (1992, p. 68), “os obrageiros, via de regra eram argentinos e paraguaios que, clandestinamente, atuavam na região extraíndo madeira e erva-mate e contrabandeando para seus países de origem através dos leitos navegáveis dos rios Paraná e Uruguai”.

Verifica-se que o Paraná tradicional dividia-se em Paraná velho, onde havia a “resistência” até a terra de mata, com o predomínio da mineração de Paranaguá até Curitiba, portanto, a ocupação pioneira; e, em Paraná novo, onde a mata era o limite econômico, ou seja, terra de campos de Curitiba até Guarapuava.

### 2.3.2 Região norte

O povoamento do norte do Paraná começou com fins militares e administrativos. Mas, a rápida expansão do café transformou em pouco tempo o norte do Paraná na mais rica região agrícola do Brasil. O café atraiu para o Estado, numerosos contingentes de população entre paulistas, mineiros, fluminenses e nordestinos; e promoveu a vinda de imigrantes estrangeiros de várias nacionalidades.

No final do século XIX, inicia-se o deslocamento do movimento expansionista paranaense rumo à região norte com a chegada de mineiros e paulistas, vindos de zonas cafeeiras em fase decadente de produção, e estes abrem espaço para a “frente cafeeira” no Paraná, numa fase de ocupação espontânea. Na segunda década do século XX, o Estado, assume projetos de colonização e estimula a iniciativa privada para este fim.

Em São Paulo, paralelamente a crise do café, surgem às plantações de algodão e também se inicia a industrialização e a urbanização. Com a proibição oficial do plantio do café em São Paulo, os grandes fazendeiros ocuparam as terras no norte do Paraná, onde os solos e o clima eram propícios à produção cafeeira, sendo estas, as últimas terras próprias para o café no sul do Brasil, tornam-se então uma “zona de escape” para os paulistas.

---

<sup>21</sup> Ver mais a respeito desse assunto em: YOKOO, Edson Noriyuki. **Terra de negócio:** Estudo da Colonização no Oeste Paranaense. 2002. 176 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

Os cafeicultores abrem clareiras nas matas, não pagam nada pela terra ocupada e o governo do Paraná assiste sem qualquer intervenção. Desde o processo de plantio da semente, até a germinação e a colheita, decorre um tempo e o mercado externo acaba por se acomodar. Esta situação fez com que o governo mantivesse os seus estoques de café.

Junto com o grande proprietário de terras veio também o pequeno produtor rural para o Paraná. Surgem dessa forma, os primeiros conflitos pela posse de terras entre posseiros e fazendeiros, que mandam “limpar a terra”, ou seja, retirar índios e posseiros do local. Contratam “jagunços” (matadores) que acabam assassinando os posseiros e jogando-os com cabaças<sup>22</sup> nos rios Ivaí e Paranapanema.

A Guerra de Porecatu ilustra muito bem estes fatos ocorridos no Paraná, pois foi um conflito ocasionado quando os posseiros são mortos, porque os fazendeiros percebem que é mais fácil apropriar-se de terras já desmatadas. Foi quando o governo resolve intervir e levam os posseiros sobreviventes em direção a Goio-Erê e Cruzeiro do Oeste, entregando os títulos de propriedade da terra aos grandes fazendeiros.

Resgatando os acontecimentos históricos para uma melhor compreensão, verifica-se que a partir do ano de 1850 (Lei de Terras), já havia no Brasil uma Oligarquia agrária como primeira elite dominante, que eram os senhores de engenho e os barões do café. Segundo Serra (1992), o Estado resolveu então colocar as terras à venda, mas as correntes migratórias não conseguem comprar, já que o preço das terras era elevadíssimo.

Dessa forma, passam a guardar as suas economias embaixo do colchão ou dentro deoringas<sup>23</sup> enterradas embaixo de grandes árvores. A partir 1850, as Companhias de Terras começaram a vender as pequenas propriedades por conta dessas economias que existiam.

Portanto, a colonização aconteceu antes da Emancipação do Paraná em 1853, e foi utilizada como estratégia de organização do espaço e para acabar com conflitos em terras paranaenses. Através do uso das “terras devolutas” que eram de responsabilidade do Estado ou dos desvios destas em concessões fraudulentas, grilos, posses, que geraram muitos conflitos rurais.

Serra (1991, p. 72) enfatiza em seu trabalho quando discorre sobre a colonização como processo básico de ocupação do Paraná moderno que:

A colonização, a propósito, é que marcaria daí em diante, e até o esgotamento das frentes pioneiras, o processo de repartição da terra agrícola, tendo, por outro lado, o

---

<sup>22</sup> Fruto da cabaceira com que, depois de seco e tirado o miolo se fazem vasos ou cuias.

<sup>23</sup> Vaso de barro para manter a água fresca.

trabalhador brasileiro e não mais o imigrante estrangeiro como elemento potencialmente beneficiário no acesso à propriedade da terra.

Ainda nesse sentido, segundo Serra (1992, p. 70) “a colonização é que marcaria, daí em diante, o processo de repartição da terra agrícola no Norte do Paraná tendo, via de regra, o café como base de sustentação econômica”. De acordo com o autor supracitado, a marcha do café apresenta como característica, caminhar sempre em frente.

Assim começou a colonização do Paraná, com mineiros e paulistas adquirindo pequenas propriedades no norte do Estado. Sobretudo, o que mais se destacou entre tantas propagandas feitas pelas companhias colonizadoras ou loteadoras, foi o fato de que estas divulgavam ser a “terra roxa sem saúva<sup>24</sup>”, apropriada para o plantio e o cultivo do café.

O café foi o motor da economia no norte do Paraná. Mas, a crise do café fez a desarticulação no complexo rural ou complexo cafeeiro. A companhia que estimulava a melhoria das cidades, fazia com que ao comprar uma terra na área rural o proprietário também adquirisse uma área na cidade.

Bernardes (1953, p. 351) acrescenta que, “em cada uma delas, foi planejada, uma sede urbana, além dos lotes rurais, de área também variável, cuja divisão foi estabelecida tendo em vista obter condições favoráveis de ‘servidão da água’ e facilidade de acesso”.

Cardoso e Westphalen (1986, p. 64), ressaltam que as companhias colonizadoras dividiram, “o tamanho médio dos lotes coloniais, em geral, foi de 15 alqueires. Em faixas alongadas, foram planejados com frente para a estrada que corria no alto do espigão e com aguadas no fundo, nos vales. Não havia servidão, nem propriedades encravadas”.

Segundo Serra (2001)<sup>25</sup>, na cidade de Londrina verificou-se o aparecimento dos chamados “castelinhos”, que eram as casas luxuosas construídas pelos grandes proprietários de terras, com a atuação da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) de capital inglês. Já na cidade de Maringá, o que se notava era a presença de casas rústicas do cafeicultor mais humilde, com a atuação na transição para a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) de capital nacional, nos anos 1940.

Outro fato ocorrido no Paraná foi que a companhia inglesa, Paraná Plantations Limited, sucedida pela CTNP, hoje CMNP, trouxe 100 mil famílias de Drusos e Assírios para

---

<sup>24</sup> Espécie de formiga que corta as plantas, uma das pragas da lavoura.

<sup>25</sup> Apontamentos de aula no Curso: GEOGRAFIA DO PARANÁ. Curso de Extensão de Capacitação Continuada para os Profissionais da Educação Pública do Paraná. Universidade Estadual de Maringá – UEM. Período: 04 a 25 de agosto de 2001.

plantar algodão no Estado, porém as famílias se dispersaram e foram vender produtos de porta em porta (mascatear), e a companhia resolveu então usar a terra para a colonização.

Antes de 1930, o campo mantinha pouca relação com a cidade. Pois, este (o campo) era auto-suficiente. O proprietário morava no campo, era a conhecida Oligarquia agrária, sendo que até as ferrovias passavam por dentro das fazendas para buscar a produção do café.

Foi a partir da crise mundial que o modelo agroexportador passa ao urbano-industrial. O complexo rural passa ao complexo cafeeiro no norte do Paraná, num primeiro momento. É nesse momento que a companhia cria condições para a vida na cidade.

Quando em 1970, o complexo cafeeiro desarticula-se, surge o complexo agroindustrial, num segundo momento. Na crise do café no norte do Paraná, até 1975, o trabalhador que era o colono, passa a ser o parceiro do dono da fazenda nas relações de trabalho que mudam conforme a economia.

Depois da mecanização agrícola e com a entrada da soja, surge o trabalhador rural denominado de bóia-fria<sup>26</sup> e atualmente, o uso do herbicida na agricultura. Nos anos 1930, 40, 50 e 60, o café predomina no norte do Paraná. E de 1960 a 70 acontece a desarticulação do complexo cafeeiro.

Historicamente três fases distintas de regionalização interna, marcam os avanços das lavouras cafeeiras no Norte do Paraná que são: o Norte velho, o Norte novo e o Norte novíssimo. Estas designações levam em consideração os diferentes períodos de ocupação nesta região do Paraná durante a marcha do café pelo Estado.

### **2.3.3 Regiões oeste e sudoeste**

A expansão do povoamento no oeste do território paranaense que seguiu em direção ao rio Paraná, não ocorreu de maneira progressiva e regular desde os limites ao norte, com o Estado de São Paulo, até os limites ao sul, com o Estado de Santa Catarina.

Não houve em nenhum momento uma “frente” pioneira contínua, que separasse as áreas que seriam desbravadas nos sertões até então povoados por indígenas, mas sim vários pequenos núcleos pioneiros isolados. Segundo Bernardes (1953, p. 336),

Um retrospecto sobre a evolução do povoamento no terceiro planalto é essencial para a compreensão das zonas pioneiras atuais e do traçado das “frentes” pioneiras. De fato, a faixa ou linha que limitaria as regiões ainda virgens e aquelas em que o

---

<sup>26</sup> Trabalhador assalariado temporário sem vínculo empregatício.

desbravamento e o povoamento se estão processando avançou no oeste do Paraná de maneira irregular desde as primeiras fundações até nossos dias.

Foi de Guarapuava e Palmas que o povoamento avançou em direção ao oeste do Estado do Paraná, tendo a agricultura como base econômica, porém de modo não regular ou então por núcleos isolados, ligados apenas por picadas ou caminhos carroçáveis, que impediam que se fizesse o reconhecimento do avanço de uma frente pioneira no Estado.

Bernardes (1953, p. 341), afirma que “esta expansão se fez de três maneiras distintas: a iniciativa oficial, a particular e a ocupação espontânea de terras devolutas ou particulares deixadas em abandono”.

No sudoeste do Paraná não existia até os anos 1940, um motivo econômico que levasse a um entusiasmo pela posse e exploração da terra. Portanto, a região era ocupada apenas pelos madeireiros que extraíam a madeira-de-lei, e os ervateiros que extraíam a erva-mate, além dos caboclos ou “caipiras” que buscavam sobreviver através de uma agricultura de subsistência.

Para Yokoo (2009), dentro de todo um contexto geoeconômico, apareceu na paisagem agrária paranaense um novo personagem que até então não era conhecido, ou seja, o colono de origem européia que passou a atuar nas frentes de ocupação sul e sudoeste paranaense.

Surge, agora, um novo tipo social, já há muito conhecido nos outros dois estados mais meridionais, o “colono”, que empreende uma tarefa até então negligenciada: abater a mata virgem, cultivar grandes áreas contíguas e expandir-se cada vez mais para o interior, em direção ao oeste (BERNARDES, 1952, p. 438).

Ainda de acordo com o mesmo autor:

O que se verificou na ocupação da maior parte do oeste foi um vasto assalto às terras devolutas do estado ou a grandes glebas particulares por caboclos luso-brasileiros ou por descendentes de europeus, geralmente eslavos, que se deslocavam e ainda se deslocam das colônias do leste. Um novo termo passou a ter grande circulação designando estes povoadores – “intruso”; por derivação, “terra intrusada” é a terra particular ou devoluta que sem estar à venda e muito menos dividida em lotes é invadida e ocupada por esses indivíduos na ânsia de solos novos. Aos elementos que se radicam, aliás muitos assim procedem, o estado concede a posse da terra ao cabo de certo número de anos de ocupação e de acordo com a área aproveitada (BERNARDES, 1952, p. 445).

Portanto, além da colonização particular, espontânea ou dirigida, e da colonização oficial, também houve a ocupação de terras devolutas ou que pertenciam a particulares ausentes.

Todavia, frequentemente, verificou-se a *intrusagem*, assim como a formação de *grilos*. Intrusos e grileiros, via de regra, com o concurso de *jagunços*, pistoleiros de ofício, intranquilizaram posseiros e sitiantes obrigados também, muitas vezes, a reagir à bala, de sorte que muitos capítulos da história da ocupação da terra no Paraná moderno forma escritos com fogo e sangue (CARDOSO E WESTPHALEN, 1986, p. 66, grifos do autor).

Foram os gaúchos e catarinenses, os responsáveis pelo deslocamento de uma nova frente pioneira na região sudoeste paranaense. Então coube ao Governo Federal assumir um compromisso de unir as fronteiras políticas e econômicas, incrementando a corrente migratória do Rio Grande do Sul para esta região e estimulando o desenvolvimento de projetos de colonização de iniciativa particular com a criação de uma colônia agrícola no sudoeste do Estado do Paraná.

Segundo Serra (1992), surge na época a linha ideológica do Estado Novo, da “Marcha para o Oeste”, defendida em pronunciamento à Nação pelo presidente Getúlio Vargas. Dessa forma, foi implantado em 1943, a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), que ocupava uma área de 300 mil hectares. Onde,

Paralelamente aos assentamentos de colonos na CANGO, passaram a ser desenvolvidos projetos de colonização, diretamente pelo Estado e através da iniciativa privada. A colonização oficial e empresarial privada provoca pelo menos dois efeitos imediatos: dinamiza o avanço da frente pioneira até fazer com que ela se encontre com a frente Norte, que avançava na sua direção já em meados da década de 1940, completando assim a ocupação do espaço na face Noroeste-Sudoeste; paralelamente provoca a valorização das terras e, como efeito contraditório, desperta a cobiça de grupos políticos e econômicos que vêm na apropriação de grandes áreas, aparentemente ainda sem dono, um meio fácil de enriquecimento e de ascensão ao poder (SERRA, 1992, p. 75).

Só em 1946, através da Companhia Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A. (MARIPÁ), de propriedade de alemães e italianos, é que houve a venda de lotes urbanos e rurais e o povoamento efetivo da região conhecida como “extremo oeste paranaense”, já que outras tentativas não obtiveram sucesso.

Um fato marcante é que esta empresa de colonização, além de ter obtido a concessão do Estado para a realização de uma obra colonizadora, também era uma empresa industrial que explorava madeira na região. E como a MARIPÁ não atuou no sudoeste paranaense, existiram outras colonizadoras que atuaram nesta região do Paraná.

No Estado do Paraná, a motivação econômica impulsionou as frentes de ocupação. Entende-se o deslocamento de uma frente pioneira, como uma linha que se desloca em direção a áreas não ocupadas.

O Paraná ainda teve a sua história marcada por acontecimentos que ocorreram em áreas de litígio como: a Questão das Missões (ou de Palmas), que foi uma questão internacional que envolveu o Brasil e a Argentina; a Questão do Território do Contestado, que foi uma questão interestadual que envolveu o Paraná e Santa Catarina; e a criação e extinção do Estado Federal do Iguazu que durou pouco tempo, mas foi área de conflito entre o Paraná, Santa Catarina, Governo Federal, posseiros e colonizadores.

Os fatos históricos vinculados à ocupação pioneira no território paranaense, têm muito a ver com os problemas gerados a partir de distorções ocorridas durante o processo de ocupação.

De acordo com Serra (1992, p. 63),

Esgotada a fronteira interna e não mais tendo para onde avançar, as frentes desaparecem deixando como herança uma série de problemas, produto de distorções ocorridas nas diferentes etapas dos processos de repartição e de apropriação da terra.

Pode-se concluir que terminada a década de 1960, todo o território paranaense se encontrava ocupado pelo avanço das frentes pioneiras no Estado, não havendo mais terras para serem ocupadas.

## 2.4 DESCOBERTA DOS CAMPOS DO MOURÃO

A região onde se encontra o município de Campo Mourão, pertencia ao antigo território da extinta “Província del Guayrá”. Segundo Lazier (2004, p. 27),

A região de Guairá, atual Paraná, tornou-se a área de dois colonialismos internos: - A expansão dos espanhóis, partindo de Assunção e dos Bandeirantes, partindo de São Paulo. Ao contrário dos dois pólos econômicos: - A prata de Potosi, na Bolívia e o açúcar no Nordeste brasileiro, que eram ações oficiais, - na região periférica de Assunção e São Paulo, a ocupação se deu principalmente por particulares.

Como essa região fazia parte de uma história de jogo de interesses entre dois reinos ibéricos (Portugal X Espanha), na descoberta do chamado Novo Mundo, foi se transformando com o passar do tempo num grande cenário de lutas na conquista e posse de terras. Entretanto,

Depois que se descobriu o Peabiru e suas facilidades, este virou praticamente uma “estrada” dos homens brancos. Nos séculos 16 e 17 andaram pelo Caminho: Aleixo Garcia; Pedro Correia; Cabeza de Vaca; o traficante de índios João de Souza; Diogo Nunes em sua viagem ao Paraguai e Peru; Brás Cubas; Luiz Martins; alguns companheiros de Hans Staden; João Salazar; Ruy Diaz Melgarejo, fundador da Cidade Real de Guaíra e Villa Rica do Espírito Santo; padre Antonio Ruiz de

Montoya; Juan de Salazar Espinoza; Cipriano de Góes e diversos bandeirantes, que cruzaram o Peabiru em todas as direções da linha-tronco e de seus ramais (BOND, 1996, p.74).

Os primeiros caminhos existentes por via terrestre foram de fundamental importância para o desbravamento e a interiorização do território paranaense, sendo trilhados por aventureiros, viajantes, bandeirantes, faiscadores de ouro e tropeiros.

O Caminho de Peabiru<sup>27</sup>, presumivelmente, construído pelos índios, fazia do Paraná rota obrigatória na passagem dos viajantes que cruzavam este caminho, também percorrido por jesuítas e bandeirantes em suas excursões. Destacamos que,

Chamavam os índios *Peabiru* a um caminho pré-colombiano que se estendia por mais de 200 léguas, da costa de São Vicente ao rio Paraná, atravessando os rios Tibagi, Ivaí e Piquiri, por onde os povos indígenas se comunicavam com o mar e com as regiões mais distantes do ocidente. Ao poente do Paraná o caminho prosseguia, atingindo o Peru e a costa do Pacífico. Os bandeirantes utilizaram-se do caminho de Peabiru em todas as direções da linha tronco e dos seus ramais. Se vinham pela linha tronco, o itinerário era São Vicente – Piratininga (São Paulo), Sorocaba, Botucatu, Tibagi, Ivaí, Piquiri. Se vinham pelo Tietê, atravessavam o Paranapanema próximo à foz do Pirapó, subiam pela margem deste em direção ao Ivaí, que atravessavam pouco acima do seu afluente então denominado rio da Guia, margeando a esquerda o rio principal, até o atual Campo do Mourão. A igual distância do Ivaí e do Piquiri, o caminho que se bifurcava para o sul ia ter ao Iguaçu no ponto em que este rio, na sua margem esquerda, recebe o Santo Antônio (MARTINS, 1995, p. 99, grifo do autor).

Os povos indígenas denominavam de Peabiru uma trilha muito antiga e longa que ligava o litoral do Oceano Atlântico ao litoral do Oceano Pacífico, a qual também era chamada pelos espanhóis e jesuítas de Caminho de São Tomé. O caminho era formado por um conjunto ou sistema de trilhas que possuía um tronco principal e vários ramais, como podemos visualizar na Figura 8.

---

<sup>27</sup> Os pesquisadores não são unânimes quanto ao significado da palavra PEABIRU. Na língua guarani, PEABEYÚ queria dizer: “Caminho antigo de ida e volta”, ou seja: PE = caminho; ABE = antigo; e YÚ = ida e volta. Ver mais a respeito desse assunto em: BOND, Rosana. **O Caminho de Peabiru**. Campo Mourão: Kromoset, 1996.

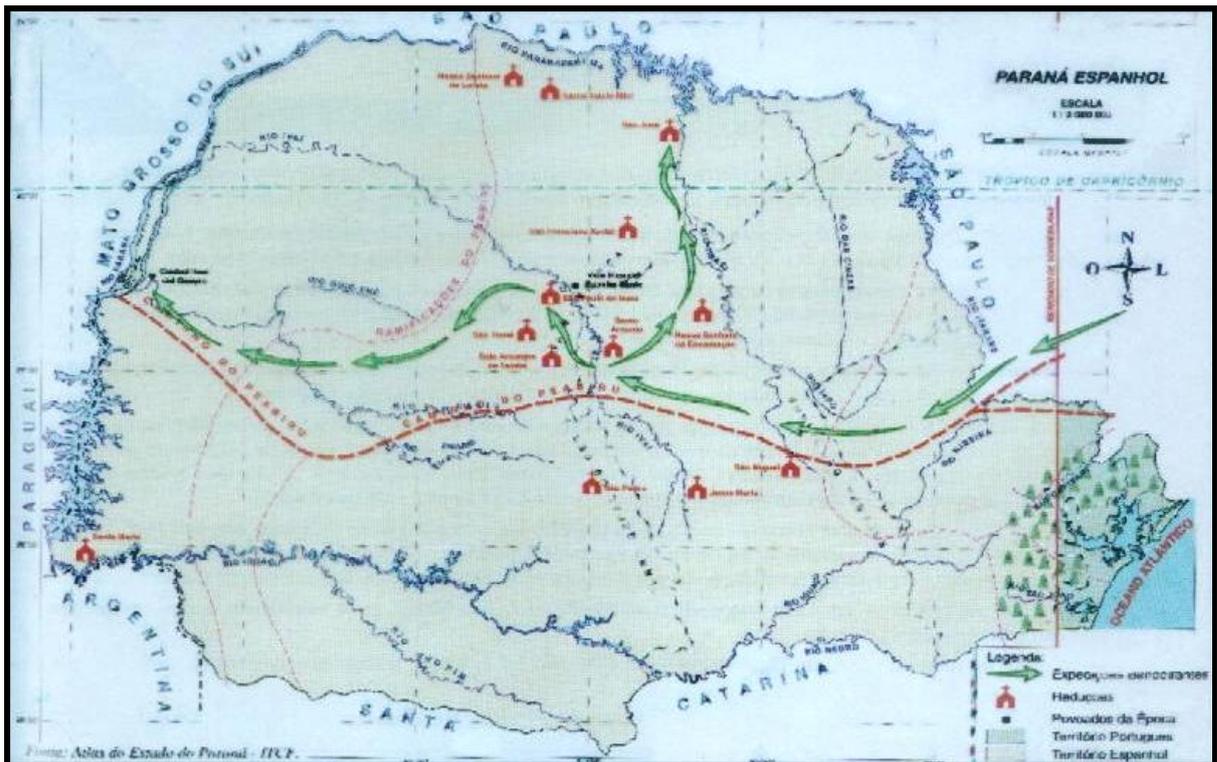


Figura 8: Antigos Caminhos do Paraná  
 Fonte: Portal Educacional do Estado do Paraná (2009).

Segundo afirmação de Bond (1996, p. 17), “o Caminho de Peabiru passava por Campo Mourão, acompanhando a margem oeste do rio Mourão”. Essa “estrada” pré-colombiana transcontinental percorria um longo trecho dentro do Estado do Paraná, atravessando de leste a oeste países da América do Sul como: Brasil, Paraguai, Bolívia e Peru.

De acordo com Bond (1996), com uma distância de aproximadamente 3 mil quilômetros<sup>28</sup>, o Caminho de Peabiru apesar de ser comprido, não era largo. Tinha oito palmos de largura, ou seja, cerca de 1,40 m, atingindo uma profundidade por volta de 40 cm.

Para a referida autora, este caminho era recoberto por algumas espécies de gramíneas que possuíam sementes glutinosas ou sedosas e que grudavam espontaneamente nos pés e pernas dos viajantes, os quais se encarregavam de perpetuar o plantio destas, transformando-se num imenso tapete verde que forrava o caminho. Desta forma,

Conhecido dos ameríndios pré-colombianos, nas suas andanças pelas trilhas do caminho do Peabiru, foi Campo Mourão visitado pelos primeiros europeus em meados do Séc. XVI. Depois da frustrada formação da Vila de Ontiveros e após a

<sup>28</sup> Segundo Bond (2009), há uma novidade sobre o comprimento real do Peabiru, pois até pouco tempo atrás, pensava-se que o caminho tivesse aproximadamente 3 mil quilômetros de uma ponta a outra. Porém, ao terminar recentemente sua pesquisa, notou que o número mais próximo do real é cerca de 4 mil quilômetros, ao descobrir o ponto exato de chegada do Peabiru no oceano Pacífico. Ver mais a respeito desse assunto em: BOND, Rosana. **História do Caminho de Peabiru: descobertas e segredos da rota indígena que ligava o Atlântico ao Pacífico**. Rio de Janeiro: Aimberê, 2009, p. 19. v. 1.

fundação, no ano de 1561, de Ciudad Real del Guairá, os espanhóis penetraram em direção leste, nas matas entre os rios Piquiri e Ivaí e, com surpresa (que outras vezes, e até pouco tempo, também causavam surpresa e admiração), encontraram o Campo Aberto Bordado de Araucárias. Assim foi conhecido no 3º quartel do Séc. XVI, a savana ou cerrado, que em 1629, seria tumultuado com a passagem das hordas de bandeirantes luso-brasileiros (los portugueses de San Pablo, como diziam – os jesuítas espanhóis), sob o comando de Manuel Preto e Antonio Raposo Tavares (VEIGA, 1999, p. 27).

Para muitos autores, a história do município de Campo Mourão está ligada à história do Paraná, pois o famoso Caminho de Peabiru ou Caminho de São Tomé possuía dois ramais, e um destes ramais passava por onde hoje se encontra a cidade de Campo Mourão.

Ressalta-se que,

Os portugueses, como os espanhóis, iam e vinham por estes caminhos, cruzando o Paraná. Embora mandado fechar, em 1552, por Tomé de Souza, o caminho que da costa ia ter a Assunção, o trânsito continuaria ativo. O próprio Braz Cubas e Luiz Martins, em 1562, palmilhavam estes sertões. No ano anterior, aliás, o capitão espanhol Riquelnu, com seus soldados, penetrara em direção leste, nas matas entre os rios Piquiri e Ivaí, descobrindo um campo rodeado de araucárias, ou seja, o Campo Mourão (CARDOSO E WESTPHALEN, 1986, p. 28).

Constata-se também que,

[...] muito daquilo que os espanhóis haviam reconhecido novamente caiu no olvido durante o século seguinte. Apenas 140 anos após a destruição de Vila Rica, as suas ruínas puderam ser localizadas por uma patrulha militar luso-brasileira. Campo Mourão, entretanto, aguardou 200 anos para a sua redescoberta (MAACK, 1981, p. 39).

Feita a relação entre a história do Caminho de Peabiru com a história de Campo Mourão, pode-se perceber que outros acontecimentos históricos marcam a descoberta dos Campos do Mourão e o povoamento desta região, através da passagem das expedições militares em território paranaense e da ocupação dos campos de Guarapuava.

Como já mencionado no texto, a organização da segunda expedição que se compunha de 75 bandeirantes, ocorreu entre o final de 1769 e o início de 1770, e teve como intuito alcançar os sertões do Tibagi e Apucarana. Começou sob o comando do Capitão Estevão Ribeiro Bayão, de São José dos Pinhais, sendo completada pelo comando do Capitão Francisco Lopes da Silva, de Curitiba.

Ambos sob a supervisão de um superior o Coronel Affonso Botelho de São Payo e Souza, da Capitania de Paranaguá, que em virtude da manutenção da posse foi designado como auxiliar do governo, no Paraná, recebendo como orientação da província paulista, a qual

pertencia às terras do Paraná, a incumbência de reconhecer e explorar a parte oeste paranaense alcançada pelos espanhóis.

Esta expedição chegou a atingir o rio Ivaí, percorrendo-o em toda a sua extensão, conhecendo a margem esquerda do mesmo e, ficando registrada a beleza dos campos ao avistarem a vegetação de cerrado em meio a uma floresta que, após o seu reconhecimento foram a princípio batizados por “Campos do Mourão”, como consta em mapas da Província do Paraná em 1775. Depois, para “Campo do Mourão” e, posteriormente sendo simplificado apenas para “Campo Mourão”.

Constata-se que o nome foi uma homenagem do chefe da expedição ao então Governador da Província de São Paulo, D. Luís Antônio de Souza Botelho e Mourão, entre os anos de 1765 a 1775, o qual tinha a jurisdição sobre o Paraná na condição de uma de suas comarcas, notadamente sendo a quarta e depois quinta Comarca da Capitania de São Paulo.

Como característica da história oficial, faz-se notável também que já naquele tempo havia a preocupação em deixar registrada a “história oficial” na memória das pessoas, fazendo-se cumprir as instruções através de homenagens, no sentido de batizar todos os lugares descobertos com nomes e apelidos mais conhecidos.

Etimologicamente a palavra Campo origina-se do latim “Campus” designado para uma região de grande extensão de terra, que tem ou não árvores esparsas. Já a palavra Mourão é um sobrenome de origem “Maura” ou do genitivo “Mauronis” ou seja, outra forma da palavra “Mauro” utilizado pelo dicionarista Leite de Vasconcelos que apresenta o termo no latim “Mauranus”, calcado em “Maurus” (ONOFRE, 2005, p. 19).

Desta expedição resultou as descobertas das ruínas da abandonada Villa Rica del Espiritu Sanctu, fundada na margem esquerda do rio Ivaí, próximo ao atual município de Fênix, criado com território desmembrado do município de Campo Mourão. Acrescenta Ferreira (1999, p. 256) que, “as ruínas de Villa Rica existem até hoje, e foram tombadas pelo Patrimônio Histórico e Florestal em 1948, e estão cobertas pela vegetação tropical”.

O reconhecimento da chamada região de Campo Mourão constituiu-se num processo lento e descontínuo, marcado por acontecimentos históricos com raízes no século XVI, envolvendo personagens que visitaram as terras paranaenses, ambiciosos por novas descobertas e conquistas.

## 2.5 POVOAMENTO DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO

De acordo com Steca e Flores (2002), a Microrregião de Campo Mourão, compreendida no Norte Novíssimo do Paraná, fazia parte da Província de Guairá, sendo habitada por povos indígenas das tribos Kaingang, Guarani e Xetá<sup>29</sup>. Mas foi na passagem do século XIX para o XX, com a vinda de expedicionários de Guarapuava para criar gado, que as terras de Campos do Mourão começam a ser efetivamente povoadas. Pois,

Cinco anos após a fundação de Guaíra, no ano de 1561, o capitão espanhol Riquelme com 100 soldados penetrou, em direção leste, nas matas entre os rios Piqueri e Ivaí e, com surpresa, encontrou campo aberto bordado de araucárias. Assim foi descoberto o atual “Campo Mourão” (MAACK, 1981, p. 35-6).

O anunciado campo aberto bordado de araucárias foi encontrado em 1561, depois da fundação do primeiro núcleo espanhol em território paranaense, ou seja, dois séculos antes das expedições botelhanas trilharem estes campos. Porém, apenas em 1880 foi concretizada a posse efetivamente paranaense desse campo, por iniciativa do fazendeiro de Guarapuava que fez os primeiros contatos com os índios, o Comendador Norberto Mendes Cordeiro.

Coube a Índio Bandeira, chefe de um grupo de famílias indígenas, fazer o anúncio nas beiras do toldo (aldeia) desta expedição, da localização do Campo do Abarracamento. E foi aceitando o convite do cacique Índio Bandeira, que o Comendador junto com alguns companheiros, também fazendeiros pecuaristas, criaram uma associação de fazendeiros interessados em desenvolver o ramo da pecuária nos Campos do Mourão, colocando fim a uma antiga lenda cultuada por guarapuavanos e palmenses, da existência dos famosos Campos do Paiquerê<sup>30</sup>.

Segundo Veiga (1999, p. 55),

O núcleo daqueles povoadores pioneiros, que, de certo modo, vieram estabelecer nos Campos do Mourão uma nova Colônia Mineira, como já ocorrera em 1862 no Nordeste do Paraná, fora antecipada por uma população flutuante de índios andarilhos, remanescentes de primitivos grupos étnicos, formando, agora, toldos instáveis no espaço e nos respectivos comandos.

---

<sup>29</sup> Pequeno grupo de índios muito primitivos, ainda vivendo na idade da pedra lascada e, que se abrigava na densa mata pluvial-tropical entre os rios Ivaí e Piquiri, pertencentes à tribo Tupi-Guarani. Mas devido à expansão das plantações de café, da destruição das matas, das geadas e queimadas, foram obrigados a recuar e viver em um espaço limitado. Sendo seus sobreviventes acomodados pelo governo nos reservados dos caingangues.

<sup>30</sup> Antes da vinda do colonizador europeu, as terras que formavam o Paraná e o Paraguai eram únicas, sendo o paraíso dos guaranis, era como se fosse o centro do império guarani, onde morava a aristocracia da nação guarani, ou seja, da raça.

A região que entre os anos de 1769/70, passaria a se chamar Campos do Mourão era certamente conhecida a milhares de anos dos grupos indígenas que transitaram na região sul do Brasil. Sabe-se que os guaranis dominavam toda esta região, havia cerca de 150 mil índios que habitavam a Província del Guayrá, da qual Campo Mourão fazia parte.

Outra tribo também habitou Campo Mourão, foi a dos “Camés”, porém, não se tem certeza quando chegaram, suspeita-se que seja depois do ano de 1600, quando os guaranis por causa dos bandeirantes praticamente desapareceram desta área. Conforme afirma Martins (1995), na Distribuição Geográfica das Tribos Indígenas, os Camés pertencem ao Grupo 2, dos Crêns.

Mas o território hoje paranaense não foi habitado somente por tupis-guaranis e suas variedades etnográficas, e até foi, depois das invasões e destruições de Guaíra, dominado mais vasta, embora menos volumosamente pelo Crens (Caingangos e suas variedades) e pelos Gês (Botucudos) (MARTINS, 1995, p. 130-31).

Os Camés eram apelidados de “Pés-Grandes”, viviam primeiro entre os rios Iguazu e Uruguai, transferindo-se mais tarde para os sertões de Guarapuava e Campo Mourão. Tinham parentesco com os Caingangues, sendo Jongjó seu último grande chefe.

Da grande tribo Camé catequizada pelo Padre Francisco das Chagas Lima, -diz Luiz Daniel CLEVE em o *Guaíra*, 1909 – restam na Comarca de Guarapuava poucos descendentes. Os antigos toldos do Piquiri, Corumbataí e do vale do Ivaí, ficaram desertos. Daí desapareceram os caciques outrora investidos do comando supremo, dos quais o último foi Jongjó. Apenas existem algumas famílias dispersas cujos chefes como Bandeira, Joaquim Cadete e outros poucos, intitulam-se Caciques, Coronéis, Capitães e vão às vezes à presença do governo com suas exigências e reclamações, fingindo ter sob seu comando grandes hordas quando suas famílias não vão além de 20 ou 30 indivíduos (MARTINS, 1995, p. 39, grifo do autor).

Constata-se, que o conhecido Capitão<sup>31</sup> Índio Bandeira era da tribo dos Camés, grupo dos Caingangues. Porém, o Capitão foi de uma época em que os Camés já haviam quase desaparecido.

Para autores como Brzezinski (1975), Simionato (1996), Veiga (1999), entre outros, segundo consta, seria ele um mestiço que liderava um grupo muito pequeno e também já não conservava muitos hábitos indígenas tradicionais, sua aldeia localizava-se no Campo Bandeira, local onde atualmente há uma fazenda com o mesmo nome. Assim sendo,

---

<sup>31</sup> Para Veiga (1999, p. 83), “acreditamos que o título Capitão, para índios, venha da organização implantada nas aldeias indígenas, desde o 7º Governador Geral do Brasil, D. Francisco de Souza, no período de 1591/1602”.

[...] expedicionários Guarapuavanos, que tencionavam criar gado na região, aqui chegavam, destacando-se a presença de Guilherme de Paula Xavier e Jorge Walter, e outra atitude valorosa, chefiada por Norberto Marcondes, com vinte e cinco homens, saindo do Oeste Paranaense. O propósito de seus participantes foi o de pacificar os indígenas ali existentes, habitantes primitivos da região, pois no hoje município de Campo Mourão, haviam duas tribos, tendo uma como chefe **Gembre** e outra tinha como líder o cognominado capitão **Índio Bandeira**. Estas aglomerações indígenas tinham como localização as margens do Rio Dezenove, nas proximidades da hoje estação aeroviária “Cel. Geraldo Guia de Aquino”, e a segunda no chamado Campo Bandeira, onde existe a fazenda com o mesmo nome (BRZEZINSKI, 1975, p. 18, grifos do autor).

O desenvolvimento e povoamento efetivo da região de Campo Mourão ocorreram no final do século XIX, quando em 1893 chegaram os expedicionários guarapuavanos (Norberto Marcondes, Guilherme de Paula Xavier e Jorge Walter), em uma expedição composta por 120 homens com o intuito de criar gado. Estes tinham como propósito também, fazer os primeiros contatos com índios<sup>32</sup> que aqui viviam, já que eram os primeiros habitantes da região.

Estes fazendeiros começaram a elaborar um plano para povoar as terras de campo, redescobrimo os Campos do Mourão. Portanto, as primeiras pessoas que obtiveram a propriedade legalizada das terras mourãoenses foram estes fazendeiros de Guarapuava que providenciaram o registro de uma grande gleba de terras, no ano de 1893.

De acordo com as disposições republicanas da Lei nº. 68, de 20 de dezembro de 1892, reguladas pelo Decreto nº. 1-A, de 8 de abril de 1893, foi requerida a posse de uma área de 60 mil hectares, conforme registro coletivo, datado de 25 de setembro de 1893, em Guarapuava, constituindo-se no primeiro documento oficial de posse ou terras particulares nos Campos do Mourão; no qual constam os seguintes nomes: Laurianna de Paula Marcondes, Joaquim Gonçalves da Motta, Alfredo da Silveira, Domingos Moreira Gamalier, Rozendo Moreira Bahls, Pedro Moreira Rubilar, João Ribeiro Soares, Manoel de Jesus e Araújo, José Hilário dos Santos, Manoel Lourenço da Silva Bastos, Antonio de Oliveira Rocha, Hygino Honorato de Bittencourt, Constantino de Souza e Oliveira, Horácio Hilário Pimpão, Domingos Inácio de Araújo Marcondes, Antonio V. S. (Antonio Honorato de Almeida), Pedro Moreira Rubilar Filho, Norberto Mendes Cordeiro, Missel Damasio de Camargo, Charabim Chrispim Ayres, Guilherme de Paula Xavier, José Simões de Oliveira, Antonio José Barbosa e Bento dos Santos Marins (VEIGA, 1999, p. 29).

Acrescenta Brzezinski (1975, p. 18, grifos do autor),

No ano de 1893, no segundo semestre atingia estas bandas, o cidadão **Guilherme de Paula Xavier**, vindo da cidade de Guarapuava, onde era proeminente chefe político [...] Por aqui permaneceu aproximadamente durante seis meses, tendo dado a denominação de “Ranchinho”, a um dos rios próximos a Usina São João [...] Também, localizou as terras que até há pouco pertenceram à Fazenda Santa Maria

---

<sup>32</sup> Como já mencionado no texto, segundo vários autores, naquela época a região de Campo Mourão era habitada por duas tribos indígenas, sendo uma liderada pelo chefe Gembre, localizada às margens do rio Dezenove, próximo onde atualmente está o Aeroporto Municipal Coronel Geraldo Guia de Aquino; e a outra chefiada pelo Capitão Índio Bandeira, localizada no chamado Campo Bandeira.

[...] Paula Xavier atingiu Campo Mourão pelo caminho conhecido como **Campina do Vitorin**, agora, município de Campina da Lagoa [...]

Cabe aqui mencionar que dos requerentes, apenas Guilherme de Paula Xavier acabou fixando residência em Campo Mourão, mas somente no ano de 1920. Faltando desta forma, verdade nas afirmações dos declarantes. Já que, na solicitação do registro de 30 quinhões com dois mil hectares para cada um, afirmaram eles que existiam no local, casas de moradia com benfeitorias, assim como também, certa quantidade de cabeças de gado “vacum e cavalar”.

No referido pedido de registro coletivo das terras, que objetivava demarcar as terras ou Sesmaria da posse e garantir a apropriação das terras devolutas<sup>33</sup> especificavam o seguinte:

Declaramos nós abaixo assinados, que possuímos por posse mansa e pacífica desde o ano de 1880, uma área de campos de criar no lugar denominado “Campo Mourão” neste Município, onde existem casas de moradia e mais benfeitorias, assim como certo número de cabeças de gado vacum e cavalar, cuja área tem aproximadamente a extensão de 60.000 hectares, sendo 30 quinhões com a área de 2.000 hectares cada um, que tem as seguintes divisas: das cabeceiras do arroio que tem por origem a divisa das águas, onde nasce o Arroio Parichim, que lhe fica fronteiro e por este abaixo até uma barra que fica mais ou menos a meia légua abaixo da Campina do Vitorino e, desta barra rumo oeste até enfrentar com o rio de Faxinal, nas suas cabeceiras cujo rio faz barra no Ivaí passando no NO (N.O.), de campera que demora entre Campo Mourão, onde se fizeram as primeiras casas, e o rio Ivaí; pelo mesmo rio de Faxinal abaixo até a barra de um lageado que nasce no referido campo, e desta barra rumo este até enfrentar com as cabeceiras do arroio onde começou a divisa (VEIGA, 1999, p. 29).

Segundo Soriano (2002), é necessário destacar que apesar do ano de 1880 ser considerado o marco inicial da ocupação das terras pelos fazendeiros guarapuavanos, esse grupo não foi o primeiro a deixar registrado em ata um requerimento de compra das terras ao governo da Província. Pois,

Anteriormente, em 1840, Francisco Alves da Rocha Loures tinha coordenado, durante 35 anos, cinco expedições com o objetivo de encontrar os campos de Paiquerê, onde se dizia existirem metais preciosos. Essas expedições tinham percorrido, além do Vale do Piquiri também os vales do Ivaí e Corumbataí. Com base nesse reconhecimento, em 1875, Rocha Loures, Manoel Joaquim de Oliveira, Domingo Aires de Araújo e outros registraram um requerimento de compra desses campos ao governo provincial (SORIANO, 2002, p. 67).

Apesar do plano original traçado pelos expedicionários guarapuavanos, entre 1880/81, foi somente o russo Jorge Walter aliado dos fazendeiros requerentes citados, que se fixou na região de Campo Mourão no ano de 1910.

---

<sup>33</sup> São terras sem título de propriedade que pertencem ao governo municipal, estadual ou federal.

Acrescenta Simionato (1996) que este veio de Guarapuava, conduzindo 654 cabeças de gado, 48 éguas e 15 cargueiros de sal. Desta forma, buscava aumentar seus empreendimentos, mas que depois chegaram ao fim.

Foi em virtude de Jorge Walter firmar uma aliança junto aos fazendeiros de Guarapuava e, através dos financiamentos por estes concedidos, que se concretizou o trabalho de colonização de Campo Mourão. Ainda hoje, os numerosos descendentes deste pioneiro mantêm a posse da gleba dos Walter, por ele conquistada e titulada, preservando desta forma, o nome da Família Walter.

A nova fase de povoamento da região foi iniciada em 1903, sendo que de 1760 até esta data, apesar das “entradas” de bandeiras de viajantes e penetração de exploradores, o sertão do noroeste paranaense não recebeu nenhum influxo ou plano colonizador, surgindo apenas, de longe em longe, arraiais, pousos e pequenas povoações (IBGE, 1959, p. 90).

A partir de 1903, há evidências da primeira ocupação com moradia habitual em Campo Mourão, quando chegaram os paulistas – Irmãos Pereira (José Luiz Pereira, Miguel Luiz Pereira, Ananias Luiz Pereira, Antonio Luiz Pereira e Luiz Pereira da Cruz), acompanhados de suas respectivas famílias e construíram as suas primeiras casas com outras benfeitorias, sendo que a princípio se dedicaram à agricultura e pecuária.

Esses pioneiros da família Pereira [...] pelo seu labor nas circunstâncias que tiveram que enfrentar. Tinham o espírito aventureiro e eram acostumados com a vida simples, sem nenhum luxo, gostavam mesmo era dos ranchos e o contato com a natureza. Apesar de terem conquistado a posse de muitas terras, não as legitimaram [...] Mas, o desbravamento de Campo Mourão foi um trabalho árduo, verteram muito suor, enfrentaram animais selvagens e cobras peçonhentas, febres intermitentes, carregadores, rios e enchentes. Apesar da violência pela posse de terras em nossa região, nos anos de 1950, entre posseiros, grileiros e proprietários, “os Pereiras” ficaram à margem dos acontecimentos [...] (LARA, 2003, p. 28).

Segundo Simionato (2008), em 1906 foi aberto um caminho que ligava Pitanga a Campo Mourão, denominado de “Picadão”, e em 1908 foi aberta a primeira estrada para Campo Mourão saindo de Guarapuava, cujos trabalhos foram chefiados pelo Dr. Tate e pelo Engenheiro Rômulo Trevisani. Hoje este caminho é conhecido como estrada Boiadeira (BR 487).

De acordo com Veiga (1999), até o ano de 1910, aos Pereiras juntaram-se as famílias de Cesário Manoel dos Santos, Bento Gonçalves Proença, Américo Pereira Pinto, José Custódio de Oliveira, Francisco Mateus Tavares, José Teodoro de Oliveira, Guilherme de Paula Xavier, Luiz Silvério e José Luiz Pereira Sobrinho.

Havia também muitos caboclos entre os pioneiros e outros eram colonos de origem européia ou asiática como: alemães, ucranianos, poloneses, italianos e japoneses que se fixaram em grandes áreas no território de Campo Mourão.

A respeito da indicação e titulação do patrimônio que originou Campo Mourão, Veiga (1999, p. 33) relata que:

Pela Lei nº. 1559, do ano de 1916, foi indicado o Patrimônio ou área que originaria a cidade, nos termos: “Fica concedida à Câmara Municipal de Guarapuava a área de 2.000 hectares de terras devolutas na Serra da Pitanga e igual área no Distrito de Campo Mourão do mesmo Município, destinados a construir as respectivas futuras povoações”.

Quanto as povoações ou pequenos núcleos rurais formados junto as longas vias de penetração, para Bernardes (1952), Campo Mourão foi uma povoação que surgiu do anonimato no interior de uma zona que era despovoada, e que se tornou um centro de apoio para os batedores do sertão que andavam por estes lados procurando alcançar as barrancas do rio Paraná.

Nos anos de 1920, já existia no local um povoado, marcado até nos mapas da época, sendo que ainda estava ocorrendo o povoamento ao longo das vias de comunicação entre Guarapuava e Pitanga.

Com relação às experiências de colonização nas margens do rio Paraná, segundo Bernardes (1952, p. 444), “a exploração de erva-mate nativa era feita em toda a região entre o rio e Campo Mourão. Porém, apesar de batido pelos ervateiros, na maioria paraguaios, este sertão jamais chegou a ser efetivamente habitado”.

Complementando, Yokoo (2009) ressalta que o termo batedor a que Bernardes (1952) se refere é utilizado para:

[...] designar os caboclo-posseiros que adentraram nas áreas florestadas para formar as suas roças e criar e engordar os porcos em terrenos devolutos e também dos ervateiros argentinos e paraguaios que exploravam e contrabandeava as folhas *in natura* das ervas-mate existentes em Mamborê e, que transportavam esta mercadoria em carroças pelas picadas em direção aos portos fluviais clandestinos no rio Paraná e destes para os mercados consumidores platinos que tinham herdado dos índios o hábito de infusão do chá de erva-mate (YOKOO, 2009, p. 6).

A solução encontrada para a melhoria dos negócios de gado vacum, foi a construção da chamada estrada Boiadeira, inaugurada no ano de 1921, estabelecendo intercâmbio comercial entre o Estado do Paraná, partindo dos campos de Guarapuava, passando por Pitanga e Campo Mourão, indo ter aos campos do Estado de Mato Grosso (atual Mato Grosso

do Sul), projeto este executado pelo guarapuavano Manoel Mendes de Camargo e Pedro Mendes de Abreu.

A estrada que se formou entre Guarapuava e Campo Mourão, cortando a região entre os rios Ivaí e Piquiri, também tem grande importância para o povoamento do oeste paranaense, sendo que a primeira etapa concretizou-se de Guarapuava até Pitanga. A simples trilha que bem antes de 1920 já havia até Campo Mourão, passou a se desenvolver em estrada, a partir do povoamento contínuo desta região.

Maack (1981, p. 58-9) afirma que:

As primeiras grandes picadas através da cerrada mata virgem do oeste do Paraná foram abertas em 1911 e 1923 pelo agrimensor Edmundo Alberto Mercer de Tibagi, a fim de possibilitar o transporte do gado diretamente de Mato Grosso para o Paraná, evitando-se desta maneira o enorme desvio através do Estado de São Paulo. A picada planejada para este fim, denominada Boiadeira, foi aberta por Mercer em 1911 e dirigia-se do Salto Ubá no rio Ivaí, por Campo Mourão, para Porto Camargo no rio Paraná. O levantamento do rio Piquiri foi efetuado em 1922 pelo agrimensor e futuro jornalista Carlos Alberto Coelho Junior. E. Mercer e C. A. Coelho também fizeram em conjunto o levantamento de um trecho do rio Ivaí, estabelecendo assim a ligação da Boiadeira com Porto São José no rio Paraná. Em todas estas penetrações da mata nada foi percebido da existência dos índios Xetá no noroeste do Paraná.

Neste local existia uma pequena área de campo já conhecida desde o século passado, que devido a sua posição quase central entre dois grandes vales do planalto (o Ivaí e Piquiri), e por estar localizada em um espigão plano de encostas suaves, esta pequena mancha campestre tornou-se aos poucos num tipo de base de operações para os batedores que exploravam estes sertões, quando vinham do rio Paraná ou da localidade de Guarapuava.

Este tipo de povoamento que se expandiu em um trecho do terceiro planalto cortado pelos rios Iguaçu e Ivaí, ocorreu de modo espontâneo e irregular, sendo raros os casos em que os povoadores eram encaminhados ou então se direcionavam por conta própria para uma colônia.

Com relação à organização socioespacial do território paranaense que propiciou a colonização das terras da região de Campo Mourão, devemos recordar que a colonização do município de Campo Mourão, como também dos municípios ao seu entorno, ocorreu através de duas formas distintas: uma frente de expansão e uma frente pioneira.

O avanço dessas duas frentes propulsou a construção e organização espacial do município de Campo Mourão. Inicialmente a frente de expansão estabeleceu o povoamento da região mourãoense, a partir da incursão de expedições de guarapuavanos que obtiveram do governo o registro de terras nessa localidade, com pretensões de criar gado. Mas essa frente apresentou-se pouco expressiva demograficamente, implantada precariamente em áreas acessíveis. Com relação à

frente pioneira, inicia-se a partir do século XX, com a implementação de política governamental, que consolida a colonização na região, apresentando-se estruturada, organizada e integrada ao mercado (ONOFRE, 2005, p. 27).

No que se refere à colonização estatal da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense:

A colonização de iniciativa estatal ocupou pequenas parcelas de terras e, muitas vezes em áreas não contíguas e, pois, muitos dos terrenos devolutos já haviam sido apropriados por intrusos e posseiros, sendo que estes praticavam a agricultura de subsistência e a criação em regime extensivo de suínos. Esta forma de uso da terra foi sucedida, de modo geral, pelas extrações madeireiras, praticadas por serrarias que iam devastando seletivamente a floresta, cada vez mais para o oeste, especialmente em áreas possuidora de maior densidade de madeiras nobres para aproveitamento econômico (YOKOO, 2009, p. 11-2).

Os primeiros agricultores que entraram de forma espontânea na mata são considerados “colonos”. O tipo mais comum é o chamado “safrista”, que junto com os seus contratados estava sempre procurando novas terras para as grandes roças, onde plantava milho para alimentar e engordar suínos.

Ressaltamos que nessa época a suinocultura desenvolvida era denominada “safra”, ou seja, os porcos selvagens eram criados soltos num roçado de milho isolado na mata e depois da engorda eram adquiridos por comerciantes (os safristas). Os rebanhos eram “tropeados”, isto é, levados a pé até os locais de comercialização.

Na maioria das vezes os colonos usavam o sistema primitivo de agricultura, a chamada “coivara”, que consiste em atear fogo à mata para só depois fazer as roças. Mas, abandonavam seus lotes após passar alguns anos, quando os mesmos já não resultavam o esperado na produção. Dificultando assim, o povoamento que se tornava dispersa.

Na sua infiltração pela mata, o povoamento atingiu Campo Mourão por volta de 1940. As características de solo, relevo e vegetação da região assemelham-se às que fizeram a fortuna do Norte do Paraná. Nas matas ao redor de Campo Mourão originou-se, então uma pequena frente pioneira ativa semelhante à daquela zona. Atualmente esta cidade está em uma das pontas de uma enorme pinça que, nesta região, se fecha sobre o Ivaí: o povoamento que se expandiu no Norte tende a se unir através do Ivaí com o que vem se alastrando, com ponto de apoio em Guarapuava. Há três ou quatro anos atrás completou-se a ligação com o Norte (Campo Mourão a Maringá), através de uma picada transformada em estrada, e registrou-se então um interessante fenômeno de captura econômica, uma vez que as comunicações e o movimento de pessoas e cargas da zona de Campo Mourão passou a se fazer preferencialmente para o Norte. Aí, então, nesta fronteira do povoamento o Norte e o Sul do estado se encontram. Para aí afluem mineiros, paulistas, baianos, etc. bem como riograndenses, catarinenses e paranaenses do leste (BERNARDES, 1952, p. 447).

Em 1930, ocorre a retomada das terras públicas pela União e de acordo com Cardoso e Westphalen (1986, p. 66), “o Governo do Estado do Paraná prossegue os planos de colonização de suas terras devolutas e de antigas concessões retornadas ao seu patrimônio, no Oeste paranaense [...]”.

De ocupação espontânea e desordenada, a região de Campo Mourão está localizada numa área de contato do arenito Formação Caiuá com o Latossolo roxo (terra-roxa), onde o café não prosperou devido ao limite climático (paralelo 24° Sul), a conhecida linha da geada. Dessa forma, tornou-se desinteressante para o Estado que fez a sua demarcação.

Em maio de 1939, através de Decreto, o Governo do Estado do Paraná resolveu iniciar os serviços de colonização em terras do município de Campo Mourão. Mas algumas glebas já se encontravam ocupadas por cablocos, poloneses e ucranianos, então estes lotes já ocupados anteriormente foram demarcados com o intuito de radicar definitivamente a população. Para Soriano (2002, p. 16), “a colonização efetiva de Campo Mourão começou entre os anos 40 e 50 com a venda de terras públicas”.

Na colonização do município, pode-se verificar que houve um “encontro das frentes pioneiras”, como se fosse uma grande pinça sobre o rio Ivaí.

Como resultado de um plano geral de colonização, várias colônias foram criadas na vertente da margem direita do rio Piquiri, as colônias Piquiri, Cantu, Goio-Bang e Goio-Erê, e na do Ivaí, as colônias Manuel Ribas, Muquidão e Mourão. São estas colônias constituídas por numerosas glebas cujas áreas, salvo algumas exceções, variam entre 5000 e 10000 hectares (BERNARDES, 1953, p. 350).

No que diz respeito, quanto à comercialização das terras em Campo Mourão:

Com preço significativo no mercado, as terras de Campo Mourão passaram a ser vendidas pela Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda. e a Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná. Em maior escala, o governo do Estado, por meio do Departamento de Geografia Terras e Colonização (D.G.T.C.) e da 8ª Inspeção de Terras, conforme o plano estatal de colonização em desenvolvimento, distribuiu as terras patrimoniais de Campo Mourão em colônias agrícolas: Colônia Mourão, Piquiri, Cantú, Goio-Erê, Goio-Bang, Muquidão, Mamborê e Tapejara, cada colônia em gleba e em lote individualmente (SORIANO, 2002, p. 17-9).

Como a venda dos lotes rurais agrícolas em Campo Mourão efetuou-se rapidamente, tal processo desencadeou uma série de conflitos sociais envolvendo: posseiros, pequenos proprietários, grileiros e fazendeiros.

Segundo Soriano (2002), no caso da ocupação das terras em Campo Mourão:

[...] a intimidação e a coação do trabalhador rural, a expulsão violenta das pequenas posses, a apresentação de títulos falsos, a extorsão dos preços dos lotes e a abertura de processos judiciais se revelaram como mecanismos utilizados, pela fração da elite dominante, na figura dos grileiros, grandes proprietários e especuladores, para impedir a expansão da pequena propriedade e, assim, concentrar a renda da terra em pleno processo de expansão da fronteira agrícola (SORIANO, 2002, p. 13-4).

De acordo com Onofre (2005), o processo de apropriação das terras e a consequente colonização agrícola da área total comercializada da chamada colônia Mourão foi de 170.980,8621 hectares, subdivida em 23 glebas de terras.

A venda de terras por parte do Estado iniciou-se logo após serem realizadas as novas medições do patrimônio da Vila de Campo Mourão, solicitadas pelo então governador Manoel Ribas ao Engenheiro Civil Sady Silva, da 5ª Inspeção de Terras, do Departamento de Geografia, Terras e Colonização (D.G.T.C.). Como forma de atualização e substituição da medição anterior realizada por Antônio Alves de Melo Feitosa.

Hespanhol (1990, p. 58) ressalta que,

O poder público, objetivando intensificar o processo de ocupação da área, bem como definir a situação legal de suas terras, procedeu da seguinte forma: nas áreas anteriormente ocupadas, o então Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado (D.G.T.C.), realizou diretamente a colonização, vendendo lotes e principalmente legalizando posses. Nas Glebas livres ou com pequena ocupação, o poder público concedeu o loteamento e a venda das terras às empresas privadas de colonização.

Em 1920, o povoamento por caboclos e colonos atingia Pitanga, e em 1940 Campo Mourão. A data de 06 de outubro de 1940 marca o lançamento em definitivo da delimitação do primeiro quadro urbano de Campo Mourão, com base no seu patrimônio. Começando a partir desta época, o povoamento efetivo tanto na área urbana, como podemos observar na Foto 4, quanto no interior do distrito.

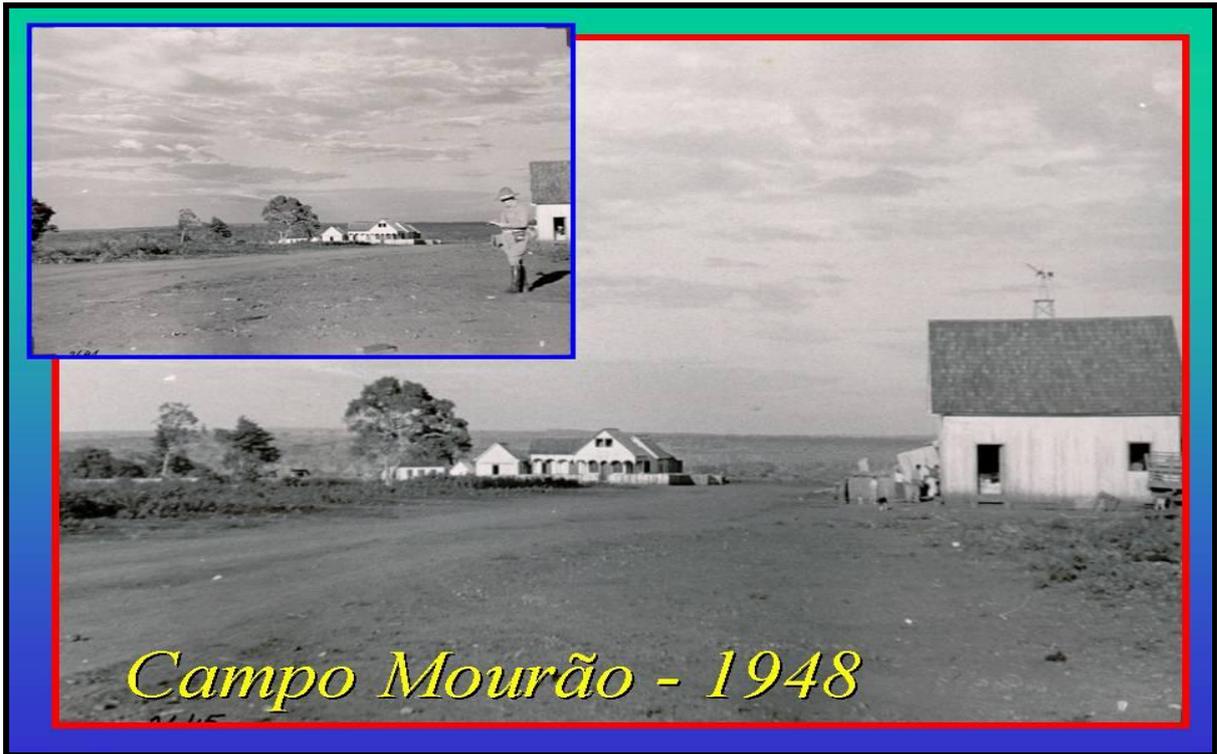


Foto 4: Cidade de Campo Mourão em 1948

Fonte: Acervo particular de – BIGARELLA, João José (1948).

Segundo Tavares, Considera, e Silva (1979), no período posterior a 1930, as colônias que progrediram desde os primeiros anos de existência foram:

[...] a colônia de Campo Mourão e outras adjacentes, fundadas em 1939 no Paraná, com gaúchos, catarinenses e europeus, que progrediram com a conclusão da estrada Campo Mourão – Maringá, em 1944, ligando o oeste ao norte do Estado (*bom acesso a mercados*) [...] (TAVARES; CONSIDERA; SILVA, 1979, p. 38-9, grifo dos autores).

Para El-Khatib (1969), foi com a criação de uma Inspetoria do Departamento de Terras no ano de 1943, que Campo Mourão prosperou rapidamente, atraindo novas levas de colonos e comerciantes.

Dessa forma, iniciou-se a construção de uma Vila, inauguraram-se as primeiras casas comerciais, estabelecendo-se os primeiros comerciantes: Guilherme de Paula Xavier, Margarida Wakin, Léo Guimarães e Francisco de Albuquerque.

Campo Mourão tem a sua história ligada a três “S” (Saúva, Samambaia e Sapé), ou seja, a região era no passado conhecida como “a terra dos três “S”. Denominação atribuída a esta região, considerando-se a sua realidade local com terra ácida imprópria para a agricultura.

A paisagem agrícola apresentava uma agricultura de subsistência com algumas plantações manuais de milho, arroz e algodão. E devido à acidez das terras na região, o resultado obtido era a baixa produtividade, como consequência, as terras perdiam valor.

As glebas situadas na vertente do rio Ivaí, pertencentes à colônia Mourão especialmente as do vale do rio Claro, gozam de grande vantagem: situadas a uma altitude mais baixa (400 a 650 metros) e sob clima mais quente, aí se desenvolve a mata latifoliada subtropical e a famosa terra roxa, propícias à cultura do café que aí tem seu limite meridional. Têm ainda a seu favor a maior proximidade das ricas zonas do norte do estado, cujo desenvolvimento vertiginoso as está contaminando (BERNARDES, 1953, p. 355).

Quanto a sua colonização, a região de Campo Mourão foi marcada por dois momentos, sendo uma a oficial e a outra empresarial privada. Constatando-se então, que nesta região houve o encontro das três frentes pioneiras que colonizaram o Estado do Paraná. Fato confirmado, pois a região onde está Campo Mourão se localiza onde o Sul e o Norte se encontram na marcha do povoamento paranaense.

A colonização de Campo Mourão aconteceu no início do século XX, mas o carro-chefe da economia não era a agricultura para a exportação, era sim, a pecuária associada a agricultura familiar e que na década de 60 e 70 inicia a corrida de sulistas riograndenses e catarinenses para esta região em função das notícias de que ocorria no Paraná a expansão da soja. Eram famílias basicamente de origem italiana, alemã e ucraniana. O que compensava a mudança do extremo sul para o Paraná era exatamente o tamanho dos lotes, 3 ou 4 vezes maior que o anterior deixado para trás, e a topografia regular semelhante as de origem dos migrantes. A fertilidade da terra-roxa também servia como atração (PROCÓPIO, 2007, p. 5).

De acordo com Procópio (2007), o processo de migração sulista durante a década de 1960 e 70 para a região de Campo Mourão, aconteceu devido aos proprietários rurais serem atraídos por terras baratas, financiamentos a juros baixos por parte do governo, implantação de cooperativas agrícolas, bem como, por ser a região propícia ao cultivo da soja, o clima favorável, a existência de uma cooperativa, créditos do Banco do Brasil, associados à experiência no cultivo da sojicultura no sul do Brasil, levou a motivação da vinda de famílias.

No ano de 1944, Campo Mourão liga-se por estrada de rodagem a Maringá, conforme podemos visualizar na Foto 5, essa via de acesso viabilizou a chegada de um novo contingente populacional de lavradores que buscavam novas áreas para plantar café e para a formação de “safras” (criação de suínos).



Foto 5: Rio Ivaí na Estrada Maringá – Campo Mourão em 1948  
 Fonte: Acervo particular de – BIGARELLA, João José (1948).

Segundo Veiga (1999, p. 103), “no dia 20 de agosto de 1947, o Governador Moysés Lupion, assinou a sentença aprovando a Gleba nº. 13 da Colônia Mourão, situada no Distrito de Campo Mourão, Município de Pitanga [...]”.

O mesmo autor, ainda acrescenta que “no dia 10 de outubro de 1947 era criado o Município de Campo Mourão através da Lei nº. 2 assinada pelo Governador Moysés Lupion e publicada na Imprensa Oficial do Estado [...]” (VEIGA, 1999, p. 103).

Yokoo (2009) afirma que o tipo de colonização que esteve vinculado à política do governo no Estado do Paraná, ao controlar o povoamento disperso e desorganizado, resultou na elaboração de um plano de colonização para as glebas de terras localizadas na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense. Dessa forma, durante o percurso de resgate histórico da colonização de Campo Mourão, pudemos perceber que o termo colonização assumia o significado de desenvolvimento da região.

## 2.6 MOTIVAÇÃO ECONÔMICA LOCAL

A primeira atividade econômica mourãoense praticada foi a exploração da madeira, envolvendo espécies como o pinheiro, o cedro e a peroba, acarretando o desmatamento das florestas locais.

Com base em dados obtidos pelo IBGE, no ano de 1948, o pinho, a erva-mate, as peles de animais silvestres, o mel e a cera de abelhas, faziam aumentar consideravelmente os lucros para o município de Campo Mourão. Já que a própria natureza oferecia uma vasta vegetação composta de muitas madeiras de lei, bem como havia muitas árvores frutíferas nativas e uma farta quantidade de animais silvestres, aves e peixes.

O milho e a cana de açúcar se destacavam como principais produtos agrícolas, sendo que, a cana de açúcar além de ser usada na culinária local e no fabrico de rapadura, ainda servia na época, como moeda de troca por outras mercadorias em Pitanga e Guarapuava.

Os colonizadores lotavam os seus carroções com rapaduras e peles de animais, como também de alguns cereais produzidos em Campo Mourão, e se dirigiam até estas localidades (Pitanga ou Guarapuava) para trocarem por mercadorias como: sal, tecidos, medicamentos, ferramentas, armas e munições.

Brzezinski (1975, p. 20) destaca que, “a ligação na época era com a parte Sul, tendo sido aberto em 1906, o caminho chamado ‘picadão’, ligando Campo Mourão a Pitanga, pois a ligação existente era de difícil acesso”. Dessa forma, a origem de Campo Mourão se remete a existência de antigas estradas por onde passavam boiadas vindo de Mato Grosso e São Paulo com destino ao oeste do Paraná.

As primeiras atividades econômicas desenvolvidas visavam à subsistência. Existiam muitas plantações de café e criava-se gado. Ao redor das pequenas casas se plantava o algodão, utilizado na fabricação de tecidos, através de teares manuais da época.

No processo de apropriação e organização espacial, segundo Onofre (2005, p. 73-4), “[...] a pecuária se constituiu na primeira atividade econômica, motivando a posse das terras, pelos primeiros habitantes, mas, não prosperou economicamente, em parte por causa das características físicas locais”.

O Plano Diretor de Campo Mourão<sup>34</sup> (1969, p. 7 apud ONOFRE, 2005, p. 74) destaca que:

---

<sup>34</sup> CAMPO MOURÃO. Prefeitura Municipal. Plano diretor de desenvolvimento local integrado de Campo Mourão. Campo Mourão, abril 1969. p. 7.

Condições climáticas inadequadas, com águas muito frias; inexistência de campos em abundância, fazendo com que os rebanhos fiquem expostos às doenças, e a própria estrutura fundiária, com predomínio de pequenas e médias propriedades e conseqüente necessidade de adoção de técnicas de alimentação e manejo de gado, vêm se constituindo um entrave ao seu incremento [...] constitui-se numa atividade de auto-consumo de complementação econômica às empresas rurais.

Segundo Fiorese (1999, p. 30),

Em Campo Mourão, no início do povoamento, a produção de leite visava o sustento familiar, sendo pequena. Era ainda, utilizada para a fabricação caseira de derivados como manteiga, queijo, doce de leite. O queijo era fabricado rusticamente, para o consumo da família, mas vendia-se o excedente, assim como o leite. A venda, às vezes, era a base de troca.

Ainda de acordo com a mesma autora:

Alguns sitiantes, que possuíam mais vacas leiteiras, transportavam o leite para a cidade, vendendo o litro, de casa em casa, diariamente. Esta era uma produção de leite clandestina e existe até hoje<sup>35</sup> em Campo Mourão, sendo feita às claras, quase sempre sem refrigeração, em peruas, carroças, motocicletas e até em bicicletas (FIORESE, 1999, p. 30).

Como consequência do declínio no desenvolvimento da atividade pecuária intensiva, as primeiras famílias que fixaram residência em Campo Mourão, passaram a praticar uma agricultura do tipo familiar. Para garantir a sobrevivência comercializavam os excedentes entre eles e também obtinham lucro dedicando-se a criação de porcos, ou seja, as chamadas “safras” que eram comercializadas nas cidades próximas ou até mesmo com outros Estados.

Na criação de porcos, além da comercialização dos suínos, ainda se podia aumentar substancialmente o lucro com a produção derivada. Entre os derivados comercializados, o mais utilizado era a banha de porco, que servia para conservar a carne, temperar a comida e para iluminar as casas (ONOFRE, 2005, p. 75).

Geralmente conduziam a pé entre 200 a 300 porcos de cada vez, em direção a Apucarana, por um picadão até o rio Ivaí. A travessia pelo rio era feita utilizando-se uma pequena balsa rústica chamada “Hilda”, que era construída com troncos de palmito, dificultando ainda mais a viagem. Só décadas mais tarde foi construída uma ponte.

Segundo afirma Bond (1996), os pioneiros de Campo Mourão diziam que existia um “caminho de cargueiro” que passava por Vila Rica em direção a Apucarana, sendo que, o

---

<sup>35</sup> Esclarecemos que atualmente, esta prática de comercialização do leite *in natura* não é mais permitida pelas normas da vigilância sanitária do município de Campo Mourão. É necessário realizar a pasteurização e empacotamento do produto antes da sua venda, que depois pode ser feita diretamente ao consumidor.

caminho de Peabiru por muitas vezes pelos colonizadores da região, foi denominado de caminho de cargueiro.

Veiga (1999, p. 39) acrescenta que,

A partir de 1938 começaram as comunicações de Campo Mourão com a região Norte paranaense, através do porto das Bananeiras e por Vila Rica (Fênix). Tais comunicações eram caminhos de cargueiros que demandavam a Apucarana, para onde se conduziam alguns produtos agrícolas da região, inclusive porcadas. As comunicações mais frequentes, porém, se faziam com Pitanga e Guarapuava, por comitivas periódicas.

Os alimentos que eram consumidos pelos primeiros colonizadores eram de origem interna, ou seja, produzidos pela economia local e praticados por pequenos produtores que plantavam: arroz, milho, feijão, trigo, mandioca, batata e cana-de-açúcar.

Segundo Simionato (1996), a carne de porco era muito utilizada para o feitiço do prato típico da época, que era a paçoca de carne<sup>36</sup> preparada no pilão. Esta iguaria que substituíra o pão escasso na época, consistia em socar no pilão a carne de porco frita anteriormente e acrescentar farinha. Atualmente, o município de Campo Mourão tem como prato típico oficializado, o Carneiro no Buraco<sup>37</sup>, que transformou a carne de carneiro em uma carne nobre.

Na época, nos grandes quintais criavam-se animais domésticos como galinhas, patos, porcos e cabritos, para o consumo das famílias; também se caçavam animais como a capivara, o cateto e a anta, além da prática de pesca nos rios da região para o autoconsumo.

Conforme citado anteriormente, em Campo Mourão o plantio de café não teve grande expressão, segundo Hespanhol (1990), nessa microrregião o produto foi prejudicado devido ao clima (ocorrência de geadas), pela falta de experiência dos migrantes sulistas no plantio desta cultura, e também devido à colonização efetiva do Estado ter ocorrido tardiamente, por volta de 1960.

No sentido de Paranavaí, caminhando até as barrancas do Rio Paraná, foi encontrado o obstáculo deste rio. Até Umuarama e Campo Mourão, as outras frentes, a cafeicultura encontrou o frio. Foram feitas tentativas de implantação da cafeicultura nas regiões de Iretama, Roncador, Cascavel, Medianeira e Matelândia, mas os

---

<sup>36</sup> Ver mais a respeito desse assunto em: SIMIONATO, Edina Conceição. **Campo Mourão: mulheres que fizeram história** (de 1903 a 1960). Campo Mourão: Kromoset, 2010. p. 129.

<sup>37</sup> A Festa Nacional do Carneiro no Buraco é realizada anualmente, no parque de Exposições Getulio Ferrari, na BR 158. É um evento que acontece sempre no segundo domingo do mês de julho, onde são servidos 150 tachos desta iguaria, que acabou por se transformar no prato típico da cidade, tornando-se um símbolo de Campo Mourão, divulgando o nome do município em todo o Brasil e também em outros países.

resultados obtidos provaram a inviabilidade desta cultura em locais que não os tradicionais (FERREIRA, 1999, p. 78).

O autor ainda destaca que:

A ocupação de áreas anteriormente destinadas ao café e a incorporação de áreas novas à fronteira agrícola no oeste e sudoeste, contribuiu para a consolidação da sojicultura, aliado ao aprimoramento do uso de insumos modernos, mudanças tecnológicas e melhoria de variedades. A produção de grãos em larga escala permitiu a consolidação da agro-indústria paranaense, com o surgimento de complexos industriais de processamento de soja nos principais centros produtores, Ponta Grossa, Maringá, Londrina, Campo Mourão e Cascavel (FERREIRA, 1999, p. 79).

De acordo com Hespanhol (1990), nesta região se desenvolveu além da exploração madeireira, a policultura de: arroz, feijão, milho, café, algodão e o cultivo da hortelã (cerca de 2,260 hectares), além do cultivo da cana-de-açúcar, uns 200 hectares. A hortelã foi um produto mercantil de alto valor no mercado na época, sendo utilizada para fazer óleo de menta.

Quanto as maiores riquezas naturais extraídas na região, eram as de origem vegetal como a madeira de lei (peroba, cedro, pinho, canela, ipê e imbuía). Para Yokoo (2009, p. 7), “[...] somente a região de Campo Mourão até a década de 60 chegou a contar com mais de 40 serrarias fornecendo o material para a construção civil e mobiliária para os centros urbanos”.

Já a riqueza de origem mineral que era explorada, com destaque surge à argila (barro vermelho usado na fabricação de telhas e tijolos), a pedra granítica para as construções e a areia extraída do leito dos rios da Várzea e Mourão.

Com relação à primeira empresa de que se tem notícia, instalou-se na região de Campo Mourão, no ano de 1919, chamava-se ALLICA e era propriedade do obragero Julio Thomáz Allica. A mesma, estava voltada a exploração de erva-mate e teve seus acampamentos erguidos próximo a Campina do Amoral, onde atualmente, situa-se a cidade de Mamborê.

Mas como o governo argentino aumentou os impostos, para desestimular a importação da erva-mate procedente do oeste paranaense, Yokoo (2002, p. 61) afirma que:

Com a aplicação dessa política de substituição de importação da erva-mate brasileira, as obrages que exploravam os ervais na região oeste paranaense, passam a atuar na extração de madeiras, mas a essa altura já haviam retirado grande parte da madeira-de-lei do entorno do rio Paraná, e as reservas de madeiras nobres estavam situadas mais ao interior da obrage, portanto, necessitando de mais capital para o investimento em infra-estrutura viária e equipamentos. O esgotamento desse recurso natural irá ocasionar, em alguns anos, o abandono das obrages.

Algumas obras encerraram suas atividades econômicas na região a partir da passagem da Coluna Prestes em 1924. Segundo Cabanas<sup>38</sup> (apud YOKOO, 2002, p. 61, grifo do autor),

Outro fator que irá desencadear a desestruturação das obras é a presença militar no oeste paranaense, entre os anos de 1924 e 1925 da *Coluna Prestes*, que permaneceu alguns meses na região em contato com os obrageros e seus mensus. A permanência dessa coluna paralisou, desarticulou e destruiu as atividades das obras na região, provocando prejuízos econômicos, além de libertar os trabalhadores que se encontravam semiescravidados (CABANAS, 1927, p. 240-41).

A empresa ALLICA do ervateiro argentino e que funcionava as margens do rio Piquiri, encerrou as suas atividades no ano de 1924, quando passaram pelo Paraná os revolucionários da “Coluna Prestes”, comandados por Luís Carlos Prestes.

---

<sup>38</sup> CABANAS, João. **Coluna da Morte**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Almeida & Torres, 1927.

### 3 A PROPRIEDADE FAMILIAR NO CONTEXTO DA QUESTÃO AGRÁRIA

#### 3.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA QUESTÃO AGRÁRIA

Acredita-se que a difusão da agricultura deve ter ocorrido à medida que o crescimento demográfico afastava os agricultores de seu centro de origem. As alterações que ocorreram na sociedade, na economia e na cultura foram tão grandes que se considera este processo uma verdadeira “revolução agrícola”, que acabou acelerando a sedentarização.

Quanto ao uso da terra agricultável, de acordo com Cavina:

Na história da evolução da humanidade verifica-se que as normas jurídicas que regulam o uso da terra só apareceram quando a agricultura fixou o homem, isto é, fez cessar o nomadismo, substituindo-o pela vida sedentária, para atender à *espera produtiva* (CAVINA, 1979, p. 73, grifo do autor).

No que resulta entre a escolha e a preparação do solo para o tipo de cultura que se tenha planejado e o quanto se espera colher. A agricultura exige esforço, dedicação e engenho. Já que as atividades ligadas a esta prática demandavam não apenas empenho, mas também um trabalho coordenado e que envolvesse várias pessoas do grupo, iniciava-se então, profundas modificações na economia e na ética social que aumentaram com a divisão do trabalho.

Entre os agricultores sedentários, a terra passa a ser “sua propriedade” e, surge a necessidade de sua defesa, pois dela provém à subsistência. O partilhar generoso de alimentos com os membros da comunidade é substituído pela economia e pelo acúmulo de bens materiais, portanto, a economia mudou totalmente de coletora para produtora. Desse modo,

[...] a família rural deseja ter um certo poder sobre a terra, nela usar certas técnicas para obter produtos agrícolas e/ou pecuários para, em parte, consumi-los e em parte levá-los ao mercado para permuta, daí voltando com certa quantidade de moeda ou outros produtos para atender a suas necessidades e realizar novos investimentos (CAVINA, 1979, p. 15).

Com a expansão da agricultura e a sedentarização, ocorreu a necessidade de defesa e proteção das vilas e aldeias que formaram as primeiras cidades, surgiram os primeiros chefes ou reis, houve o crescimento do comércio e o aparecimento das primeiras guerras. Outra consequência da sedentarização, do melhor aproveitamento da terra e do aumento da produção de alimentos, foi a explosão demográfica que se constata até hoje.

A agricultura é um conjunto de formas econômicas do uso da terra, que está dividida pela observância em sistemas agrícolas e sistemas pecuários. Quanto ao uso da terra agricultável, os sistemas agrícolas brasileiros traçam dois grandes rumos, sendo um para a pequena lavoura e outro para a grande lavoura, os latifúndios.

O Brasil é um país de forte tradição agrícola e ao estudar as raízes do problema agrário brasileiro, percebemos que a nação não conseguiu resolver ainda um dos mais antigos problemas sociais do seu povo, que é a ocupação desordenada do território e o deficiente aproveitamento das suas terras, desde o período colonial até a atualidade.

O ano de 1822, marca no Brasil a constituição do Império e o fim do regime das Sesmarias<sup>39</sup> como estrutura fundiária, enquanto que o ano de 1850, marca a proibição do Tráfico Negro<sup>40</sup> e a criação da Lei de Terras, que preconizava as posses mansas e pacíficas.

O Império brasileiro decretou em 18 de setembro de 1850, a Lei nº. 601 – chamada Lei de Terras<sup>41</sup> – que significou a união, ou seja, o casamento do capital com a propriedade da terra. Com isso a terra foi transformada em uma mercadoria, a qual somente os ricos poderiam ter acesso, já que esta lei estabelecia que a aquisição de terras só fosse possível através da compra, porém garantia as Sesmarias e as posses.

No espaço de 1822 a 1850, ficou em “aberto” a questão da ocupação de terras no Brasil, onde se priorizava o grande proprietário de terras e não o pequeno. Em 1850, o Brasil deixa de ser um país mercantilista com traços feudais e inicia-se nesse período o capitalismo.

Constituiu-se a partir de 1850, o complexo rural que já se encontrava estruturado na base capitalista e apresentava a circulação de mercadorias, a terra como mercadoria e o trabalho remunerado, nas fazendas de produção de café comandadas por uma oligarquia agrária.

---

<sup>39</sup> O regime das Sesmarias foi suspenso no Brasil, em 17 de junho de 1822. A famosa expressão “O Conto do Vigário”, surgiu após a extinção do regime das Sesmarias que eram as grandes propriedades da época, quando o Estado e a Igreja formavam uma única Instituição, pois através de um juramento com a mão em cima da Bíblia o vigário dava posse de uma propriedade a pessoas que “prometiam” ocupá-las e explorá-las.

<sup>40</sup> Houve no Brasil uma grande pressão política a partir de 1850, quanto à questão da escravidão que era a primeira relação de trabalho na época. Pois, os europeus queriam vender o excedente da sua produção industrial e desta forma, fariam com que os europeus desempregados conseguissem trabalho e também passassem a consumir os produtos industrializados, bem como, os escravos libertos no Brasil.

<sup>41</sup> A Lei de Terras visava, fundamentalmente, a três objetivos: 1) proibir as aquisições de terras por outro meio que não a compra (Art. 1º) e, por conseguinte, extinguir o regime de *posses*; 2) elevar os preços das terras e dificultar sua aquisição (o Art. 14 determinava que os lotes deveriam ser vendidos em hasta pública, com pagamento à vista, fixando preços mínimos que eram considerados superiores aos vigentes no país); e 3) destinar o produto das vendas de terras à importação de “colonos” (GUIMARÃES, 1977, p. 134, grifo do autor).

Foi no espaço de tempo de quase trinta anos de transição das Sesmarias até a Lei de Terras que surgiram os grileiros<sup>42</sup>, pois a Lei de Terras ao estabelecer a compra e venda como forma padrão de aquisição da propriedade fundiária, limitando fortemente o usucapião<sup>43</sup>, perpetuou a estrutura agrária desigual herdada dos tempos coloniais.

Na virada do século XX, a colonização marca o processo de ocupação da terra, onde colônias de agricultores estrangeiros se instalam em regiões determinadas pelo Estado.

Segundo Coradini e Fredericq (1982, p. 17), “a formação e a consolidação da pequena propriedade rural nos três Estados do Sul do Brasil devem-se sobretudo à imigração estrangeira”.

Em 30 de novembro de 1964, durante o governo militar do presidente Marechal Castelo Branco foi sancionada a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil, em quase quinhentos anos de história, a Lei nº. 4.504 – denominada Estatuto da Terra – que em seu artigo 4º estabelece algumas definições citadas por Cavina (1979, p. 49-50), como sendo:

- a) imóvel rural: prédio rústico, de área contínua, qualquer que seja sua localização, que se destine a exploração extrativa, agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer por meio de planos públicos de valorização, quer por meio da iniciativa privada;
- b) propriedade familiar: imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda força de trabalho garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros;
- c) módulo rural: área fixada para a propriedade familiar;
- d) minifúndio: imóvel rural de área e possibilidades inferiores à propriedade familiar;
- e) latifúndio: imóvel rural produtivo maior ou igual a 600 vezes o módulo rural (ou qualquer área improdutivo maior do que o módulo rural) [...].

Com relação à repartição do solo agricultável na propriedade, Cavina (1979, p. 75) define como propriedade familiar:

As partilhas periódicas feitas às famílias são repetidas seguidamente para a mesma família e para o mesmo trecho de terreno, dando início a uma forma de permanência. A terra permanece indivisa até então entre os membros da família, cabendo ao patriarca a administração e a partilha das colheitas com os co-proprietários.

---

<sup>42</sup> É aquele que realiza a grilagem, ou seja, a apropriação ilegal de terras, tornando as propriedades “legais” por meio de documentos que são falsos. Nesse processo, o grileiro expulsa da terra os posseiros, índios e até mesmo proprietários legais.

<sup>43</sup> Segundo Assumpção (1996, p. 221), é “uma das modalidades de acesso à terra. É o modo de adquirir propriedade móvel ou imóvel pela posse pacífica, não contestada e ininterrupta da coisa, durante um período de tempo expresso em lei”.

A unidade de medida usada para classificar uma propriedade como grande ou pequena, ou seja, latifúndio ou minifúndio é o módulo rural ou propriedade familiar, portanto, o módulo rural não tem um tamanho fixo, é um terreno de tamanho variável.

Sua extensão varia de acordo com as características de cada região do país e depende muito da fertilidade do solo na região onde se encontra. Tomando como base o conceito de módulo rural, por exemplo, no Estado do Paraná, um módulo rural tem área pequena porque as terras são férteis. Assim sendo,

Além de tratar dos aspectos ligados ao conceito de *reforma agrária*, o Estatuto da Terra introduziu novos conceitos, designando os diferentes tipos de propriedade da terra no Brasil. Foi estabelecido que uma propriedade de tamanho menor que o necessário para o sustento e progresso de uma família seria considerada *minifúndio*. A área *mínima* de terra para uma família sustentar-se e progredir econômica e socialmente teria o nome de *módulo rural*. O tamanho desse módulo seria estabelecido por critérios técnicos. Ele poderia ter em torno de 15 hectares de terra, embora, na região amazônica, uma família necessite de mais e, em áreas das regiões metropolitanas destinadas à hortifruticultura, se possa progredir com apenas 5 hectares (MORISSAWA, 2001, p. 99, grifos da autora).

Pode-se destacar também que, uma das inovações do Estatuto da Terra foi a definição da função social da terra. Quando retoma o princípio da função social da propriedade, defendido anteriormente nas leis das Sesmarias e desprezado pelos colonizadores.

De acordo com essa definição, o proprietário que utiliza a terra respeitando o meio ambiente, de forma racional e adequada, cumpre a legislação trabalhista, está atribuindo à terra a sua função social, como está definido na Constituição Federal de 1988 (artigo 5º, parágrafo XXIII), “a propriedade atenderá a sua função social”. Portanto, a Constituição estabelece que a terra seja desapropriável quando não cumpre a função social.

Segundo Assumpção (1996, p. 100), a função social da terra significa:

Expressão que tem o mesmo sentido que Função Social da Propriedade. Estabelece condições sociais para a posse e uso da terra. Constitui o conjunto de objetivos sociais e econômicos que a propriedade da terra deve cumprir. Nos termos do Estatuto da Terra a propriedade da terra desempenharia, integralmente, a sua função social quando, simultaneamente [...].

Devido às mudanças ocorridas na Constituição de 1988, aprova-se quatro anos depois, durante o governo do presidente Itamar Franco, a Lei nº. 8.629 – chamada Lei Agrária – que segundo Morissawa (2001, p. 110), reclassifica as propriedades rurais no Brasil da seguinte forma:

Minifúndio: dimensão menor que o módulo rural fixado para o município;  
 Pequena propriedade: dimensão entre 1 e 4 módulos rurais;  
 Médias propriedades: dimensão entre 5 e 15 módulos rurais;  
 Grandes propriedades: dimensão superior a 15 módulos rurais.

No entanto, o tamanho de um módulo rural varia de acordo com a região ou área do território brasileiro, entre 5 a 110 hectares. Como no caso, das proximidades de uma capital, ele equivale a 5 hectares; já no Pantanal Mato-Grossense, ele sobe para 110 hectares, de acordo com Morissawa (2001).

Em Campo Mourão, segundo dados obtidos junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2009, um módulo fiscal equivale a 18 ha<sup>44</sup>, sendo a fração mínima de 2 ha para se abrir uma escritura individual.

De acordo com a Constituição Federal de 1998 (artigo 5º, parágrafo XXVI), “a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento”.

Para entender o processo de distribuição de terras no Brasil é preciso conhecer a história da estrutura fundiária no Brasil, ou seja, é preciso saber que estrutura agrária é o modo como se organizam a produção agrícola e os serviços numa comunidade rural. Como a estrutura fundiária de uma região retrata a distribuição das propriedades no campo, verifica-se que o município de Campo Mourão está incluso no quadro de concentração fundiária, presente na realidade brasileira e também paranaense.

Em seu artigo, Kageyama (1993, p. 5) discute sobre a questão agrária brasileira, baseando-se em obras consideradas clássicas na literatura econômica nacional, onde:

A partir dos quatro autores mais representativos dessas visões clássicas – Ignácio Rangel, Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Jr. e Celso Furtado – procuraremos mostrar que, além de propriedade da terra, a questão agrária brasileira é também uma “questão populacional”, nela residindo, até hoje, as causas da pobreza e do êxodo rural.

Quando se trata da estrutura agrária brasileira, pode-se ressaltar que no aspecto de justiça social, são bem poucos que possuem muita terra, os chamados latifundiários. Enquanto que, muitos não a possuem e lutam pela propriedade, mesmo que às vezes não tenham mais esperanças e nem meios para alcançá-la. Fica evidente que,

---

<sup>44</sup> Unidade de medida agrária de área equivalente a 10.000 m<sup>2</sup>.

Historicamente, a paisagem sócio-econômica brasileira mostra uma separação muito clara de um grupo reduzido e poderoso, contra um grupo mais numeroso e de condição sócio-econômica muito fraca dentro de sua população, ocupando os dois apenas reduzida parte do território nacional. Essa organização mostra grande distância entre a aristocracia rural, o dono da terra e o trabalhador rural, que, juntos, praticamente acompanham a população brasileira. (CAVINA, 1979, p. 19).

O Brasil é um dos poucos países do mundo que não controla o tamanho da área, ou seja, a quantidade de terras de um proprietário, gerando dessa forma o monopólio da terra.

Segundo Oliveira (2005, p. 70),

O estudo da agricultura brasileira tem sido feito por muitos autores que expressam diferentes vertentes do pensamento marxista. Alguns autores defendem o ponto de vista de que no Brasil houve feudalismo, ou mesmo relações semifeudais de produção. Por isso, eles advogam a seguinte tese: para que o campo se desenvolva seria preciso acabar com essas relações feudais ou semifeudais e ampliar o trabalho assalariado no campo [...] Esses autores costumam afirmar inclusive que o capitalismo está penetrando no campo.

De acordo com Guimarães (1977, p. 151), que defende que no Brasil houve o feudalismo, “[...] a pequena propriedade é um produto da luta de classes, travada sempre em desigualdade de condições, entre os camponeses sem terra e a classe latifundiária”.

Oliveira (2005, p. 71), ainda afirma em seus estudos sobre as transformações na agricultura brasileira que:

Outra vertente entende que o campo brasileiro já está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista e que os camponeses inevitavelmente irão desaparecer, pois eles seriam uma espécie de “resíduo” social que o progresso capitalista extinguiria. Ou seja, os camponeses ao tentar produzir para o mercado acabariam indo à falência e perdendo suas terras para os bancos ou mesmo teriam que vendê-las para saldar as dívidas. Com isso, os camponeses tornar-se-iam proletários.

Complementando esta idéia, o autor argumenta que:

Assim, para essas duas vertentes, na sociedade capitalista avançada não há lugar histórico para os camponeses no futuro. Isso porque a sociedade capitalista é pensada por estes autores como sendo composta por apenas duas classes sociais: a burguesia (os capitalistas) e o proletariado (os trabalhadores assalariados) (OLIVEIRA, 2005, p. 71).

Para Oliveira, a sociedade capitalista está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra.

O estudo da agricultura brasileira pode ser compreendido a partir do processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro, esse processo

também deve ser analisado dentro de uma economia capitalista, atualmente internacionalizada, que produz e se reproduz em diferentes lugares no mundo, estabelecendo processos e relações de interdependência entre Estados, nações e até mesmo empresas. Assim,

[...] O estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando-se em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado pela presença no campo do bóia-fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença e aumento do trabalho familiar no campo) (OLIVEIRA, 2005, p. 73).

Precisa-se entender o campo brasileiro e as suas transformações recentes, pela lógica do desenvolvimento capitalista mundial na agricultura. De acordo com Cavina (1979, p. 27), “no desenvolvimento econômico brasileiro o papel reservado à Economia Rural é diferente do de outros países. É que nos países altamente industrializados a agricultura é complementar na economia nacional. No caso brasileiro, ao contrário, é a agricultura a parte fundamental”.

No Brasil, isto ocorre porque a agricultura está submetida à indústria, produzindo gêneros alimentícios segundo as exigências do mercado, como é o caso também da agricultura paranaense e do município de Campo Mourão.

O tema agricultura familiar, para muitos estudiosos está relacionado ao conceito de camponês, sendo que este é um dos conceitos mais complexos de se explicar, pois existem diferenças e semelhanças que estão representadas nos diversos conceitos utilizados para se falar do campesinato como: pequeno agricultor, pequeno produtor, lavrador, agricultor familiar, produtor familiar, agricultura familiar camponesa, campesinato indígena, camponês, entre outras palavras e conceitos.

Esta questão leva a uma reflexão sobre as semelhanças e diferenças existentes entre as organizações que unem pessoas que desenvolvem o trabalho familiar e que muitas vezes são assim denominados. Fernandes (2006, p. 12), ressalta que:

Campesinato é um dos conceitos mais difíceis de explicar. Diferentemente dos trabalhadores assalariados ou dos empresários capitalistas que produzem e se reproduzem a partir unicamente da relação trabalho-capital em todos os lugares, o campesinato cria e se recria por meio da relação familiar e do assalariamento temporário. Para melhor compreender esta dificuldade é preciso entender a complexidade em que o campesinato está envolvido. O campesinato só pode ser compreendido no processo da multidimensionalidade, ou seja, na interação de todas as dimensões do desenvolvimento humano: política, economia, sociedade, natureza e cultura. O trabalho na terra e a produção de alimentos são relações principais que identificam os diferentes tipos de campesinato em qualquer parte do mundo.

Para este autor, em vários trabalhos acadêmicos, os conceitos de camponês e de agricultor familiar são tratados como iguais ou então são utilizados sem que se faça a devida reflexão teórica. Dessa forma, o conceito de camponês surge como conteúdo de agricultor familiar ou vice-versa.

De acordo com Assumpção (1996, p. 41), campesinato é a “referência sociológica aos usos e costumes da sociedade camponesa (campestre) ou de grupo de camponeses, que trabalham e habitam no meio rural”. E o termo camponês para Assumpção (1996, p. 42), corresponde “a pessoa que habita no campo, no meio rural, e se ocupa com atividades da produção agrícola”.

Segundo Fernandes, os teóricos da agricultura familiar defendem:

Que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico-política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal (FERNANDES, 2002, p. 3. In: FERNANDES, 2001, p. 29-30).

Para o referido autor, há pesquisadores que usam o conceito de agricultura familiar com consistência teórica e não utilizam o conceito de camponês, enquanto que outros pesquisadores que utilizam o conceito de camponês podem chamar de agricultor familiar, mas não como um conceito e sim como uma condição de organização do trabalho. Do mesmo modo, quando se trabalha com o conceito de camponês podem-se utilizar palavras como: pequeno produtor e pequeno agricultor.

Na definição de Assumpção (1996, p. 160), o pequeno produtor rural “é a pessoa que é detentora, proprietária ou não, de imóvel classificável como pequena propriedade rural”.

Ainda de acordo com o referido autor, a pequena propriedade rural corresponde:

Em termos agrários e, em sentido genérico, era o imóvel com área inferior a 50 ha (cinquenta hectares) de superfície, independentemente da sua exploração agrícola. Havia uma tendência de se confundir pequena propriedade rural com minifúndio<sup>45</sup>. No entanto, uma pequena propriedade rural, em função do seu uso, ocupação e cumprimento da sua função social, poderia ser enquadrada em uma classificação diferente de minifúndio. Nos termos do Item II, do Artigo 4º, da Lei nº. 8.629/93, é o imóvel rural com área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais (ASSUMPÇÃO, 1996, p. 160).

---

<sup>45</sup> Com a vigência da Lei nº. 8.629/93, foi abolido o conceito de minifúndio e instituído o de pequena propriedade rural.

Fernandes (2002) acrescenta que alguns teóricos da agricultura familiar, como por exemplo, Veiga (1991) e Abramovay (1992), em seus trabalhos apresentam uma série de argumentos e elementos que diferenciam o agricultor familiar do camponês quando destacam: a integração ao mercado, o papel determinante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e a incorporação de tecnologias.

Ainda de acordo com este autor, seguindo uma lógica definida por Lamarche (1993), aconteceria a transformação do camponês em agricultor familiar. Esta é uma linha de pensamento onde camponês seria apenas o produtor de uma agricultura de subsistência. Lamarche, explica assim, a exploração e a eliminação dos camponeses na lógica da diferenciação e da desintegração do campesinato. Desta forma,

*A exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração (LAMARCHE, 1993, p. 15, grifos do autor).*

Em contrapartida, as obras de Lênin (1985) e Kautski (1986), são as sementes dos estudos da questão agrária, pois estas pesquisas até o momento são essenciais para a compreensão do desenvolvimento da agricultura no sistema capitalista.

Fernandes (2002), afirma que estes trabalhos são indispensáveis para se entender a crise do campesinato no processo de diferenciação e estão entre as principais referências para que se possa compreender que o espaço da luta e da resistência para que os camponeses continuem sendo produtores familiares, não está na sua integração ao mercado, mas em uma luta política contra o capital.

Para Fernandes (2002), como o mercado capitalista é muito mais um espaço de destruição do que de recriação do campesinato, os diversos tipos de camponeses como: posseiros, assentados, rendeiros e pequenos proprietários estão inseridos no mercado. No Brasil, nestes últimos vinte anos, não foi o mercado que possibilitou a recriação do campesinato, mas foi com a luta política através das ocupações de terra que se possibilitou o acesso à terra.

Segundo Fernandes (2002, p. 4, grifo do autor), “[...] no final do século XX, os teóricos da *agricultura familiar* procuram construir um método de análise em que o desaparecimento do camponês está no processo de metamorfose em agricultor familiar”. A

questão é que para estes teóricos a solução para o camponês é se transformar em agricultor familiar e se integrar ao mercado ou então permanecer como está e se desintegrar.

Esclarecemos que não temos a pretensão de entrar no mérito da discussão teórica sobre os conceitos de agricultura camponesa e/ou agricultura familiar para os pesquisadores, pois acreditamos que cada um deles tem seu ponto de vista que sustenta as suas bases teóricas. Para fins de estudo do espaço agrário de Campo Mourão, adotamos o termo agricultura familiar não como conceito, mas como uma condição de organização do trabalho.

De acordo com Fernandes,

A organização do trabalho familiar no campo existe desde os primórdios da história da humanidade. Em seu processo de formação, a organização do trabalho camponês realizou-se em diferentes tipos de sociedade: escravista, feudal, capitalista e socialista. No capitalismo, a sua destruição não se efetivou conforme prognosticado, porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalista de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária. (FERNANDES, 2002, p. 5. In: FERNANDES, 2000, p. 279-280).

Silva (1982, p. 37), define a pequena produção com sendo:

Pequenas áreas com baixas rendas, onde a família do produtor direto constitui a unidade básica de produção e consumo, e onde sua reprodução se realiza sob precárias condições. A pequena produção é responsável em nosso país pela grande parcela da produção de alimentos básicos e também das matérias-primas de transformação industrial.

O objetivo fundamental dos “problemas tecnológicos rurais” é elevar a capacidade técnica, em geral, tanto para o agricultor como para seus familiares. Em outros termos, significa elevar a produtividade da terra e do homem rural, buscando conduzir o produtor rural e sua família a viverem melhor na terra que cultivam.

Os pequenos agricultores, quando têm acesso aos insumos agrícolas e contam com o apoio de educação e saúde, são capazes de obter maior produtividade, com base no trabalho braçal, sem necessitar da industrialização agrícola, que sempre precisa de latifúndios e ser quase que totalmente mecanizada (RUSCHI, 1978, p. 39).

Segundo Cavina (1979, p. 148), nesse aspecto para o sistema econômico atualmente, entende-se “educar a gente do campo no sentido de ajudá-la a viver melhor seja pelo uso mais adequado da terra, com novas técnicas, com financiamento, com melhor comercialização da produção, seja encaminhando a atividades não agrícolas”.

Dentro da política agrária de um país, que são as iniciativas adotadas pelo governo relacionadas à posse e uso da terra, está a política agrícola, que é o conjunto de medidas

tomadas pelo governo relacionadas à produção da agricultura. Cujos principais instrumentos utilizados são: os preços agrícolas, o crédito rural, o seguro, a armazenagem, a assistência técnica e a pesquisa agropecuária.

### 3.2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

A modernização tecnológica da agricultura abrange a utilização de máquinas, insumos, pesquisa, crédito agrícola, entre outras técnicas, mas toda essa tecnologia envolve um custo. Este termo é utilizado em alguns estudos, como os realizados por Silva (1982), Martine e Garcia (1987), Fleischfresser (1988), Moro (1991), Serra (1991), Hespanhol (2008), entre outros, que tem como objetivo compreender as transformações que ocorreram na agricultura brasileira nos últimos tempos, diante de toda uma conjuntura internacional.

O conceito de modernização difere segundo o enfoque que é dado em sua abordagem. Numa interpretação, de acordo com os estudos de Fleischfresser (1988, p. 11), “assume um caráter funcionalista, concebe as transformações agrícolas como uma passagem da agricultura tradicional (atrasada) para um estágio moderno (desenvolvido); processo este que seria inerente ao próprio desenvolvimento econômico”.

Numa segunda abordagem, assume conotação explícita de modernização tecnológica e segundo Fleischfresser (1988, p. 11), “significando que as alterações na base técnica da produção agrícola ocorreram devido à adoção de meios de produção de origem industrial, produzidos fora das unidades produtivas rurais e, portanto, adquiridos através do mercado”.

Moro (1991), em seus estudos emprega o conceito de modernização da agricultura como sendo um conjunto de mudanças nas bases técnicas que visa à obtenção do aumento na produtividade. E para alcançar tal propósito, utilizam-se máquinas como os tratores e colheitadeiras; faz-se o plantio de sementes selecionadas; a aplicação de fertilizantes e defensivos<sup>46</sup> agrícolas; a instalação de sistema de irrigação artificial, entre outras técnicas.

No Brasil, a partir de 1960, houve a incorporação do pacote tecnológico da Revolução Verde, denominado de modernização agrícola.

Segundo Martine e Beskow (1987, p. 20),

A efetivação desse novo modelo agrícola foi também propiciada pela internacionalização de um pacote tecnológico popularmente chamado de “Revolução Verde”, em meados da década de 60. Em essência, esse pacote prometia

---

<sup>46</sup> Ou agrotóxicos, constituem a categoria dos insumos divididos em: inseticidas (controlam as pragas); fungicidas (controlam as doenças fúngicas); e herbicidas (controlam as ervas daninhas e outras plantas invasoras).

a elevação da produtividade média através de sementes melhoradas ou de “alto rendimento”; o aproveitamento efetivo dessas sementes, porém, era condicionado ao uso integrado de máquinas e de insumos químicos.

Sob o ponto de vista econômico, o incremento de novas técnicas agrícolas proporcionou um aumento na produtividade e a expansão dos mercados consumidores, porém obedecendo a lógica do sistema capitalista.

No Paraná, a modernização tecnológica das atividades agrícolas, ocorreu principalmente a partir da década de 1970, possibilitando melhorias tanto na qualidade do que se produz no campo quanto na elevação do volume da produção agrícola, com a mecanização da colheita.

No entanto, a modernização agrícola não trouxe somente benefícios, mas segundo Hespanhol (2008) contribuiu para o agravamento de sérios problemas ambientais, provocado pela compactação do solo em razão da intensa mecanização nas atividades agropecuárias, e do aumento na poluição dos recursos hídricos e solos, através do uso indiscriminado de agrotóxicos, o qual também contamina o trabalhador rural, os animais e os alimentos.

Além de implicações sociais negativas, pois a modernização da agricultura expulsou um grande número de pequenos agricultores de suas terras, os chamados “sem-terra”.

Serra (1991, p. 168), acrescenta ainda que:

[...] A modernização leva à extinção da agricultura tradicional, dependente do trabalho braçal familiar e à expansão da agricultura em bases empresariais, dependente da tecnologia moderna, que implica em investimentos de capital. Paralelamente, leva à concentração da terra agrícola e do lucro da produção e à expulsão do trabalhador rural, com profundos reflexos na sociedade como um todo.

Com a introdução da modernização agrícola e a substituição das culturas de arroz, feijão, trigo e milho pelo predomínio do binômio soja/trigo, acompanhado das inovações tecnológicas, ocorreram gradativamente a substituição dos trabalhadores do campo que praticavam o serviço braçal pela mecanização agrícola.

Dessa forma, a modernização da agricultura promoveu o êxodo rural das pequenas propriedades e a substituição da mão-de-obra braçal que trabalhava no campo. Este processo propiciou um aumento das propriedades (concentração fundiária), com maior número de tratores e menor quantidade de trabalhadores braçais, e também acarretou problemas sociais como o desemprego e a favelização dos centros urbanos, levando a um aumento da violência urbana.

Para conhecer a base teórica que fundamenta esta discussão, se definirá as seguintes categorias de produtores rurais: pequeno produtor rural; produtor camponês; produtor rural familiar; produtor rural familiar tecnificado; produtor rural associado; produtor rural integrado; e produtor rural independente. Posteriormente, a partir destes referenciais e com base nas entrevistas, foram classificados os pequenos proprietários rurais no município de Campo Mourão (com menos de vinte hectares).

Considera-se pequeno produtor rural, aquele pequeno agricultor que trabalha em sua própria terra com a ajuda da família. Porém, como a área que possui é muito pequena, em geral menos de cinco hectares, nesta área produzindo não consegue sobreviver e sustentar a sua família. Para muitos, o pequeno produtor rural resiste como um “teimoso”.

No campo de estudo da Geografia Agrária, atualmente, a maior polêmica gerada dentro do modo de produção capitalista, é que o pequeno produtor rural não conseguirá resistir ao domínio do grande produtor rural, e conseqüentemente, irá desaparecer pressionado pelo latifundiário que pratica a monocultura de exportação.

Moura, defende o conceito de camponês para o pequeno produtor e explica que:

Há autores que distinguem camponês de pequeno produtor. Enquanto para eles o conceito de camponês é vago e indefinido, os de pequeno produtor e pequena produção se inserem de modo imediato na polêmica sobre os modos de produção. Argumentam que o pequeno produtor é o ator fundamental da produção mercantil simples, que precede a produção mercantil ampliada; esta, por sua vez, caracteriza o capitalismo (MOURA, 1986, p. 13).

Podemos descrever o produtor camponês de diferentes maneiras, e uma delas é defini-lo como quem cultiva pequenas extensões de terra controlada diretamente por sua família. Porém, alguns autores denominam esse pequeno proprietário rural de camponês parcelar. No campesinato parcelar, o camponês explora uma parcela<sup>47</sup> de terra para seu próprio sustento.

Ainda de acordo com Moura (1986, p. 13),

Outra forma de definir o camponês [...] é a de conceituá-lo como o cultivador que trabalha a terra, opondo-o àquele que dirige o empreendimento rural. Aqui, o conceito é estendido a todos os cultivadores que, através do seu trabalho e do de sua família, se dedicam a plantar e transferir os excedentes de suas colheitas aos que não trabalham a terra. Ao mesmo tempo que integra um grupo de trabalho familiar, que produz para sobreviver, algum tipo de engrenagem política e econômica encarrega-se de extrair-lhe compulsoriamente os excedentes gerados por sua produção, que garantem a existência de outros grupos sociais não-produtores. Assim, o camponês é

---

<sup>47</sup> Para Karl Marx, parcela é sua propriedade costumeira e/ou jurídica.

um produtor que se define por oposição ao não-produtor, não importando se planta a terra ou se pesca no mar, conceituação esta defendida por antropólogos. Situando a questão da subordinação na extração da renda em trabalho, renda em produto e renda em dinheiro, tal conceito aparece em Marx .

Muitas vezes, o pequeno produtor rural quando não possui uma área suficiente para manter a sua sobrevivência e a familiar, é obrigado a tornar-se um arrendatário, ou seja, aquele agricultor que trabalha com sua família, mas arrenda um pedaço de terra por um preço fixo combinado, que pode ser pago em dinheiro ou em produto. Esse valor é independente do volume da colheita feita naquela área. Assim,

O fato mais importante no meio rural, porém, é representado pela contínua proletarização do trabalhador rural. O avanço do modo de produção capitalista no campo processa-se graças às facilidades de financiamento às grandes propriedades, à expansão horizontal das culturas, fazendo desaparecer as pequenas áreas cultivadas pelos trabalhadores sem terras, em face também da concessão, ao trabalhador rural, das vantagens da legislação trabalhista (ANDRADE, 1979, p. 24).

Em muitos casos, quando este trabalhador rural não consegue prover o seu sustento e o de sua família, torna-se um assalariado rural que é aquele agricultor que não trabalha por conta própria, mas vende dias de serviço a um fazendeiro qualquer, e por vender a sua força de trabalho em troca recebe uma remuneração em dinheiro.

Para Oliveira (2001, p. 21) “capitalistas são, portanto, todos aqueles que, possuidores de capital, destinam-no à produção. Na agricultura, adquirem terras e outros meios de produção e contratam trabalhadores para trabalharem para eles em troca de um salário”.

Segundo alguns estudos já realizados, grande parte dos assalariados rurais almeja possuir a sua própria terra e luta pela reforma agrária no país. Também existe um grande número de arrendatários, posseiros<sup>48</sup>, parceiros ou meeiros<sup>49</sup>, e de pequenos agricultores, que para conseguir sobreviver precisam trabalhar em outras propriedades como assalariado, em determinadas épocas do ano.

---

<sup>48</sup> É aquele agricultor que trabalha com sua família numa determinada área, como se esta área fosse sua, mas não possui título (documento) de propriedade da terra, ou seja, a Escritura. Na maioria das vezes a terra pertence ao Estado ou, também, sem que o agricultor saiba, a terra pertence a um proprietário qualquer. A maior parte dessa categoria se encontra nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, nas áreas de fronteira agrícola. Segundo Assumpção (1996, p. 100), fronteira agrícola “é a zona de expansão das atividades agrícolas sobre os territórios ainda não totalmente ocupados ou agricolamente explorados. O que difere uma zona de fronteira agrícola de uma zona de agricultura consolidada é a falta de infra-estrutura básica, social e econômica da primeira”.

<sup>49</sup> Aquele que planta em terreno alheio, repartindo o resultado das plantações com o dono das terras. Assumpção (1996, p. 138) define o meeiro como sendo, “aquele a quem cabe a meação na detenção do imóvel co-possuído. Aquele que desenvolve atividades de exploração agrícola em imóvel que não seja de sua propriedade, dividindo lucros e despesas de produção às meias partes (meio a meio) com o proprietário do imóvel”. O parceiro também é chamado de terceiro, quartista, meeiro, porcentista.

Pode-se acrescentar ainda que:

A própria designação de **produtores familiares de autoconsumo e semi-assalariados** contém em si algumas de suas principais características. As outras são: possuírem áreas de terras reduzidas e não-mecanizáveis, não terem acesso ao crédito e produzirem com técnicas tradicionais. Tais características refletem precárias condições materiais de produção e, assim, sua reprodução social está articulada à venda da força de trabalho de membros da família. Para esses, a produção agrícola é a forma de prover alimentos para o grupo familiar e o assalariamento é a forma de obtenção de rendimentos monetários para a complementação das demais necessidades materiais (FLEISCHFRESSER, 1988, p. 141, grifo da autora).

Assim sendo, o conceito de produtor rural familiar envolve a agricultura familiar como uma categoria, onde se entende que a família ao mesmo tempo em que é a proprietária dos meios de produção, também assume o trabalho na unidade produtiva.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – FAO – e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra (1996) definem a agricultura familiar com base em três características: a gerência da propriedade rural é feita pela família; o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família; os fatores de produção pertencem à família (exceção, às vezes, à terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes (BLUM. In: TEDESCO, 2001, p. 62).

Segundo dados do IBGE (Censo Agropecuário de 2006), a agricultura familiar no Brasil ocupa 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários. Foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, mas estes ocupavam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Já os estabelecimentos não familiares representavam 15,6% do total e ocupavam 75,7% da sua área.

Ressaltando que,

Outro elemento da produção camponesa é a *propriedade da terra*. Aqui estamos diante da *propriedade familiar*, *privada* é verdade, porém diversa da propriedade capitalista, pois a *propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho alheio*. Estamos diante da *propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador*. É pois, *terra de trabalho*. É portanto, *propriedade do trabalhador, não é fundamentalmente instrumento de exploração* (OLIVEIRA, 2001, p. 60-61, grifos do autor).

Quanto ao produtor rural familiar tecnificado, entende-se que seja aquele que utiliza as novas tecnologias disponíveis no mercado, visando aumentar os lucros da sua produção.

Isso porque, após a introdução dessa tecnologia, induzida ou não, há quase uma certa obrigatoriedade de seu uso entre os produtores mercantis, na medida em que os mercados intermediários dos produtos *in natura* ou beneficiados (agroindústrias,

cooperativas, supermercados, setor externo, etc.) passam a exigir que os produtos apresentem certas características de padronização – tamanho, peso e outras – que para serem atingidas, o produtor necessariamente deverá usar sementes ou mudas selecionadas. Estas, por sua vez, só respondem satisfatoriamente se acompanhadas do uso de outros insumos industriais, como fertilizantes e defensivos químicos – aspectos conhecidos por “pacote tecnológico” implícito a essas inovações (FLEISCHFRESSER, 1988, p. 13-4).

A pesquisadora ainda ressalta que:

Os **produtores familiares mercantis tecnificados** até conseguiram uma condição material capaz de reproduzir o processo produtivo nas mesmas condições, mas esta na maioria dos casos não permite uma ampliação dos investimentos. Esse é um aspecto que os diferencia dos produtores capitalistas, pois se tecnificaram mas não acumularam, nem estão acumulando capital suficiente para ampliar sua escala de produção. Ademais, raramente têm oportunidade de reter um excedente, e as condições materiais atuais (capital fixo e variável) foram obtidas através de sua articulação com a infra-estrutura de apoio montada na década de 70 – que ajudou a criar e que mantém essa categoria de produtores. Essa dedução tem por base o fato de que não fosse o crédito de investimento não teriam máquinas, e se for retirado o crédito de custeio não terão condições de reiniciar o processo produtivo nos mesmos moldes. Em suas unidades possuem pequenas ou médias áreas mecanizáveis (não se está referindo à área total da unidade); combinam a força de trabalho familiar com a assalariada; produzem, com objetivos particularmente mercantis, produtos de maior cotação comercial; e a produção para autoconsumo, mesmo sendo residual, não deixa de existir (FLEISCHFRESSER, 1988, p. 141, grifo da autora).

No Paraná, um dos fatores decisivos para o desempenho econômico agrícola foi o fortalecimento do sistema de cooperativas, responsável também pelo crescimento da agroindústria. Em Campo Mourão, os proprietários rurais podem se associar as seguintes cooperativas: COAMO, COOPERMIBRA E COPROLEITE.

O produtor rural associado é aquele produtor rural familiar que busca uma alternativa para a aquisição dos insumos a preços mais baixos e negocia melhores condições de prazo para pagamento, através das cooperativas agropecuárias, que têm como função representar os interesses tanto econômicos, quanto social de seus membros. Onde, ao mesmo tempo em que o cooperado é o usuário, também é o proprietário dos recursos produtivos.

Assumpção (1996, p. 60) define cooperativa como sendo:

Organização societária constituída por várias pessoas, visando a melhoria das condições econômicas e sociais dos seus associados, caracterizando-se como sociedade de pessoas e não de capitais. Não há limite do número máximo de sócios para sua constituição. Todavia, para a formação do seu Contrato Social são necessários, no mínimo, 12 pessoas naturais ou físicas. As cooperativas se classificam em três grupos: de consumo, de produção, e de crédito.

Uma cooperativa agropecuária abre a possibilidade da participação livre de todos e assume o compromisso de respeitar os direitos e deveres de cada um de seus associados, aos

quais presta serviços sem fins lucrativos, como: a compra e utilização de instrumentos para a produção; o auxílio na compra de insumos agrícolas e veterinários; o beneficiamento, armazenagem e comercialização da produção; e a assistência técnica, que vai desde o plantio até a colheita da produção dos seus cooperados.

A organização na forma de cooperativas possibilita ao agricultor familiar abandonar o caráter de subsistência, partindo para a produção em uma escala maior; contribui para a produção, facilita o acesso ao crédito e aumenta os ganhos na venda da produção, melhorando, dessa forma, a renda do agricultor (FAULIN; AZEVEDO. In: FILHO; BATALHA, 2005, p. 226).

Assim sendo, tanto as cooperativas quanto as associações podem facilitar a colocação de produtos em mercados que exigem uma maior escala de produção.

No que diz respeito ao produtor rural integrado, é muito comum que as grandes empresas do setor do agronegócio, como as transnacionais, não produzam a matéria prima de que necessitam, mas atuam nas várias etapas de produção, sobretudo no processamento industrial, muitas vezes trabalhando com pequenos produtores na condição de integrados. Como por exemplo, podemos citar os aviários de produção integrada da empresa Tyson, em Campo Mourão.

Este regime é uma forma de subordinação do agricultor, e tudo leva a crer que o agricultor é quem menos ganha com este sistema, mesmo que se trate de ricos produtores de soja em regiões de ocupação recente do país. Uma vez mais, a produção agrícola se sujeita ao setor industrial que explora o produtor, o ambiente e a região.

As práticas de trabalho na produção de aves exigem dinamismo, destreza e, [...], um *espírito capitalista*. Nesse sentido é que normalmente quem trabalha no aviário são os filhos, não talvez por terem mais destreza, mas por estarem mais imbuídos e impregnados de perspectivas de futuro e do dinamismo econômico (TEDESCO, 2001, p. 128, grifo do autor).

Já o produtor rural independente não está vinculado, ou melhor, subordinado a associação ou cooperativa, como também não está ligado a empresas que trabalham com o sistema de integração. Pois, pratica dentro de uma economia regida pelo sistema capitalista a opção de vender seus produtos a qualquer comprador.

### 3.2.1 Diferenças entre agricultores familiares e patronais

De acordo com Blum (In: TEDESCO, 2001), os tipos de propriedades podem ser classificadas em: Patronais que se dividem em: Latifúndio e Empresa capitalista; e Familiares divididas em: Consolidadas, em Transição, Periféricas ou de Subsistência.

Quanto às diferenças entre agricultores familiares e patronais, podemos observar que: no modelo patronal o agricultor apresenta uma maior escolaridade formal; há um controle de gastos da propriedade e da família, tratados de forma desagregada; possui ferramentas gerenciais adequadas, como por exemplo: planilhas, sistemas de custeio e microcomputadores; realiza o controle de informações produtivas de forma rigorosa e sistematizada; e possui uma base de dados confiável para a tomada de decisões.

No modelo familiar o agricultor apresenta: uma menor escolaridade formal; o controle de gastos da propriedade e da família tratados em conjunto; não possui ferramentas gerenciais adequadas; não realiza o controle formal das informações produtivas ou realiza de maneira rudimentar; e não possui uma base de dados confiável para a tomada de decisões.

É comum caracterizar a agricultura familiar como um setor atrasado, do ponto de vista econômico, tecnológico e social, voltado fundamentalmente para a produção de produtos alimentares básicos e com uma lógica de produção de subsistência. Essa imagem estereotipada da agricultura familiar, [...], está longe de corresponder à realidade (BUAINAIN, et al. In: FILHO; BATALHA, 2005, p. 16).

A literatura especializada apresenta várias definições e classificações para se caracterizar os grandes e pequenos produtores rurais. No entanto, a maioria das classificações segue uma abordagem mecanicista e generalista dos processos produtivos e de comercialização.

Quanto aos aspectos produtivos, os pequenos agricultores apresentam uma menor escala de produção, empregam insumos tradicionais (regionais) nos seus processos produtivos, possuem baixo nível tecnológico, dispõem de pouca especialização, têm acesso mais difícil ao crédito, apresentam uma produção dispersa e uma maior diversificação dos seus produtos.

Em relação à comercialização dos seus produtos, os pequenos produtores abastecem o mercado interno (local e regional); dispõem de um grande número de comerciantes; em pequenos lotes; são retratados como sendo comerciantes ineficientes; empregam custos e margens elevadas; resultando em baixo preço aos produtores; em contrapartida, elevados preços aos consumidores; e contam com consumidores de baixa renda.

Assim sendo, os pequenos produtores são considerados como comerciantes despreparados, porque empregam custos de produção mais elevados, fato este que contribui para a oferta de produtos rurais com preços mais elevados para o consumidor, entre outras características. Enquanto que, os agricultores de grande porte, que são predominantemente os produtores de *commodities*<sup>50</sup> agrícolas, produzem em massa a fim de suprir tanto o mercado interno, quanto o externo.

Quando se agrega valor à produção agropecuária, de acordo com os estudiosos, “[...] vários são os produtos que podem ser desenvolvidos na propriedade rural, bem como o seu grau de agregação de valor. O primeiro tipo de produto que é produzido na propriedade rural e que possui baixo valor agregado seria o do tipo *commodity*.” (ZUIN; ZUIN, 2008, p. 63).

Segundo pesquisadores, o termo *commodities* aplica-se aos produtos padronizados e sem identidade cultural. Quanto à crise do modelo de produção de *commodities* (produtos industrializados), destaca-se que:

O atual modelo agrícola mundial encontra-se baseado na produção de produtos do tipo *commodities*, nos quais se propagam o aumento de produtividade e a área plantada. Esse cenário, aliado a outros fatores, contribuiu para o surgimento de vários problemas, como a degradação do meio ambiente e a exclusão de parte dos pequenos e médios produtores de suas propriedades rurais. Os pequenos e médios produtores rurais que cultivam *commodities* perdem a cada dia a competitividade no mercado. Os grandes produtores de *commodities* agrícolas, que possuem um maior suporte econômico, geralmente, adquirem modernos insumos e maquinários agrícolas; no entanto, os seus custos de produção são bem menores por causa da enorme área plantada (ZUIN; ZUIN, 2008, p. 43).

Ainda de acordo com os mesmos autores,

Uma consequência da falta de competitividade das pequenas e médias propriedades rurais que produzem *commodities* tem sido o abandono da agricultura e o despovoamento das áreas rurais, principalmente daquelas onde as possibilidades de busca de atividades alternativas ou complementares são limitadas [...] (ZUIN; ZUIN, 2008, p. 46).

Conclui-se que a modernização da agricultura brasileira vem sendo feita com o propósito de atender principalmente aos interesses dos grandes proprietários rurais (os latifundiários) e das empresas comerciais e industriais que passaram a investir em terras, devido a sua grande valorização.

---

<sup>50</sup> São produtos *in natura*, cultivados, que podem ser estocados por um determinado período sem que haja perda sensível das suas qualidades, como: soja, trigo, cana-de-açúcar e laranja.

### 3.3 O PAPEL DA EMATER NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO

O Técnico Agrícola (O.L.), em entrevista no Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) – Unidade Municipal de Campo Mourão, forneceu dados quanto à pesquisa sobre a situação/posição do pequeno proprietário rural no município de Campo Mourão, em propriedades com menos de 20 hectares (ver Apêndice A).

Quanto à assistência/orientação dada aos pequenos proprietários em Campo Mourão, a EMATER presta assistência técnica nas propriedades através de: manejo integrado de pragas e doenças; controle de plantas daninhas; plantio e condução correta em hortas e lavouras; fertilização química e orgânica; planejamento da produção em hortaliças; produção programada de hortaliças; manejo correto de solos e água; capacitação e qualificação do produtor e mão de obra.

A respeito dos programas de financiamentos, quais são e quantos são beneficiados, constatamos que existem programas de financiamentos, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Este programa contempla os produtores com até quatro módulos fiscais (ou módulos rurais). Para Campo Mourão um módulo fiscal equivale a 18 hectares, isto é, são beneficiários produtores que possuem até 72 ha, o que equivale a 29,7 alqueires<sup>51</sup>, com renda agropecuária até 80% da renda bruta.

Em Campo Mourão, existem em torno de 150 produtores cadastrados com Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Dentro do PRONAF, existem várias linhas de crédito para atender a Agricultura Familiar, tais como: custeio; investimento; mais alimentos; PRONAF Mulher; PRONAF Agroecologia; entre outros.

Quanto ao funcionamento/adesão dos pequenos à Feira do Produtor Rural, a mesma, é coordenada pelo INSTITUTO EMATER – Escritório de Campo Mourão. Existe uma diretoria eleita pelos associados da Associação dos Produtores Hortigranjeiros de Campo Mourão (HORTICAMPO), que junto com a EMATER administram a feira.

Em relação à orientação técnica para a produção de orgânicos, a EMATER fornece aos produtores de orgânicos, assistência técnica a nível de propriedade e capacitação em cursos, excursões, palestras, encontros, etc. Dessa forma, é relevante o papel da EMATER junto aos pequenos produtores rurais do município de Campo Mourão, no que diz respeito à prestação de assistência técnica.

---

<sup>51</sup> 1 alqueire (paulista) corresponde a 24.200 m<sup>2</sup>, ou seja, 2,42 ha.

### 3.3.1 A importância do PRONAF e da DAP para a agricultura familiar

O PRONAF é um Programa Nacional de Agricultura Familiar, que fornece crédito ao pequeno agricultor, sendo um programa de fortalecimento da agricultura familiar, este oferece apoio tanto técnico, quanto financeiro aos agricultores familiares e visa o desenvolvimento rural sustentável, que é um crescimento econômico de atividades que não esgotam e nem degradam os recursos ambientais.

De acordo com a Cartilha do PRONAF (2006/2007), são beneficiários do PRONAF, mediante comprovação da Declaração de Aptidão ao PRONAF – a DAP<sup>52</sup>, os agricultores familiares, pescadores artesanais, extrativistas, silvicultores, aquicultores, remanescentes de quilombos e indígenas, jovens e mulheres, que atendam os seguintes requisitos:

- a) Sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da Reforma Agrária;
- b) Residam na propriedade ou em local próximo;
- c) A renda familiar bruta prevista não pode ultrapassar a R\$ 27 500,00, com rebate de 50% para atividades de avicultura, piscicultura, suinocultura e sericicultura. Essa renda deverá ser de 80% proveniente da exploração agrícola;
- d) Detenham, no máximo, quatro módulos fiscais de terra, ou, seis módulos fiscais no caso de pecuarista familiar;
- e) O trabalho familiar deve ser à base da exploração de estabelecimento, admitindo no máximo dois empregados permanentes, sendo admitida ainda, como recurso eventual, a ajuda de terceiros quando a natureza sazonal da atividade exigir.

O primeiro passo para o agricultor familiar conseguir o financiamento do PRONAF é procurar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do seu município ou a EMATER, para obter a DAP que é gratuita, e nesta são registradas as informações sobre o agricultor familiar.

A DAP identifica a família como beneficiária do PRONAF e diz a que grupo essa família pertence. O enquadramento da família nos grupos do PRONAF depende da renda anual, do tamanho da terra e do número de empregados permanentes na propriedade.

A DAP deve ser assinada pelo agricultor e sua esposa, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de seu município e/ou EMATER. Trata-se de um documento obrigatório para acessar o crédito do PRONAF. Para o crédito do PRONAF, o agricultor e a

---

<sup>52</sup> Ver mais a respeito desse assunto no site da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www.fetaep.org.br>>

agricultora são considerados chefes de família e devem usar a DAP da sua família, que é chamado de titularidade conjunta.

### 3.4 A PRÁTICA DA AGRICULTURA ALTERNATIVA

A agricultura alternativa tem como preocupação central, atuar em todo o processo de circulação da produção agrícola, ou seja, na unidade produtiva, no processamento e também, na organização da comercialização da produção agrícola junto aos consumidores finais. O termo agricultura alternativa pode ser entendido, como sendo o conjunto de todas as correntes prestadoras de orientação orgânica, que valorizam o caráter biológico presente na agricultura praticada pela sociedade moderna. Pois,

A agricultura biodinâmica tem uma base comum às demais formas de produção orgânica, no que diz respeito à diversificação e à integração das explorações vegetais, animais e florestais, à adoção de esquemas eficientes de reciclagem dos resíduos vegetais e animais, ao uso de nutrientes de baixa solubilidade e concentração e à opção por germoplasmas adequados a cada realidade ecológica (EMBRAPA, 1997, p. 9).

A reflexão sobre outras formas de se praticar a agricultura nos leva a pesquisar sobre as diferenças existentes entre a agricultura orgânica e a agricultura convencional, conforme podemos observar no Quadro 2. Este assunto torna-se pertinente na medida em que podemos compreender um pouco mais sobre o valor nutricional dos alimentos que colocamos à mesa.

<b>AGRICULTURA ORGÂNICA</b>	<b>AGRICULTURA CONVENCIONAL</b>
1. O solo é entendido como sistema orgânico estruturado, como um ser vivo que deve ser protegido.	1. O solo é compreendido como um substrato físico, como suporte de plantas e animais.
2. Os nutrientes devem ser reciclados produzindo e manejando adequadamente a biomassa evitando perdas. (Visão de ciclo fechado.)	2. Os nutrientes devem ser adicionados (com recursos externos) para compensar as perdas e as retiradas feitas pelas plantas e animais. (Visão de ciclo aberto.)
3. Doenças, pragas e plantas infestantes são vistas como indicadores de desequilíbrios no manejo dos sistemas agrícolas.	3. Doenças, pragas e plantas infestantes são vistas como males ou inimigos que devem ser combatidos diretamente. Daí o uso de agrotóxicos.
4. Evita-se a concentração de nutrientes como forma de se minimizar perdas.	4. A concentração de nutrientes é um meio para assegurar a absorção pelas raízes das plantas.
5. Integração da produção vegetal e animal, para um melhor aproveitamento nutricional.	5. A produção vegetal dispensa o aproveitamento de resíduos orgânicos.
6. Usar cultivares e raças selecionadas e adaptadas localmente. (Valorização de qualidades.)	6. Adaptar o solo e o meios a cultivares e raças de grande rendimento físico. (Valorização de quantidades.)
7. A rotação de culturas e a diversidade agrícola propiciam o equilíbrio e a estabilidade da natureza, bem como uma maior produtividade dos sistemas agrários.	7. A monocultura facilita a mecanização e o manejo das culturas permitindo ganhos de produtividade por cultivo.
8. Baixos custos unitários de produção e maiores margens por unidade para o agricultor: reais por quilo; reais por alqueire etc.	8. Elevados custos unitários de produção e menores margens por unidade, favorecendo setores externos à agricultura.
9. Maior ocupação de mão-de-obra. Necessidade de uma maior qualificação do trabalhador.	9. Redução da ocupação no campo. Trabalho mais rotineiro e de maior risco.
10. Menor desgaste dos recursos naturais e menores riscos para o ambiente.	10. Maior desgaste dos recursos naturais e maiores riscos para o ambiente.

Quadro 2: Agricultura Convencional X Agricultura Orgânica

Fonte: SENAR (2002, p. 10).

Os produtos alimentícios agrícolas que a sociedade urbana consome são supridos pela população rural. Segundo os pesquisadores, são os princípios da produção de orgânicos que reforçam as práticas necessárias na diversificação e no fortalecimento de uma agricultura de base familiar, como uma unidade de produção que apresenta um maior potencial para fomentar um equilíbrio na agricultura.

De acordo com o SEBRAE (1997, p. 15),

A agricultura moderna de grande utilização de insumos – fertilizantes, defensivos químicos e herbicidas – e de grande incentivo à mecanização, trouxe um aumento inegável de produção e grande eficiência no trabalho. Isso, entretanto, em grande parte é seguido de um sério declínio da produtividade do solo, fruto de uma degradação do ecossistema da deteriorização da estrutura do solo e do desequilíbrio nutricional das plantas.

Os pesquisadores aconselham que se adotem tecnologias alternativas, com um melhor uso de restos vegetais, dos resíduos orgânicos industriais, da prática de rotação de culturas, e da realização de adubação verde, etc. Isso viria acarretar a redução da demanda de energia decorrente da utilização de insumos e implementos agrícolas. Já que,

A modernização da agricultura promoveu grande aumento de produção, em consonância com a demanda crescente de alimentos pela explosão demográfica que se acentuava em todo o mundo. Ameaças ao bem estar da vida humana também fazem parte desse quadro, em decorrência da contaminação tóxica dos alimentos e da degradação ambiental (SEBRAE, 1997, p. 65).

Segundo o SENAR (2002, p. 8), “na agricultura orgânica busca-se a otimização da produção enquanto na agricultura convencional a meta é a máxima produção”. Portanto, a ciclagem é uma chave importante para se entender os segredos da agricultura orgânica.

Os princípios da agricultura orgânica, de acordo com o SENAR (2002, p. 11), são os seguintes: observação e condução das culturas segundo as condições ambientais da propriedade; tratamento do solo como um organismo vivo; manejo e conservação do solo e da água; aumento da biodiversidade; escolha de culturas e de variedades; rotação de culturas e cultivo múltiplo; incorporação de matéria orgânica e de nutrientes; manejo natural de pragas, patógenos e ervas invasoras; uso adequado de máquinas e implementos agrícolas; uso de fontes alternativas de energia; integração agricultura – criação animal; qualidade dos alimentos; produtividade e economia agrícola; comercialização; conservação da natureza e dignidade humana.

O setor de produtos orgânicos trabalha com um referencial analítico mais abrangente que os segmentos que praticam a agricultura convencional, no que se refere ao enfoque sistêmico e também ao entendimento holístico da agricultura, o qual contempla as seguintes condicionantes da agricultura: biológicas, ecológicas e socioeconômicas.

De acordo com Candiotto, Carrijo e Oliveira (2008), a agricultura orgânica substitui o uso dos insumos químicos por insumos naturais e por tecnologias adaptadas aos ecossistemas e agroecossistemas. A agroecologia incorpora os objetivos da agricultura orgânica, então segundo esses pesquisadores, poderíamos dizer que ela é uma das formas de agricultura orgânica, porém nem toda a agricultura orgânica se constitui em agroecologia.

### 3.5 A PRÁTICA DA AGROECOLOGIA

A agroecologia é uma das opções em destaque dentro da agricultura sustentável, pois além de produzir sem o uso de agrotóxicos, destina-se a subsistência e a melhorar a qualidade de vida do pequeno produtor rural e de sua família, ao inserir o mesmo, no mercado de produtos agroecológicos, segundo os pesquisadores Candiotto, Carrijo e Oliveira (2008). E assim,

[...] entre dez e doze mil anos antes de Cristo, quando o homem domesticou os primeiros animais e as primeiras plantas, com tais práticas se dava início aos ensaios de ecologia aplicada à agricultura, ou Agroecologia. Os estudos relacionados com as espécies e o seu ambiente e a sua interrelação com as demais espécies animais e vegetais, vieram a constituir seu objeto (RUSCHI, 1978, p. 15).

As principais diferenças entre a agricultura sustentável e a agricultura convencional, estão nos aspectos tecnológicos, ecológicos e socioeconômicos.

A agricultura convencional ou produtivista é grande absorvedora de máquinas, implementos e insumos químicos. Enquanto que, a agricultura sustentável procura praticar as atividades agrícolas sem degradar e nem esgotar os recursos naturais, dos quais depende o crescimento econômico no presente e também no futuro.

Nesse contexto, apresenta-se como foco central a sustentabilidade da agricultura, a chamada Agricultura Alternativa e a Agroecologia, as quais inicialmente surgiram de forma marginal e em contraposição a agricultura convencional, mas que atualmente se encontram em expansão.

A Agroecologia trata, pois, do estudo ecológico das plantas agrícolas e dos Agroecossistemas, que são constituídos de espécies botânicas de interesse para a economia humana, sejam elas para sua alimentação ou para alimentação dos animais domésticos e para fins industriais, com aplicações as mais diversas nos ramos da medicina, da silvicultura, orticultura, fruticultura, paisagismo, urbanismo, etc. Entre as plantas utilizadas pelo homem, destacam-se de culturas permanentes, anuais e temporárias, constituídas de árvores, arbustos e ervas, num ciclo equilibrado de colheita e renovação (RUSCHI, 1978, p. 16).

Ainda complementando esta idéia, o mesmo autor explica que:

O cultivo das plantas em Agroecossistemas pode ser feito em espécies associadas ou em consociações, sendo estas as mais empregadas. A agricultura mundial da atualidade vem constituindo uma área de fortes desastres ecológicos. Isso ocorre mais amiúde por força das monoculturas e suas extensões, pois a defesa química natural que as plantas possuíam vem sendo retirada, graças às práticas citadas (RUSCHI, 1978, p. 16).

As principais formas de Agricultura Alternativa são: Agricultura Orgânica, Agricultura Biodinâmica, Agricultura Natural, Agricultura Biológica e Agricultura Ecológica.

No Brasil, a Lei nº. 10.831 de 23 de dezembro de 2003, regulamentou esse sistema de produção, adotando-se a denominação genérica de “orgânico” para as demais denominações que passaram a ser consideradas equivalentes.

Segundo Altieri<sup>53</sup> (1995a apud HESPANHOL, 2008, p. 127-28, grifo da autora), em relação à Agroecologia, esta é definida como:

Ciência ou disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir e avaliar *agroecossistemas*, com o objetivo de favorecer a implantação e o desenvolvimento de sistemas de produção com maiores níveis de sustentabilidade. Entendida desta forma, a Agroecologia poderia proporcionar as bases científicas para se apoiar o processo de transição agroecológica para outras formas de agricultura sustentáveis, tais como: a ecológica, a orgânica, a biodinâmica, a regenerativa, a de baixos insumos externos, a biológica etc.

Como os sistemas agrícolas atuais são estabelecidos por uma combinação de fatores ecológicos, econômicos e culturais, e a agricultura convencional se transformou em agricultura industrial podemos perceber que:

O controle químico da água, ar e solo, nessa tecnologia moderna, para o sistema de agricultura industrial, a “revolução verde” é necessário e deve ser muito mais rigoroso nas regiões tropicais, dada sua ecologia. Os reveses ambientais e sociais ocasionados pelo sistema da agricultura industrial são muito graves. **O objetivo da Agroecologia é assegurar uma preservação do meio ambiente em qualidade que atinja tanto as necessidades estéticas e de recreio, como o de assegurar um rendimento contínuo de plantas, animais e materiais úteis, estabelecendo um ciclo equilibrado de colheita e renovação** (RUSCHI, 1978, p. 90, grifos do autor).

A demanda de alimentos vem aumentando em cada ano que se passa, e a falta de proteínas, carboidratos e sais minerais, em complemento com as vitaminas no organismo humano, tem sido registrada em todos os continentes, em maior ou menor proporção. Ruschi (1978, p. 125), ressalta que:

Os diferentes sistemas agrícolas: itinerante ou empírico; convencional; industrial agrícola ou “revolução verde” e finalmente o biodinâmico ou orgânico, também chamado Ecodesenvolvimento, devem caminhar para um reposicionamento em todos os Continentes. Este reposicionamento se faz sentir, dada a escassez de recursos e sua demanda, que a cada dia se vem aproximando.

---

<sup>53</sup> ALTIERI, M. A. El “estado del arte” de la agroecología y su contribución al desarrollo rural en América Latina. In: CADENAS MARÍN, A. (Ed.). **Agricultura y desarrollo sostenible**. Madrid: MAPA, 1995a. p. 151-203 (Serie Estudios).

Este último sistema agrícola emprega métodos de análises dos fatores abióticos e bióticos já descritos para os outros sistemas, e aproveita ainda os resultados obtidos com as plantas melhoradas e de melhor rendimento.

Amplamente difundidas entre as gerações passadas, as sementes chamadas de “crioulas” deixaram de circular. Sabe-se que quando a colheita terminava, os melhores grãos eram selecionados e armazenados para as próximas semeaduras. Ao guardar suas próprias sementes, o agricultor produzia uma espécie de seleção natural das plantas, durante as safras realizadas ao longo dos anos. Essas sementes eram passadas de pais para filhos, e também eram trocadas entre vizinhos e familiares, portanto, não havia dependência de nenhuma empresa para se produzir alimentos.

De acordo com Ruschi (1978, p. 126),

A reconciliação do homem com o meio ambiente, no que toca à agricultura, jamais será conseguida, se continuarmos prosseguindo com o uso cada vez maior de fertilizantes químicos como vem ocorrendo, pois, de um lado se consegue aumento de produtividade, com a multiplicação de muitas vezes mais, no que toca ao consumo desses elementos, uma vez que as novas linhagens conseguidas se transformam em verdadeiras máquinas de produção. Entretanto, essas plantas que tiveram o seu patrimônio genético primitivo alterado substancialmente, para uma alta especialização, também por outro lado ficou altamente vulnerável, quanto à resistência das pragas e doenças.

Atualmente, as empresas transnacionais, comumente chamadas de multinacionais, dominam a produção de sementes híbridas que passaram a ser comercializadas, e também produzem as sementes transgênicas, que são organismos geneticamente modificados (OGMs) em laboratório. O uso de plantas transgênicas é um dos temas polêmicos discutidos nos últimos tempos.

### 3.6 A PRÁTICA DA AGRICULTURA ORGÂNICA EM CAMPO MOURÃO

A EMATER coordena em Campo Mourão desde fevereiro de 2004, um projeto desenvolvido através do Programa Municipal de Sistema Orgânico de Produção Agropecuária e Industrial, cujo término era previsto para setembro de 2007, entretanto, o projeto continua ativo.

A agricultura ecológica é uma forma natural de produzir alimentos sem o uso de agrotóxicos, adubos químicos sintéticos, sementes transgênicas (organismos geneticamente modificados), aditivos químicos, reguladores de crescimentos, irradiação, conservantes e antibióticos. É uma atividade sustentável ao longo do tempo, produz alimentos livres de

resíduos químicos, mantém o equilíbrio natural das qualidades nutricionais dos alimentos. É um sistema bom para a natureza e ótimo para o ser humano, recupera a biodiversidade, pois essa é uma condição básica para o equilíbrio da produção.

O projeto tem como finalidades: ofertar produtos saudáveis isentos de contaminantes intencionais; preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais; recompor ou incrementar a biodiversidade dos ecossistemas modificados em que se insere o sistema de produção; reciclar resíduos orgânicos, reduzindo ao mínimo o emprego de recursos não-renováveis.

Classificam-se como alimento orgânico as verduras, frutas, legumes, tubérculos, cana e seus derivados, cereais, carnes e seus derivados produzidos de forma ecológica como descrito acima. Os alimentos assim produzidos mantêm as características naturais de vigor, sabor, cor, brilho, textura e durabilidade. Mantém o equilíbrio natural das qualidades nutricionais.

O objetivo é promover o desenvolvimento sustentável, através da implantação e fortalecimento da agricultura orgânica, pelos agricultores familiares, integrados ao ambiente produtivo, agregando renda e gerando postos de trabalho no meio rural e com a melhoria das condições de vida.

Os princípios básicos que norteiam o programa são: a prática do associativismo; a valorização e resgate do patrimônio cultural e natural dos agricultores familiares e suas organizações; a valorização do meio ambiente e a biodiversidade; o comprometimento com a produção agropecuária de qualidade e com os processos agroecológicos; promover a conservação da biodiversidade e o manejo sustentável dos recursos naturais das propriedades envolvidas; e o estabelecimento das parcerias institucionais.

As parcerias foram efetuadas entre os seguintes órgãos: Prefeitura Municipal de Campo Mourão (suporte); Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente (coordenação); Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER (coordenação, gestão da propriedade, assessoria e assistência técnica); Serviço de Apoio à Pequena Empresa – SEBRAE/PR (palestras, associativismo, normas de certificação); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR (cursos básicos); Associação de Produtores/Empreendedores (atores do Processo); Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – FECILCAM (base física); Casa da Cultura (base física).

O projeto tem como público beneficiário os agricultores familiares como proprietários, arrendatários, vileiros, desde que participem do curso específico de capacitação e treinamento e que estejam engajados em associação.

Na diretriz do programa serão seguidas as Normas da Legislação Federal aplicada pelo Ministério da Agricultura (Lei nº. 10.831 de 23 de dezembro de 2003). Os produtores deverão estar organizados em Associação de Produtores Agroecológicos, para receberem constantemente informações técnicas e práticas do plantio à colheita. Serão habilitados por uma certificadora credenciada pelo Ministério da Agricultura.

A comercialização se dará somente pela associação, para evitar a ação de oportunista, uma vez que é uma produção com responsabilidade e sustentável, portanto não poderão ser manipulados e comercializados junto com os demais produtos não orgânicos. Os produtos orgânicos serão conhecidos por uma marca comercial.

Todos os produtores participantes do projeto serão devidamente cadastrados e suas propriedades mapeadas em talhões de uso e produção. Os produtos obtidos por esse grupo de produtores terão origem garantida. O processo de certificação é de responsabilidade de uma certificadora independente, credenciada pelo Ministério da Agricultura, com aceitação nacional e internacional, que vistoriará as propriedades e emitirá um documento de propriedade orgânica, que dará o direito ao produtor usar o selo, mediante acordo entre Certificadora – Produtor/Associação – Assistência Técnica.

Os produtores vêm sendo capacitados através de cursos, reuniões, palestras, seminários, intercâmbios, com encontros semanais, ministrados pelos parceiros e serão acompanhados regularmente pela assistência técnica – EMATER e Prefeitura.

### 3.7 A ORIGEM DAS FEIRAS

Acredita-se que a principal causa da origem das feiras é a formação de excedentes de produção dos produtores. Pois, foi com as sobras de uns e com as faltas de outros, é que surgiu a necessidade de troca de mercadorias, a priori entre os grupos, sem que houvesse um local próprio para tal intercâmbio, tornando-se mais difícil desta forma, a obtenção das mercadorias necessárias.

O surgimento das feiras foi uma solicitação natural de um espaço que reunisse todos os produtos que estivessem disponíveis para outras pessoas, e, foram neste contexto, que se tornaram importantes as trocas de seus excessos, na falta de outros produtos que não se obteve condições de produzir. Assim, podemos perceber a importância das feiras para os tempos modernos.

O início das feiras é atribuído à Idade Média, visto que na época dos faraós, ou seja, no período escravista, assim como na fase do feudalismo, não existiam tão fortemente as feiras, pelo motivo da produção ser para o autoconsumo.

Foi com o estímulo à expansão marítima e com a abertura para o Oriente, que se fez com que os produtos fossem distribuídos via mar Mediterrâneo com altos lucros, destacando-se neste período, principalmente as cidades de Veneza, Gênova e Pisa.

Nos principais cruzamentos das rotas de comércio medievais, organizaram-se grandes feiras, que se tornaram centros de comércio, onde se reuniam periodicamente, comerciantes de diversas partes da Europa. Entre as feiras mais importantes estavam as da região de Champagne, na atual França; de Flandres, atuais Bélgica e Holanda; e de Frankfurt, na atual Alemanha.

Assim, pode-se afirmar que desses encontros que eram chamados de feiras, nasceram cidades. Portanto, foi com a missão dos mercadores da Idade Média, que se estimulou a prática de compra e venda de produtos expostos e a consolidação da criação das feiras livres.

Nos tempos modernos, as feiras precisaram variar ao máximo, com a sua contribuição no comércio local, possuindo desde produtos sofisticados, até as mínimas coisas que o consumidor busca adquirir nestes pontos de encontro entre compradores e vendedores.

Inegavelmente, o ato de “pechinchar”, ou seja, pedir ao feirante para baixar o preço da mercadoria para se comprar mais barato, se tornou um hábito popular entre os frequentadores das feiras, nas mais diversas cidades do mundo.

Atualmente, várias feiras livres cumprem alguns processos de modernização como: os produtos comercializados são higienizados e embalados, transmitindo ao consumidor uma idéia de assepsia, que antes não estava associada a muitas feiras livres tradicionais.

### 3.8 A FEIRA DO PRODUTOR RURAL EM CAMPO MOURÃO

Referir-se à Feira do Produtor Rural, é ter em mente que estamos nos referindo ao pequeno produtor, ou seja, aquele que luta pela eliminação de um intermediário na comercialização do que se produz no campo e que chega até a mesa dos consumidores na cidade.

Dentro de um contexto da modernização da agricultura, alguns pequenos agricultores, ainda resistem e criam estratégias de sobrevivência em suas pequenas propriedades familiares, com a ajuda de vários órgãos públicos, como a EMATER, que

viabilizam alternativas e que os auxiliam neste desafio de competição de mercado, conforme dados apresentados no Quadro 3.

Ano:	XXV
Feiras Realizadas:	480
Feirantes:	47
Produção Comercializada:	2.720 Toneladas
Valor Comercializado:	R\$ 1.717.638,00
Dólar:	US\$ 717.392,72
Soja:	57.070 sacas
Salário Mínimo:	4.029,53
Obs.:	A Feira comercializou o equivalente a 75 ha/soja/mês <sup>54</sup>
<b>Valor Bruto/Feirante/Ano:</b>	
R\$:	36.545,49
US\$:	15.263,67
SM:	85,73
<b>Geração de Empregos:</b>	
Direto:	28
Indireto:	100
Área média das propriedades agrícolas:	8,70 ha.
Área média explorada com hortifrutigranjeiros:.	2,0 ha

Quadro 3: Relatório da Feira do Produtor Rural de Campo Mourão Referente ao Ano de 2008  
 Fonte: EMATER (2009).  
 Organização: CRUZ (2009).

O projeto de realização das Feiras do Produtor Rural foi implantado como alternativa para a sobrevivência do pequeno produtor rural, no município de Campo Mourão. A análise do Quadro 3 demonstra que as feiras são importante fonte de receita, para muitos pequenos produtores de hortifrutigranjeiros do município.

Nas feiras são comercializados produtos *in natura* e processados, de origem vegetal e animal. E pode-se constatar que tem aumentado o volume e a diversificação da produção que é ofertada aos consumidores.

Quando se refere à prática de realização das feiras itinerantes do produtor rural, no município de Campo Mourão, conforme podemos visualizar no Quadro 4, a implantação destas, coube a uma Associação dos Produtores Hortigranjeiros de Campo Mourão – a HORTICAMPO, em conjunto com a EMATER, Unidade Municipal de Campo Mourão, sob assessoria de um Técnico Agrícola.

<sup>54</sup> Neste caso, a soja é utilizada como moeda de troca só para efeito de comparação.

<b>DIA</b>	<b>LOCAL</b>	<b>HORÁRIO</b>
2ª feira	Jardim Aeroporto – AE (8 feirantes) Avenida Belim Carolo – próximo a Paróquia Divino Espírito Santo.	17h00min às 21h10min
3ª feira	Vila Urupês – UR (42 feirantes) Avenida Jorge Walter, próximo ao Santuário Nossa Senhora Aparecida.	17h00min às 21h10min
4ª feira	Jardim Isabel – IS (28 feirantes) Rua Pedro Genero, esquina com a Rua Ney Braga (Praça).	17h00min às 21h10min
5ª feira	Jardim Ana Elisa – AL (4 feirantes) Rua Belém, esquina com a Rua Engenheiro Mercê	17h00min às 21h10min
5ª feira	Jardim Lar Paraná – LP (20 feirantes) Praça Alvorada, Rua Akibono.	17h00min às 21h10min
6ª feira	Jardim Tropical II – TP (8 feirantes) Conjunto Habitacional Montes Claros – Rua das Oliveiras.	17h00min às 21h10min
6ª feira	Jardim Laura – LA (28 feirantes) Rua Jurema Miguel, próximo ao Country Club.	17h00min às 21h10min
Sábado	Cohapar – CO (18 feirantes) Conjunto Milton Luiz Pereira, Rua dos Tucanos	16h00min às 20h30min
Sábado	Parigot de Souza – PA Avenida Parigot de Souza, entre as Ruas Loanda e Rolândia.	16h00min às 20h30min

Quadro 4: Locais de Realização da Feira do Produtor Rural em Campo Mourão

Fonte: EMATER (2009).

Organização: CRUZ (2009).

O Quadro 4 revela que têm sido ampliados os dias e locais de realizações das feiras, devido a grande procura pelos consumidores dos produtos ali comercializados.

Os chamados “cinturões verdes” são áreas destinadas ao desenvolvimento de atividades hortifrutigranjeiras na periferia de uma cidade. Essas novas hortas urbanas produzem e abastecem de alimentos as populações dos núcleos urbanos. Parte das verduras e hortaliças consumidas em Campo Mourão é cultivada no entorno do município, onde está localizado o cinturão verde.

Sabe-se que muitos produtos das feiras podem não ter a boa aparência dos oferecidos nos supermercados da cidade, porém estes estão livres de resíduos de agrotóxicos perigosos, já que são produzidos por uma agricultura familiar, em pequenas chácaras ou sítios<sup>55</sup>.

<sup>55</sup> Propriedade parcelar onde uma família vive e trabalha.

Entretanto, constata-se nas feiras que o aspecto dos produtos orgânicos é bom, mas percebe-se que o preço ainda assusta aos consumidores, que não estão acostumados a comparar a qualidade dos produtos que consomem.

Os produtos das feiras são vendidos a preços que às vezes chegam a estar abaixo dos praticados no comércio local, também são uma ótima opção e solução para uma grande parcela da população que apresenta um menor poder aquisitivo de compras. Aos poucos, essa parcela da população retornou ao hábito de comprar nas feiras em Campo Mourão, juntamente com as demais classes de um poder aquisitivo maior, após uma “reestruturação” do projeto das feiras.

A realização das feiras é uma perspectiva de alternativa da comercialização da produção familiar do município.

Em visitas realizadas nas Feiras do Produtor Rural de Campo Mourão, pode-se identificar quem são os consumidores, o que compram e o que pensam os que frequentam as feiras. Acerca dos produtos comercializados neste espaço, observa-se que estes, os consumidores, não vão à feira apenas para comprar os produtos de época, mas percebe-se que compram produtos variados desde: frutas, verduras e legumes.

Assim como, levam para casa ou consomem no local os seguintes produtos: pastéis, coxinhas, espetinhos, cachorro quente, crepes, churros, tapioca, caldo de cana, sucos, milho verde, pamonha, doces, bolos, pães, massas, queijos, embutidos e defumados, ovos, produtos japoneses, entre tantos outros.

Alguns consumidores vão às feiras apenas para fazer suas compras semanais, já outros, a frequentam porque este é também um espaço para o lazer. Constata-se que muitos buscam os locais atrativos das feiras nos finais de tardes, para passear com as crianças e familiares, conversar com os amigos, além de aproveitarem para descansar e se distrair, enquanto saboreiam as delícias encontradas nas barracas dos feirantes.

A população mourãoense, de um modo geral, frequenta as feiras para as suas compras. Nota-se que os consumidores encontram-se satisfeitos com os serviços prestados pelos produtores, que negociam diretamente com quem consome os gêneros alimentícios produzidos nas pequenas propriedades rurais, pois estes acabam retornando as feiras sempre que podem<sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup> Ver mais a respeito desse assunto em: CRUZ, Márcia Lúcia da. A feira do produtor rural no município de Campo Mourão. In: SIMPÓSIO SOBRE PEQUENAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO LOCAL, 1., 2008, Maringá; SEMANA DA GEOGRAFIA, 17., 2008, Maringá. *Anais...* Maringá: UEM, 2008. 1 CD-ROM.

Verifica-se que o hábito de comprar produtos em feiras, não se extinguiu com o passar dos séculos, mas sim se adaptou as novas exigências de um consumidor que pretende unir o “útil ao agradável”, buscando qualidade e preços menores na Feira do Produtor Rural de Campo Mourão.

As Fotos 6 e 7 referem-se à realização de feiras no Jardim Laura e na Vila Urupês.



Foto 6: Feira do Produtor Rural de Campo Mourão no Jardim Laura  
Fonte: CRUZ (11/09/2009).



Foto 7: Feira do Produtor Rural de Campo Mourão na Vila Urupês  
Fonte: CRUZ (20/10/2009).

Os programas governamentais têm amparado às feiras, porque elas demonstram ser uma alternativa viável para a distribuição direta de produtos aos consumidores. E ainda hoje, as feiras livres continuam sendo um importante mercado varejista em diversas cidades do mundo, onde funcionam como importantes instrumentos de integração do produtor rural, permitindo que se pratique a venda de produtos diretamente aos consumidores finais.

### 3.9 ANÁLISE DE DADOS DO INCRA

Obteve-se em pesquisa realizada junto ao INCRA (2009), os seguintes dados<sup>57</sup> quanto ao total de propriedades no município de Campo Mourão, para os anos de exercício 2003, 2004 e 2005:

---

<sup>57</sup> Apesar de se encontrarem defasados para a sua análise, foram os únicos dados divulgados pelo INCRA (2009).

Tabela 2: Total de Propriedades no Município de Campo Mourão

Grande propriedade	32
Média propriedade	171
Pequena propriedade	595
Minifúndio	860

Módulo fiscal = 18 ha; Fração mínima = 2 ha para abrir escritura individual.

Fonte: INCRA (2009).

Organização: CRUZ (2009).

A Tabela 2 demonstra segundo dados divulgados pelo INCRA (2009), o total de propriedades no município de Campo Mourão, entre pequenas, médias e grandes. Nota-se na mesma, um total relevante de pequenas propriedades no município.

Minifúndio é caracterizado como pequena propriedade rural com área de até 18 hectares, essa padronização é do INCRA para a região, cuja exploração pode ser agricultura de subsistência, com técnicas rudimentares e baixa produtividade, ou mecanizada e alta produtividade.

De acordo com dados fornecidos pelo INCRA (2009), o município de Campo Mourão possui 860 propriedades rurais caracterizadas como minifúndio, como podemos observar na Tabela 2.

Estamos acostumados a visualizar apenas as grandes propriedades quando andamos pelas estradas que cortam o município, e não prestamos muita atenção que entremeio as médias e grandes propriedades, estão as pequenas, sobrevivendo através da diversificação em suas propriedades e com a ajuda do trabalho familiar.

Como a concentração da propriedade da terra é um traço marcante da estrutura fundiária no Brasil, no município de Campo Mourão, a estrutura agrária não é diferente. Já que, os agricultores familiares podem ser caracterizados como verdadeiras “ilhas” em meio às médias e grandes propriedades, pertencentes ao município.

### 3.10 ANÁLISE DE DADOS DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS

A Agência de Pesquisa e Disseminação do IBGE em Campo Mourão, disponibilizou dados referentes aos Censos Agropecuários realizados no município, conforme podemos constatar nas próximas Tabelas:

Tabela 3: Área dos Estabelecimentos Agropecuários no Município de Campo Mourão

Ano da Pesquisa	1960		1970		1975		1985	
Grupos de Área Total	Estabelecimentos	Área (ha)						
-10	6055	32924	4885	25731	2567	13514	1090	5324
10 – 20	2895	40138	1625	22484	830	11617	422	6055
20 – 50	3133	97277	922	27183	574	17674	489	15650
50 – 100	979	70194	220	15479	218	16184	198	14484
100 – 500	542	109714	202	42275	263	57753	310	66690
+ de 500	59	54939	49	76531	52	79106	47	55021

Fonte: IBGE (2009).

Organização: CRUZ (2009).

A análise da Tabela 3 demonstra que a área dos estabelecimentos agropecuários no município de Campo Mourão, num período que compreende 25 anos (1960 a 1985), quanto ao número de unidades com menos de 10 hectares até 100 hectares, declinou consideravelmente quanto ao número de estabelecimentos e também quanto à área em ha.

Nota-se que as unidades entre 100 a 500 hectares, a partir do ano de 1975, tiveram um aumento no número de estabelecimentos com um notável aumento na área em ha, ou seja, os dados confirmam a concentração fundiária no município de Campo Mourão.

As unidades com mais de 500 hectares, mantiveram a média quanto ao número de estabelecimentos, porém aumentou entre os anos 1970 e 1975 a área em ha, retornando em 1985 a área em ha, equivalente ao ano de 1960.

Tabela 4: Número de Estabelecimentos no Município de Campo Mourão por Grupos de Área Total (ha), em 31/12/1995

GRUPOS DE ÁREA TOTAL = 12716 ha											
Menos de 10	%	10 a menos de 100	%	100 a menos de 200	%	200 a menos de 500	%	500 a menos de 2000	%	2000 e mais	%
4873	38,32	6484	51	718	5,65	466	3,66	163	1,28	12	0,09

Fonte: IBGE (2009).

Organização: CRUZ (2009).

Os dados<sup>58</sup> apresentados na Tabela 4 revelam que no Censo Agropecuário de 1995/1996, aumentou o número de estabelecimentos no município de Campo Mourão por grupos de área total em ha, se comparados com os dados do ano de 1985.

<sup>58</sup> A Tabela 4 não está anexada à Tabela 3, devido às modificações na forma de divulgação dos dados do IBGE.

Tabela 5: Área dos Estabelecimentos no Município de Campo Mourão por Condição Legal das Terras e Condição do Produtor

MUNICÍPIO	CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS	CONDIÇÃO DO PRODUTOR	
		Total	
Campo Mourão	Total	Total	64.113,361
		Proprietário	57.740,141
	Terras Próprias	Total	51.935,082
		Proprietário	51.935,082
	Terras Arrendadas	Total	6.416,184
		Proprietário	2.389,883

Variável = Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectare) – Ano = 1996

Fonte: IBGE (2009).

Organização: CRUZ (2009).

Na Tabela 5 verifica-se a área dos estabelecimentos agropecuários em ha, no ano de 1996, município de Campo Mourão, quanto à condição legal das terras no que diz respeito, as terras próprias ou arrendadas. Os dados demonstram que na condição do produtor, o município apresenta um elevado número de terras próprias, em relação a um baixo número de terras arrendadas, ou seja, a maioria são donos de seus estabelecimentos agropecuários.

Tabela 6: Estabelecimentos Agropecuários no Município de Campo Mourão por Condição Legal das Terras

ANO	MUNICÍPIO	CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS	Nº/ÁREA	
2006	Campo Mourão	Terras Próprias	Unidades	636
			Total (ha)	50463
		Terras Arrendadas	Unidades	165
			Total (ha)	9806
		Terras em Parceria	Unidades	37
			Total (ha)	1348
		Terras Ocupadas	Unidades	53
			Total (ha)	324

Fonte: IBGE (2009).

Organização: CRUZ (2009).

Os dados apresentados na Tabela 6, referem-se ao Censo Agropecuário de 2006, realizado no município de Campo Mourão. Os resultados quando comparados com os dados da Tabela 5, revelam que houve uma redução no total da área em ha, de estabelecimentos agropecuários na condição legal de terras próprias. Enquanto que, ocorreu um aumento no total da área em ha, de estabelecimentos na condição legal de terras arrendadas.

Tabela 7: Condição do Produtor no Município de Campo Mourão Segundo o Censo Agropecuário

ANO	PROPRIETÁRIO		ARRENDATÁRIO		PARCEIRO		OCUPANTE	
	Estabelecimentos	Área (ha)						
1995/1996	750	57740	119	4006	32	1227	58	1140
2006	636	54171	106	6510	18	955	48	305

Fonte: IBGE (2009).

Organização: CRUZ (2009).

Segundo dados do Censo Agropecuário de 1995/1996, a Tabela 7 confirma que quando se refere à condição do produtor, o município de Campo Mourão apresenta um número maior de estabelecimentos administrados por seus próprios proprietários, em relação aos arrendatários que administram um número menor de estabelecimentos. Verificam-se poucos parceiros e poucos ocupantes de terras no município.

A mesma Tabela demonstra que nestes estabelecimentos agropecuários, os proprietários também possuem uma maior área em ha, quando comparados aos arrendatários, parceiros e ocupantes.

Conforme os dados divulgados pelo Censo Agropecuário de 2006, pode-se verificar que houve uma notável queda nos dados que se referem à condição do produtor em Campo Mourão, ocorrido tanto em relação ao número de estabelecimentos quanto à área em ha. Apenas, houve um aumento quanto à área em ha ocupada pelos arrendatários, que apesar de reduzir no número de estabelecimentos, cresceu quanto à área em ha.

Tabela 8: Número de Estabelecimentos no Município de Campo Mourão por Grupo da Atividade Econômica

GRUPO DA ATIVIDADE ECONÔMICA						
Lavoura Temporária	Horticultura	Lavoura Permanente	Pecuária	Produção Mista	Silvicultura e Exploração Florestal	Pesca e Aquicultura
497	28	39	248	132	9	5

Fonte: IBGE (2009).

Organização: CRUZ (2009).

A análise da Tabela 8 revela que o número de estabelecimentos no município de Campo Mourão, por grupo da atividade econômica, é maior nas lavouras temporárias, na pecuária e na produção mista, em relação às demais atividades praticadas no município.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, quanto à utilização das terras no município de Campo Mourão, o número de estabelecimentos agropecuários representa um total de 844 unidades. Em relação aos dados divulgados, quanto à lavoura temporária houve um acréscimo nos resultados para um total de 620 estabelecimentos; na lavoura permanente também houve um aumento para 217 estabelecimentos; e para a pesca e aquicultura os dados sofreram um acréscimo para um total de 32 estabelecimentos.

O IBGE (Censo Agropecuário de 2006) divulga dados da lavoura permanente no município, dos seguintes produtos: banana, café arábica em grão (verde), café canephora (robusta, conilon) em grão (verde) e laranja. Quanto aos da lavoura temporária são: cana-de-açúcar, feijão de cor em grão, feijão fradinho em grão, mandioca (aipim, macaxeira), milho em grão, soja em grão e trigo em grão.

Predominantemente de base agrícola, Campo Mourão tem no plantio de soja e milho seus principais produtos agrícolas, sendo a soja, o produto com a maior área destinada para o plantio, como podemos observar na Tabela a seguir:

Tabela 9: Número de Estabelecimentos Agropecuários Produtores de Soja, Milho e Trigo no Município de Campo Mourão

<b>Produtos da lavoura temporária (em grão)</b>	<b>Número de estabelecimentos agropecuários (unidades)</b>	<b>Quantidade produzida (toneladas)</b>	<b>Valor da produção (em mil R\$)</b>
Soja	379	97.690	40.903
Milho	316	55.593	12.520
Trigo	70	9.479	3.497

Fonte: IBGE (2009).

Organização: CRUZ (2009).

A análise da Tabela 9 demonstra que no Censo Agropecuário<sup>59</sup> de 2006, realizado no município de Campo Mourão, quanto aos produtos da lavoura temporária, a 1ª colocação em quantidade produzida ficou com a soja em grão (em 379 unidades), a 2ª colocação com o milho em grão (em 316 unidades), e a 3ª colocação com o trigo em grão (apenas 70 unidades).

<sup>59</sup> Maiores informações podem ser consultadas na página do IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>

## 4 A PROPRIEDADE FAMILIAR E SUAS RELAÇÕES COM O MERCADO

### 4.1 O PAPEL DA COAMO NO SETOR AGROINDUSTRIAL

O final dos anos 1960, foi marcado por grandes modificações na economia mourãoense e também na região, pois o ciclo da madeira estava chegando ao fim. A região de Campo Mourão apresentava terras impróprias para a exploração agrícola devido à acidez do solo, além de agricultores que desconheciam o uso da nova tecnologia agrícola, como por exemplo: só existiam cinco tratores na região.

Pelos campos havia apenas algumas lavouras manuais de arroz, milho e algodão. Não era por menos, que a região era conhecida como terra dos “três S”. Surgem então, nesta época na região de Campo Mourão, os primeiros movimentos cooperativistas, que vão dar origem a COAMO.

As principais fontes de economia da região baseavam-se na agropecuária de subsistência, na exploração madeireira e em menor proporção, na cafeicultura, apesar desta cultura não encontrar no local as condições propícias para a sua expansão. Visto que, para se obter uma produção satisfatória desta lavoura, necessita-se de uma combinação adequada de tipos de solos e climas, sendo adotado o limite climático do café (paralelo 24° sul) para o desenvolvimento da cultura.

Na economia brasileira a produção de café, também estava enfraquecida e desestimulada, sobretudo, devido a fatores climatológicos e pela política de preços, que provocava o abandono das lavouras e a erradicação dos cafezais incentivada pelo governo. Notadamente, com a implantação desta política de erradicação, o Norte do Paraná foi atingido pelo corte aproximadamente de dez por cento das suas plantações de café.

Essa política de erradicação dos cafeeiros, provoca no norte paranaense, uma considerável transformação, tanto na economia, como na paisagem agrícola. No lugar dos extensos cafezais, a priori, verificar-se-á a implantação do binômio: SOJA e TRIGO (ÁVILA, 2002, p. 41).

O governo passa então a estimular, na década de 1970, a formação de pastagens, a diversificação de produtos agrícolas e a cultura associada de soja e trigo. Em Campo Mourão, o plantio de trigo mecanizado, em pequenas áreas, marcava o início de uma agricultura moderna.

Todavia, foi com a introdução na região das culturas de trigo e soja, que os agricultores se defrontaram com algumas dificuldades durante a produção, tais como: o armazenamento, a comercialização e o aparecimento de intermediários que manipulavam os preços dos produtos, entre outras.

Como individualmente os produtores não conseguiam superar as dificuldades que surgiam, nasceu a idéia<sup>60</sup> da criação de uma cooperativa, e da consolidação dos ideais de um grupo de setenta e nove agricultores, no dia 28 de novembro de 1970, funda-se a Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda – COAMO, com sede instalada na cidade de Campo Mourão.

A década de 1970, marca a fundação de várias cooperativas no Brasil, assim como a modernização da agricultura no Paraná, processo este que envolve uma mudança na base técnica da produção agrícola.

A COAMO conseguiu alcançar na época de sua fundação, 14 municípios da região de Campo Mourão, a partir desse momento, já se percebe uma territorialização da cooperativa, assegurando sua influência na região.

Quanto a fundação da COAMO, Ávila (2002, p. 41) acrescenta que, a cooperativa “ [...] contrariando a finalidade da grande maioria das cooperativas fundadas no Norte do Paraná, não foi para atender os produtores de café, mas sim, para atender inicialmente os triticultores, que começavam esta atividade agrícola no final da década de 1960”.

Com o avanço da transformação agrícola no Paraná, a COAMO constituiu-se num importante fator de integração regional, e como empresa, tornou-se um forte atrativo para grande parte da produção agrícola, não só regional, mas como também, de outros Estados vizinhos ao Paraná.

A empresa vem atuando em todas as etapas do ciclo de produção, tais como: pesquisa, correção do solo, crédito, semente, manejo de culturas, colheita, armazenagem, comercialização e o processo industrial.

Em 1975, a COAMO instalou a sua fazenda experimental, abriu uma loja de peças e implantou o seu moinho de trigo. Porém, foi a partir dos anos 1980 que o setor agroindustrial registrou grande impulso com o surgimento de outras indústrias, como as de óleo de soja e fiação de algodão. No ano 2000, foi inaugurada a fábrica de margarina.

---

<sup>60</sup> A idéia nasceu em 1968, quando o recém formado Engenheiro Agrônomo José Aroldo Galassini, chegou a Campo Mourão para trabalhar como funcionário no escritório da antiga Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA) e, conduziu os primeiros experimentos de trigo na região, identificando as principais lideranças agrícolas do município. Em 1975, depois de cinco anos como Gerente Geral da COAMO, o Engenheiro Agrônomo José Aroldo Galassini foi eleito Diretor Presidente, cargo este que ocupa até os dias de hoje.

Em 26 de setembro de 2003, através de alterações estatutárias aprovadas em assembleia, ocorreu uma mudança na razão social da COAMO, que por motivo de adequar-se ao novo Código Civil Brasileiro, precisou retirar o vocábulo *limitada* da denominação social. A cooperativa adotou a sua sigla como nome e passou a chamar-se COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA.

No dia 1º de setembro de 2009, sucedeu-se a inauguração da sua mais nova indústria, de torrefação e moagem de café.

A COAMO desenvolveu-se horizontalmente, espalhando-se atualmente por municípios do Paraná e de Santa Catarina, além do Mato Grosso do Sul. Enquanto que, o seu crescimento vertical ocorreu na agroindústria após a construção da indústria de óleo de soja, da fiação de algodão e da fábrica de margarina.

Desta forma, a cooperativa agregando valor e renda a produção dos seus cooperados, transformou-se numa cooperativa altamente industrializada, que deixou de comercializar os seus produtos na forma *in natura*, passando a vendê-los já industrializados, ou seja, passou a atuar no mercado como uma indústria capitalista.

Reconhecida como uma das maiores cooperativas agropecuárias da América Latina e a maior empresa privada do Paraná, a COAMO é responsável pela produção e recebimento de 3,5 % de toda a produção nacional de grãos e fibras e por 16% da safra paranaense.

Ao final de cada ano, desde 1971, em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada pela cooperativa para o encerramento do exercício fiscal, ocorre a distribuição das sobras dos lucros obtidos na empresa entre seus cooperados, sendo que cada associado da COAMO recebe o seu montante na proporção da sua movimentação no quadro social, ocasionado pelo abastecimento de insumos e na entrega dos produtos soja, milho e trigo.

Na época da pesquisa (2009), os cooperados da COAMO utrapassavam 21 mil associados, como podemos observar no Quadro 5, que entregavam e comercializavam seus produtos utilizando a assistência técnica da cooperativa, como também, abastecendo-se de implementos agrícolas, insumos, máquinas, peças, produtos veterinários e alimentos.

Cooperados: 21.172 (data-base 31/12/2008)
Receitas Globais: R\$ 4,71 bilhões
Sobras Líquidas: R\$ 315,73 milhões
Ativo total: R\$ 3,36 bilhões
Patrimônio Líquido: R\$ 1,69 bilhão
Beneficiados: mais de 100 mil pessoas recebem benefícios diretos do cooperativismo (cooperados, funcionários e familiares)
Recursos humanos: 4.423 funcionários diretos, e média mensal de 1.576 colaboradores (temporários e terceirizados)
Unidades: 92 para recebimento de produtos agrícolas em 55 Municípios nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul
Capacidade de Armazenagem (Estática): 3,83 milhões de toneladas
Recebimento da Produção: 5,01 milhões de toneladas de produtos agrícolas
% Participação (Brasil/Paraná): 3,5 % da produção agrícola do Brasil e 16% da produção paranaense
Exportação: Foram exportados pelo terminal portuário de Paranaguá, no Paraná, pelo Porto de Santos, em São Paulo, e pelo porto de São Francisco, em Santa Catarina, o montante de US\$ 523,83 milhões
Eventos realizados: 1.420 eventos técnicos, educacionais e sociais para os cooperados e familiares, totalizando 70.782 participantes
Alimentos Coamo: lançamento da margarina Coamo Light. Área alimentícia registrou faturamento de R\$ 402,75 milhões, representando crescimento de 40,6% em relação ao ano anterior

Quadro 5: COAMO em Números – Exercício 2008

Fonte: COAMO (2009).

Organização: CRUZ (2009).

Em entrevista concedida pela Assessoria de Imprensa da COAMO, o assessor (I.D.C.), informou que o número de associados da cooperativa aproximava-se de 21.348 membros em 2009. O município de Campo Mourão, contava com 1.175 associados em 2009, ou seja, 5,5% do número total de associados da cooperativa.

No que se refere à área cultivada em hectares: de 1 a 25 ha, são 8.537 cooperados (40,1%); e, de 25,1 a 50 ha, são 4.181 cooperados (19,6%), perfazendo um total de 75,3% associados da cooperativa.

Segundo esclarecimentos da Assessoria de Imprensa, não seria possível informar os dados quanto ao volume da produção entregue pelos proprietários rurais de Campo Mourão associados à COAMO, nem tampouco dos pequenos proprietários do município, como consta no questionário aplicado à cooperativa (ver Apêndice B). Acreditamos que seja por sigilo de mercado, o motivo que nos levou a não obtenção de todas as respostas inquiridas.

## 4.2 O PAPEL DA COOPERMIBRA NO SETOR DA AGROPECUÁRIA

A Cooperativa Mista Agropecuária do Brasil – COOPERMIBRA foi fundada no dia 03 de dezembro de 1997, com sede instalada no município de Campo Mourão, por iniciativa de vinte e seis agricultores que realizaram uma assembléia e instituíram oficialmente a cooperativa. Esse grupo formado por agricultores, sabendo da falta de apoio e das dificuldades enfrentadas por muitos produtores (principalmente os pequenos), decidiu se organizar para buscar a solução de problemas comuns e meios que facilitassem a obtenção da assistência técnica; compra de insumos e implementos agrícolas; comercialização da produção; obtenção de outros produtos; e prestação de outros serviços ligados ao setor rural.

Sua principal proposta foi a de fortalecer o sistema cooperativista regional, objetivo esse que vem sendo conquistado ano a ano com a adesão de um número cada vez maior de agricultores. Entre seus idealizadores e fundadores estavam os atuais membros da diretoria executiva da cooperativa: Henning Erich Baer (presidente), Valdomiro Bognar (vice-presidente) e Shigueru Nakashima (secretário).

Desde o início, a COOPERMIBRA atraiu a atenção dos agricultores por apresentar uma proposta diferenciada de cooperativismo. Em pouco tempo a cooperativa conquistou a adesão de um expressivo número de associados, como podemos visualizar no Gráfico 1, pois muitos eram agricultores que estavam excluídos do sistema cooperativista. Logo no primeiro ano de atividades o número de cooperados chegou a 674. Em 2002, já eram 2.547 cooperados.



Gráfico 1: Evolução do Quadro Social da COOPERMIBRA

Fonte: COOPERMIBRA (2009).

Organização: CRUZ (2009).

Na época da pesquisa (2009), o número de agricultores que entenderam os propósitos da COOPERMIBRA e aceitaram fazer parte desse sistema cooperativista que prioriza o homem do campo era mais de 5,6 mil. Para o ano de 2009, a meta da cooperativa era atingir a marca de 5.800 associados.

Além do crescimento numérico, a COOPERMIBRA também ampliou sua estrutura física, e conseqüentemente, contribuiu para a geração de novos empregos e renda. A cooperativa está presente hoje em municípios das regiões Noroeste, Oeste, Vale do Ivaí e Central do Paraná – que constituem um dos setores mais produtivos do Paraná e do Brasil.

As unidades estão instaladas em: Campo Mourão, Campina da Lagoa, Doutor Camargo, Floresta, Goioerê, Guarapuava, Jardim Alegre, Mamborê, Manoel Ribas, Nova Cantu, Pitanga, Quinta do Sol, Roncador, São João do Ivaí, São Jorge do Ivaí, Sarandi, Terra Boa, Turvo e Umuarama.

#### 4.2.1 Quadro social da COOPERMIBRA

Em entrevista concedida pela Assessoria de Imprensa da COOPERMIBRA, o assessor (L.L.), forneceu alguns dados informativos complementares relacionados ao quadro social da cooperativa.

No ano de 2008, associaram-se a COOPERMIBRA, 144 novos produtores rurais, demonstrando o apoio a sociedade e a necessidade da presença da cooperativa nas regiões onde está se instalando. No final do ano de 2008, a cooperativa tinha um quadro social de 5.433 cooperados.

Somente no município de Campo Mourão, a COOPERMIBRA contava em 2009, com 846 associados, sendo que na média, cerca de 60% a 70% são pequenos produtores, como podemos observar no Quadro 6. Os grãos como o milho, a soja e o trigo, são os principais produtos entregues por esses agricultores.

<b>PRODUTORES</b>	<b>PARTICIPAÇÃO</b>
Pequenos	75%
Médios	20%
Grandes	5%
Total	100%

Quadro 6: Características do Quadro de Associados da COOPERMIBRA

Fonte: COOPERMIBRA (2009).

Organização: CRUZ (2009).

Segundo a cooperativa, na COOPERMIBRA não há distinção de associados, todos recebem o mesmo atendimento e as mesmas vantagens na comercialização de insumos, prestação de serviços, recebimento e comercialização de produtos.

Os propósitos da COOPERMIBRA são de integrar o cooperado através do melhoramento tecnológico aliado às novas alternativas, participando do desenvolvimento do complexo produtivo.

Na época da pesquisa (2009), somavam-se 5.433 associados, na busca do bem comum. Como o compromisso assumido pela COOPERMIBRA é com o homem do campo, por esta razão a cooperativa está presente em todas as fases da produção: mantendo uma equipe técnica especializada e preparada; orientando os produtores tanto na elaboração do projeto técnico, quanto na escolha das melhores sementes e insumos agrícolas; no recebimento, padronização e armazenamento de produtos agrícolas como a soja, o milho e o trigo; e, na comercialização da produção para os mercados interno e externo.

A COOPERMIBRA desenvolve uma série de atividades que proporcionam a assistência técnica, capacitação, qualificação profissional e outros benefícios a seus cooperados.

A equipe técnica da COOPERMIBRA oferece aos associados as informações, orientações e recomendações mais apropriadas para que eles possam decidir qual o melhor caminho a seguir durante a safra, como: a escolha das sementes e insumos agrícolas e as práticas mais adequadas para o controle de pragas e doenças.

Essa equipe acompanha o agricultor em todas as etapas de produção, ou seja, do planejamento do plantio até a colheita, apoiando e orientando através de ações como: visitas de assistência e atendimento técnico; amostragem de solos e coleta de folhas para diagnosticar doenças da soja, milho e trigo; palestras técnicas e seminários, encontros e viagens técnicas; dias de campo, com a presença de agricultores, cooperados e não-cooperados; reuniões técnicas, com a presença de agricultores, cooperados e não-cooperados; orientação no balcão e emissão de receituários agrônômicos; treinamentos de atualização tecnológica, com a presença de todos os elementos da equipe técnica.

Prestação de serviços, assistência técnica gratuita para associados, aliada a uma boa orientação, recomendação correta e precisa, para que os produtores tenham sementes e insumos da melhor qualidade e procedência, a preços acessíveis com alto índice de eficiência no controle de pragas, protegendo o meio ambiente e o ecossistema, isto tem sido uma constante preocupação e orientação da diretoria da COOPERMIBRA. De acordo com a cooperativa, no portfólio de produtos participam as melhores empresas do país.

A COOPERMIBRA desenvolve o maior projeto de diagnóstico de doenças foliares de lavouras de soja, milho e trigo já realizado no Brasil. O “Programa Diagnose” idealizado pela COOPERMIBRA é pioneiro no país, reunindo os melhores e mais modernos equipamentos de informática disponíveis até então no mercado, aliado aos conhecimentos técnicos, científicos da pesquisa no país e consolidado com os estudos e pesquisas universitárias.

Esse trabalho proporciona ao agricultor uma substancial redução de custos com utilização do produto certo, na dosagem correta e no momento adequado para a sua aplicação. Ele também contribuiu com a redução do uso de produtos fitossanitários no campo, contribuindo assim para preservação ambiental.

Com uma rede de entrepostos estrategicamente instalados em cidades situadas nas principais regiões produtoras do Paraná, a COOPERMIBRA garante o recebimento ágil, o tratamento adequado e a armazenagem apropriada que garantem a qualidade do produto.

#### **4.2.2 Parceria entre a COOPERMIBRA e a C. VALE**

Em nota divulgada a imprensa, no mês de julho de 2009, foi confirmada a parceria entre a COOPERMIBRA de Campo Mourão e a C. VALE de Palotina. Segundo informações da própria Assessoria de Imprensa da Cooperativa Mourãoense, seus diretores e conselheiros estiveram visitando a C. VALE.

Após a visita, Henning Baer, diretor presidente da COOPERMIBRA, explicou que “essa parceria será um grande feito para o cooperativismo paranaense”. Por sua vez, Alfredo Lang, diretor presidente da C. VALE, afirmou “ter convicção que isso será bom para os associados das duas cooperativas”.

Em breve começarão a ser realizados encontros com os associados, para expor o que já foi acertado entre a COOPERMIBRA e a C. VALE. Assim como, quais os benefícios que os agricultores associados terão com essa parceria. Atualmente, a C. VALE é considerada a segunda maior cooperativa do Brasil, conta com abatedouro de frangos, sendo também sócia da FRIMESA.

Também em nota divulgada a imprensa, em 20 de agosto de 2009, foi consolidada durante a 8ª Assembléia Geral Extraordinária (AGE) da COOPERMIBRA, a parceria técnico/operacional entre a COOPERMIBRA – Cooperativa Mista Agropecuária do Brasil, de Campo Mourão e a C. VALE – Cooperativa Agroindustrial, de Palotina. Participaram dessa

reunião em Campo Mourão, cerca de 400 pessoas entre agricultores associados, familiares, diretores e colaboradores de ambas as cooperativas.

Constatamos que também nesta cooperativa, os dados divulgados pela Assessoria de Imprensa não informam sobre vários itens quanto aos associados à COOPERMIBRA, muito embora tenha recebido os mesmos questionamentos aplicados à outra cooperativa (ver Apêndice C). Aplicando-se aqui mais uma vez, a lei do sigilo de mercado.

#### 4.3 O PAPEL DA COPROLEITE NO SETOR DA PECUÁRIA LEITEIRA

No dia 22 de outubro de 2005, reuniram-se com o propósito de constituírem uma sociedade cooperativa, com sede administrativa em Campo Mourão, os cooperados fundadores da Cooperativa Regional dos Produtores de Leite – COPROLEITE, que arrendou as instalações e assumiu o antigo Laticínio Mourão. Elegendo como Presidente, o Sr. Leopoldo Villwock.

Antes da COPROLEITE assumir o laticínio, ambos (produtores e laticínio) tinham uma parceria para receber leite dos produtores associados, que formavam a Associação Mourãoense dos Produtores de Leite – AMPLE. Com a concretização da COPROLEITE, aumentou o número de produtores associados à cooperativa e também elevou a quantidade de leite recebido pelo laticínio.

A área de ação da COPROLEITE, para efeito de admissão de associados, abrange os municípios de Campo Mourão, Araruna, Barbosa Ferraz, Peabiru, Engenheiro Beltrão, Terra Boa, Mamborê, Iretama, Farol, Cianorte, Luiziana, Corumbataí do Sul e Janiópolis. Mas, outras localidades poderão a qualquer momento serem admitidas na cooperativa.

Na época da pesquisa (2009), a cooperativa estava recebendo cerca de 530 mil litros de leite/mês, atingindo no máximo 600 mil litros/mês, de produtores da região de Campo Mourão. Sendo que, quatro caminhões fazem a coleta do leite nas propriedades rurais. O produto fica armazenado em resfriadores e passa por um exame de qualidade antes de ser carregado, quando chega ao laticínio passa por outras análises que classificam o leite.

Em Campo Mourão, Peabiru e Luiziana, ainda existem produtores de leite que fazem à venda direta ao consumidor, bloqueando dessa forma o intermediário. Esses produtores entregam o leite no laticínio, onde ele é empacotado. Depois de feito o pedido, o produtor pega o leite todos os dias de manhã, no laticínio, para que possa vender nas residências dos consumidores.

A COPROLEITE presta assistência técnica aos seus cooperados, através de dois médicos veterinários que visitam as propriedades rurais. Para realizar exames nos animais, fazer acompanhamento e certificar de que todos os animais recebam as vacinas necessárias.

#### **4.3.1 A produção de leite na região de Campo Mourão**

As geadas prejudicam as pastagens no inverno, afetando a produção de leite na região de Campo Mourão, isto leva a menor oferta do produto no mercado e faz com que o preço do litro de leite tenha um acréscimo. No mês de junho de 2009, os produtores receberam um preço máximo de R\$ 0,68 por litro (valor líquido), sendo de frete R\$ 0,06 por litro.

No inverno aumenta o consumo de leite, porém diminui a produção. Em algumas propriedades rurais a queda chega a atingir 50% da produção de leite. E, o preço do litro de leite pode subir ainda mais, tanto para os produtores quanto para os consumidores. No inverno é comum que haja queda na produção de leite, e no ano em que a geada ocorre mais cedo, pode afetar ainda mais a produção.

Os produtores que não providenciam aveia ou silagem para alimentação do gado, são os mais prejudicados e, mesmo recebendo um preço melhor pelo litro de leite, o valor acaba não compensando a perda, pois os custos da produção aumentam nessa época.

Os criadores de gado devem fazer um planejamento durante o verão sobre as alternativas que devem ser usadas na alimentação do rebanho durante o inverno. Para quem não planeja o plantio de aveia e realiza a silagem com o milho, ocorre que este produtor de leite tem plantado cana-de-açúcar para alimentar o gado. Uma saída de emergência seria alimentar os animais com resíduos de soja ou de milho, mas é uma alternativa cara.

A aveia é uma das melhores opções de alimento alternativo para os bovinos na época de inverno, principalmente em razão do alto teor nutritivo e de energia oferecido pela cultura, além de favorecer o pastoreio direto no campo. Mas, o ideal é não deixar passar do tempo porque a aveia perde em produtividade. Entretanto, só com a chegada do calor e das chuvas é que muda a situação das bacias leiteiras no Estado do Paraná, registrando um aumento na produção de leite nas áreas produtoras que abastecem o mercado.

O preço do litro de leite pago pela cooperativa é estabelecido com base no Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná (CONSELEITE-PARANÁ)<sup>61</sup>, que é uma associação civil sem fins lucrativos, regida por estatuto e regulamentos próprios, que reúne representantes de produtores rurais de leite do Estado e de indústrias de laticínios, que processam a matéria-prima (leite) no Estado do Paraná.

Como o CONSELEITE-PARANÁ é formado por um conselho paritário, isto significa que, o número de representantes dos produtores rurais é igual ao número de representantes das indústrias.

A COPROLEITE oferece vários treinamentos aos seus cooperados para melhorar a qualidade do leite, sendo estes para incentivar os produtores e também mostrar melhores maneiras de trabalho. Alguns agricultores chegam a produzir até 12 mil litros/dia, enquanto que outros entre 200 e 300 litros/dia.

Na época da pesquisa (2009), a cooperativa contava com um total de 271 associados de Campo Mourão e região, recebia aproximadamente 18 mil litros de leite/dia destes produtores, incluindo os Assentamentos de Peabiru, Quinta do Sol, Farol e Iretama. Mas, deixava de receber da região cerca de 20.000 litros de leite/dia, por existir uma Associação em Mamborê, que pagava R\$ 0,70 o litro de leite para o produtor.

Por ser um produto de origem animal, o leite pasteurizado e empacotado em saquinhos pela cooperativa, mais conhecido como “barriga mole”, é certificado com um selo de inspeção federal, portanto, possui registro no Ministério da Agricultura com selo SIF/DIPOA<sup>62</sup>.

Os produtos da cooperativa são comercializados em Campo Mourão, Peabiru, Luiziana, Iretama, Apucarana, Arapongas, Londrina, além de Goioerê e Ubitatã.

A COPROLEITE também entrega 50.000 litros de leite/mês, nas Escolas da Rede Estadual de Ensino em Campo Mourão, para atender ao Programa Leite das Crianças do Governo Estadual.

Além do leite que é empacotado pela COPROLEITE, com diferentes marcas registradas, entre elas MOURÃO, AMPLE E MILK ELLEN, a cooperativa também produz outros derivados lácteos como queijo mussarela e bebida láctea (recentemente lançada), sendo que todos os produtos estão à venda no mercado.

---

<sup>61</sup> Ver mais a respeito desse assunto no site da Federação da Agricultura do Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www2.faep.com.br/conseleite>>

<sup>62</sup> SIF/DIPOA: Serviço de Inspeção Federal

### 4.3.2 Quadro social da COPROLEITE

Em entrevista concedida pela COPROLEITE, a funcionária da cooperativa (C.T.L.), forneceu dados referentes ao mês de abril de 2009, quanto à pesquisa sobre a pequena propriedade em Campo Mourão, com menos de 20 hectares (ver Apêndice D).

Com relação ao número de associados (pequenos e grandes) e ao número de associados (apenas pequenos), o total de associados da COPROLEITE são 271 produtores, como podemos observar no Quadro 7, distribuídos da seguinte forma:

<b>PRODUTORES</b>	<b>PRODUÇÃO (litros/dia)</b>	<b>Nº. DE ASSOCIADOS (produtores)</b>
pequenos	100	166
médios	200	100
grandes	500	05

Quadro 7: Número de Produtores Associados à COPROLEITE

Fonte: COPROLEITE (2009).

Organização: CRUZ (2009).

Quanto ao volume de produção entregue pelos pequenos, foram 194.828 litros (média mensal do mês de abril de 2009), sendo que a média de produção leiteira dos pequenos é de até 100 litros/dia.

Em relação ao preço que a cooperativa paga pelo litro de leite para o grande e para o pequeno produtor, a informação é de que o litro do leite é pago também por qualidade, lembrando que a quantidade influencia, logo, o produtor que faz investimentos contribui com melhorias e qualidade no produto, portanto, o preço é diferenciado. A sazonalidade (estação do ano) também influencia no preço.

Quanto aos pagamentos serem efetuados todos os meses ou de quinze em quinze dias, a informação é de que a cooperativa realiza os pagamentos mensalmente.

No que se refere à relação da cooperativa com o pequeno produtor e ao tipo de assistência e orientação, a cooperativa presta assistência em itens como: veterinário para orientação, exames, vacinação, inseminação; avaliação de laboratório para exames diários de verificação individual e orientação; produtos, medicamentos para melhor atender ao produtor; e também exames gratuitos através da parceria com o leite das crianças.

Quanto à produção leiteira ser suficiente para manter a pequena propriedade, a entrevistada (C.T.L.) explicou que varia, dependendo da produção e da sazonalidade.

### 4.3.3 Análise de dados da pecuária leiteira na região de Campo Mourão

O Quadro a seguir, apresenta os resultados da produção de leite no município de Campo Mourão, segundo o Censo Agropecuário de 2006:

Número de estabelecimentos agropecuários que produziram leite no ano: 194 Unidades
Vacas ordenhadas no ano nos estabelecimentos agropecuários: 1.056 Cabeças
Quantidade produzida de leite de vaca no ano nos estabelecimentos agropecuários: 1.900 Mil litros
Valor da produção de leite de vaca no ano nos estabelecimentos agropecuários: 864 Mil Reais
Quantidade produzida de leite de vaca cru beneficiado no ano nos estabelecimentos agropecuários: 60 Mil litros
Número de estabelecimentos agropecuários que venderam leite pasteurizado no ano: 1 Unidade
Quantidade vendida no ano de leite de vaca pasteurizado nos estabelecimentos agropecuários: 91 Mil litros
Valor da venda no ano de leite de vaca pasteurizado nos estabelecimentos agropecuários: 91 Mil Reais
Número de estabelecimentos agropecuários que venderam leite cru no ano: 125 Unidades
Quantidade vendida no ano de leite de vaca cru nos estabelecimentos agropecuários: 1.696 Mil litros
Valor da venda no ano de leite de vaca cru nos estabelecimentos agropecuários: 724 Mil Reais

Quadro 8: Produção de Leite no Município de Campo Mourão em 2006

Fonte: IBGE (2009)

Organização: CRUZ (2009)

A análise do Quadro 8 demonstra que no ano de 2006, em 194 estabelecimentos agropecuários do município de Campo Mourão, produziu-se uma quantidade de 1.900 mil litros de leite, sendo que 125 estabelecimentos venderam 1.696 mil litros de leite.

Como constatamos em entrevista realizada na COPROLEITE, e através da divulgação dos dados do Quadro 8, fica evidente que a produção de leite é uma nova alternativa econômica para a região, principalmente para os pequenos produtores rurais do município, é uma opção de renda para o produtor ao comercializar a sua produção.

Campo Mourão não é considerado um município forte na tradição pecuária, desde a sua colonização a pecuária não se desenvolveu a contento, devido às características locais. A partir do momento, que se adotem novas técnicas de produção e que se façam investimentos na melhoria genética do plantel, com um manejo adequado, uma alimentação balanceada e condições físicas para que o rebanho mantenha a produção diária, é possível obter resultados positivos e um produto final com qualidade seja na pecuária de leite ou de corte. Entretanto, o pequeno produtor rural precisa ser estimulado com uma política de incentivos aos preços do produto, para que se mantenha ativo no mercado.

#### 4.4 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE CAMPO MOURÃO

Para se entender a estrutura fundiária de Campo Mourão, é importante levar em consideração o processo de modernização da agricultura no Paraná, a partir de 1970, processo este que provocou transformações tanto socioeconômica, quanto na paisagem paranaense.

O documento da Agenda 21 Local de Campo Mourão (2008, p. 63) no capítulo 3 que trata do Diagnóstico Participativo, ao referenciar a economia do município expõe que:

Desde 1970, as áreas ocupadas com culturas anuais foram se expandindo em detrimento da diversificação da produção e das pequenas propriedades rurais. O que se constata, desde então, são lotes de terras com áreas cada vez maiores pertencentes a um grupo cada vez menor de proprietários. De acordo com a categoria, esses agricultores estão distribuídos da seguinte forma: 70,45% como agricultores produtores simples de mercadoria; 15,05% como empresários familiares e 14,5% como empresários rurais. A participação do empresário rural no município aponta para a agroindústria como uma das tendências do desenvolvimento local, apoiada em grandes áreas de cultivo, com mão-de-obra qualificada, tecnologia de produção avançada e especialização de culturas.

Atualmente, Campo Mourão apresenta um quadro de grande concentração fundiária e de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2006), 83,58% da área do município é ocupada pela agricultura, totalizando 63.855 hectares distribuídos em 844 estabelecimentos agropecuários. Entretanto, nos últimos anos o setor pecuário tem apontado novas tendências para o mercado local, com destaque para a avicultura (produção integrada) e a ovinocultura, pois até poucos anos atrás Campo Mourão dependia da produção de outros municípios para o preparo do seu prato típico.

De acordo com o Censo Agropecuário realizado em 2006, a ovinocultura aparece no setor pecuário em 57 estabelecimentos agropecuários, com 2.259 cabeças; e 388 estabelecimentos agropecuários dedicam-se a avicultura, com uma produção de 19.719 cabeças de aves. Os dados do IBGE (2006) revelam também sobre o setor pecuário mourãoense, que dos 844 estabelecimentos agropecuários, 334 unidades dedicam-se a bovinocultura com uma produção de 16.953 cabeças de gado; e 249 unidades dedicam-se a suinocultura com uma produção de 5.931 cabeças.

A atividade agrícola em Campo Mourão, caracteriza-se especialmente por propriedades rurais que possuem maquinários modernos, recebem assistência técnica qualificada e conseguem obter uma boa produtividade nas safras ao longo do ano. O destaque é para a cultura de soja que participa com a maior área plantada entre as lavouras anuais de

verão, sendo fortemente influenciada pela política de exportação incentivada pelas cooperativas agrícolas.

O sistema de preparo do solo no município é realizado através de plantio direto na palha<sup>63</sup>, de acordo com dados do IBGE (Censo Agropecuário de 2006), o número de estabelecimentos agropecuários que utiliza esta prática são 437 unidades. O modelo de agricultura intensiva e moderna é possível e altamente aplicada nas propriedades rurais em Campo Mourão, devido às condições climáticas e a geomorfologia do relevo, que se apresenta na forma de platôs suavemente inclinados, os quais facilitam a mecanização e a correção do solo.

Como a economia do município baseia-se na agricultura e esta atividade humana depende muito das condições meteorológicas, a ocorrência de algumas variações climáticas pode colocar em risco uma parte da safra. O trigo (ver Foto 8) é uma cultura de inverno, a soja (ver Foto 9) é uma cultura de verão, já o milho (ver Foto 10) é uma cultura cujo plantio é feito tanto na chamada “safrinha” quanto na safra principal, ou seja, a safra de verão.

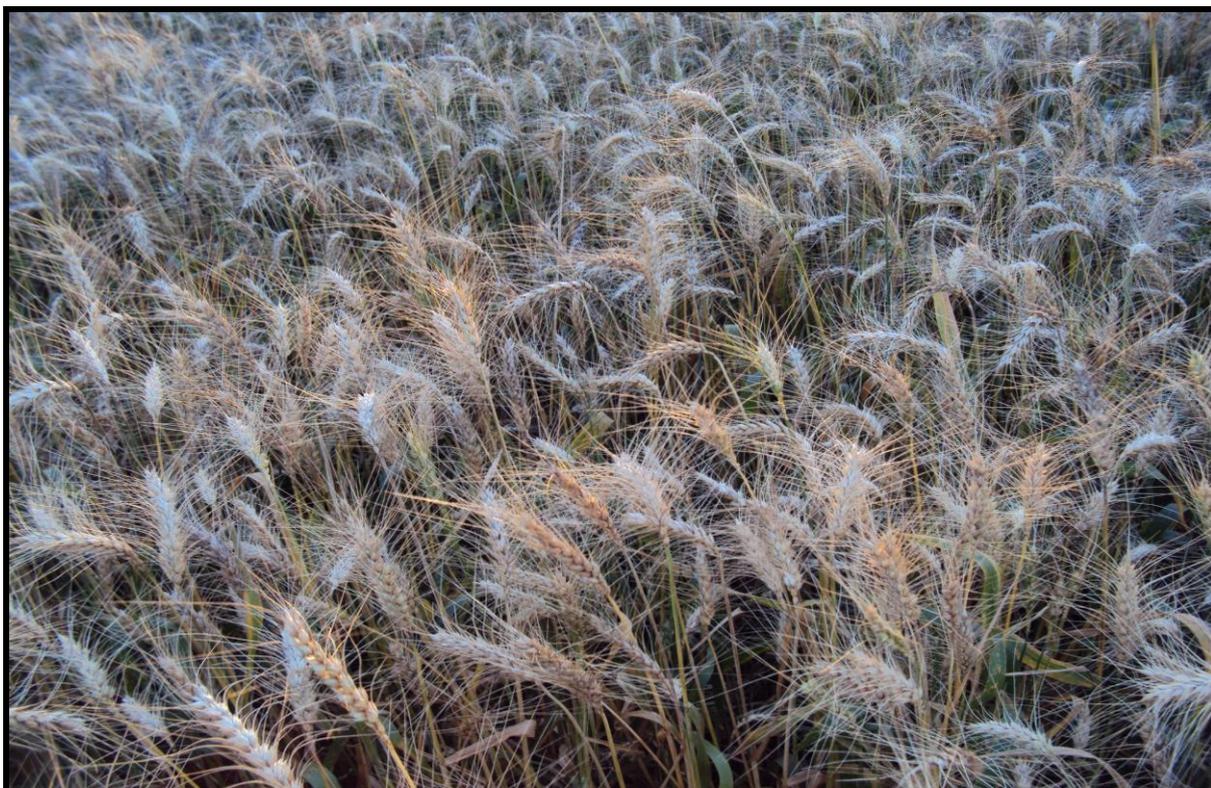


Foto 8: Plantação de Trigo  
Fonte: CRUZ (16/08/2009).

---

<sup>63</sup> Sistema diferenciado de manejo do solo, que visa diminuir o impacto da agricultura e das máquinas agrícolas (tratores, arados, etc) sobre o mesmo.



Foto 9: Plantação de Soja  
Fonte: CRUZ (31/01/2010).

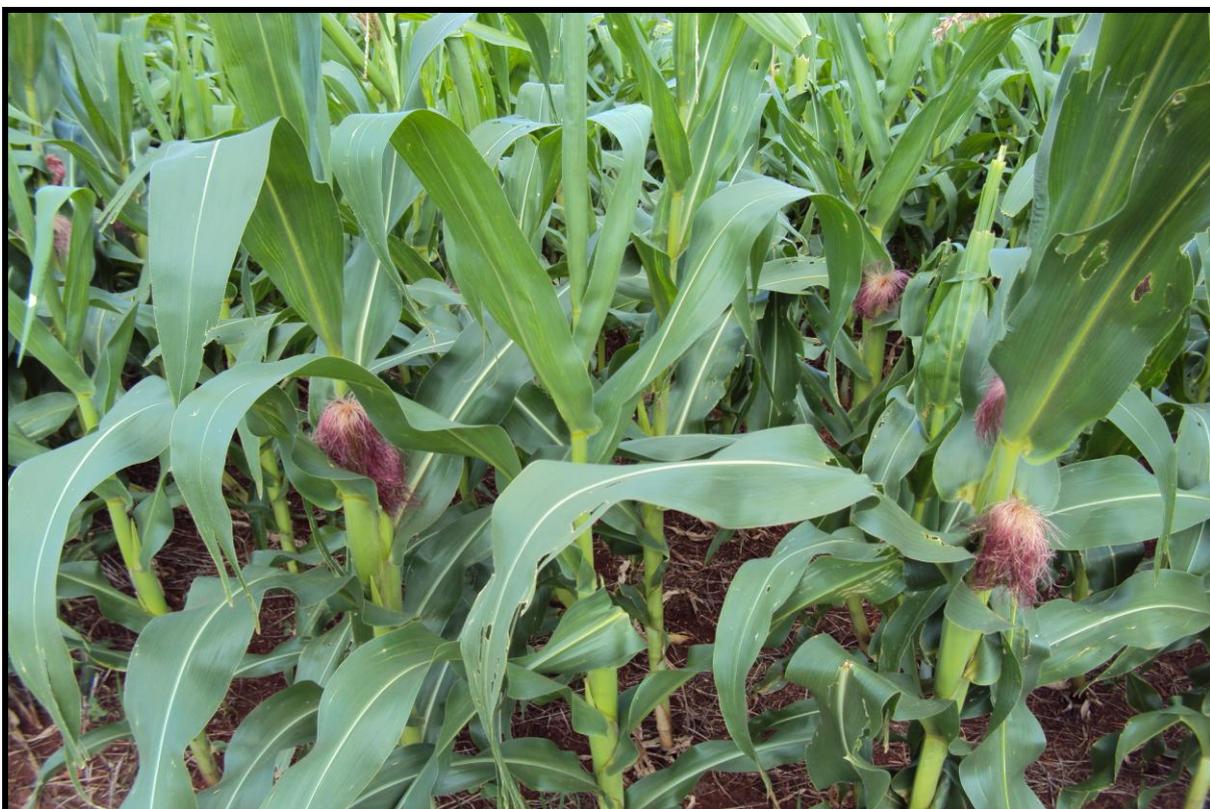


Foto 10: Plantação de Milho (Safrinha)  
Fonte: CRUZ (02/05/2010).

A diversificação da produção rural pode estimular o aumento da densidade de renda em Campo Mourão, ao fortalecer a agricultura familiar como uma maneira de aumentar o valor bruto da produção do município através da introdução de novas alternativas de cultivo.

A Agenda 21 Local de Campo Mourão (2008, p. 64) sugere que se busquem alternativas que estimulem o desenvolvimento rural sustentável por meio do fortalecimento das políticas agrícolas municipais, pois:

Dentro desse cenário, há um paradigma a ser quebrado: os pequenos produtores rurais são fortemente influenciados pelo modelo de produção dos grandes produtores, embora exista uma grande diferença entre eles. O primeiro grupo, além de exercer forte influência nas políticas de desenvolvimento do município, detém tecnologia, maquinários e equipamentos para a sua produção, e não moram no campo. Por conseguinte, não sentem as mesmas dificuldades com relação às necessidades de infra-estrutura e de serviços essenciais, daqueles que residem no campo. Os pequenos agricultores, diante das limitações de recursos, sentem-se desestimulados em investir na diversificação da produção agrícola. Alguns acabam arrendando suas terras para os grandes produtores como alternativa garantida de renda. Dessa forma, as culturas temporárias estão presentes até nas pequenas propriedades rurais.

Diante desse panorama do setor agrícola que influencia a economia do município, nota-se que a experiência do pequeno produtor rural aliada aos incentivos de órgãos oficiais e particulares, é fundamental para o futuro da permanência da agricultura familiar em Campo Mourão. Pode-se evitar assim, que os moradores da área rural venham à cidade comprar alimentos que antes eram produzidos junto as suas casas.

As informações obtidas após pesquisa realizada com pequenos proprietários rurais do município de Campo Mourão, em propriedades com menos de 20 hectares (ver Apêndice E), expõem como estes se adaptaram as formas alternativas de sobrevivência, praticando uma diversificação de produtos.

#### **4.4.1 Produtora de foliáceos**

A produtora de foliáceos (C.B.P.) é proprietária de uma chácara localizada na Comunidade Pingo d'água, município de Campo Mourão, cujo tamanho (área total) da propriedade são cinco alqueires, mas ela não produz em toda a área, apenas em ½ alqueire.

A horticultora mora neste local há aproximadamente 25 anos, sua família é composta por seis pessoas e são descendentes de italianos que vieram de Ortigueira-PR. Todos moram na propriedade, mas só ela trabalha nesse ½ alqueire.

De acordo com a produtora, somente a sua nora trabalha na cidade e os demais membros da família não trabalham fora da propriedade para complementar à renda, todos produzem cada um para si. Ela não tem empregados e também não possui maquinários.

O produto (espécie) plantado na propriedade é a couve, com uma produção semanal (quantidade) obtida na propriedade em torno de 500 folhas. Fornece três vezes por semana para a Feira do Produtor Rural de Campo Mourão, entre 100 a 150 folhas de couve em maço. Explicou que é difícil, calcular a quantidade fornecida já picada e embalada para uma frutaria de propriedade da família, em Campo Mourão.

Porém, a produção de foliáceos é suficiente apenas para manter os gastos pessoais da produtora, que participa indiretamente da Feira do Produtor Rural de Campo Mourão, através de um filho, o qual comercializa cerca de uns 15 maços de couve. Dessa forma, a comercialização da produção é realizada na feira e também na frutaria.

A horticultora não é associada à cooperativa e também não é produtora rural integrada, portanto, é classificada como uma produtora rural independente, já que não está vinculada a nenhuma cooperativa, associação ou empresa.

Ela não recebe orientação ou assistência técnica, apenas recebe auxílio de familiares quando necessitam preparar algum produto químico no combate as pragas que atacam a sua plantação.

Como produtora de foliáceos não possui programas de financiamento. E quanto à renda mensal da propriedade, está em torno de R\$ 300,00/mês.

#### **4.4.2 Horticultor**

O horticultor (P.S.F.P.) é marido da produtora de foliáceos (C.B.P.). O casal de produtores possui ambientes de trabalho diferenciados, a sua propriedade é uma chácara também localizada na Comunidade Pingo d'água, município de Campo Mourão, sendo três propriedades totalizando um tamanho (área) de 15 hectares (arrendadas).

Como na entrevista anterior, o produtor mora neste local há aproximadamente 25 anos, sendo seis pessoas o total de membros que compõem a família de descendência italiana. Todos moram e trabalham na propriedade (exceto a nora). Segundo o produtor, os demais membros da família não trabalham fora da propriedade para complementar à renda.

O produtor tem empregados, sendo duas pessoas que mantêm vínculo empregatício na propriedade. Também possui maquinários, já que utiliza trator e equipamentos para horticultura.

Quanto ao produto (espécie) obtido na propriedade, trata-se de produção de época, ou seja, a cada seis meses do ano. Planta folhosa como: alface, almeirão, chicória e rúcula. Como também, cenoura, beterraba, pepino, abobrinha, brócolis, couve-flor, couve em folha, cheiro verde (salsinha e cebolinha), rabanete e repolho.

No que se refere à produção (quantidade) obtida na propriedade, a produção semanal é de 10.000 unidades de alface vendida; 1.000 unidades de almeirão; 1.000 unidades de chicória; 1.000 maços de couve em folha; 300 dúzias de cheiro verde; 300 caixas de cenoura; 1.000 maços de brócolis; 300 unidades de couve-flor; 100 dúzias de repolho; ocasionalmente, 300 maços de rabanete; e 600 maços de rúcula. Abobrinha e pepino são 1.000 caixas anuais no verão, respectivamente.

A produção é suficiente para manter a família, e ele participa da Feira do Produtor Rural de Campo Mourão. De acordo com o produtor, a comercialização da produção é mais forte no atacado, comercializa uma pequena parte na feira, mas também, vende para outros feirantes e numa frutaria de sua propriedade.

Observamos como este pequeno produtor rural expandiu os seus negócios e também atua no ramo do comércio em Campo Mourão, o mesmo está totalmente inserido no mercado e segue as regras de uma economia capitalista.

O horticultor é associado da COAMO e da HORTICAMPO. Não é produtor rural integrado, mas é classificado como um produtor rural independente, pois utiliza a COAMO só para a aquisição de insumos, recebe orientação ou assistência técnica, através da EMATER e também de empresas privadas ligadas a produção de sementes.

Não possui programas de financiamentos e obtêm uma renda mensal (bruta) da propriedade de R\$ 20.000/mês. Como podemos perceber, já que a esposa obtêm R\$ 300,00/mês e ele R\$ 20.000/mês, a família caminha em separado no processo produtivo.

O entrevistado (P.S.F.P.) trabalhou na EMATER como Técnico Agrícola e também foi bancário. No início como produtor rural plantava soja e trigo, mas percebia que ficava muito ocioso no período de inverno. Então resolveu mudar para a horticultura, e numa pequena horta de 20 canteiros com 25 metros cada, irrigados com mangueira manual, trabalhava sozinho.

Depois passou para dois hectares, já com funcionários, irrigação motorizada e uso de trator com encanterador. Segundo o produtor, ao longo dos anos a horticultura foi um negócio promissor, e em certos períodos do ano é um ótimo negócio. Mas exige dedicação, trabalho e técnica.

A partir do quinto ano como produtor rural, passou a trabalhar com parcerias. Depois seus parceiros tornaram-se sócios meeiros, nos custos e nos lucros. A princípio, a divisão dos lucros era de 25% da venda livre para os meeiros, e de 75% para o produtor. Hoje, é de 50% para o produtor e 50% para os meeiros.

O produtor trabalha com dois parceiros que mantêm outros funcionários, incluindo diaristas (bóias frias). As esposas de seus parceiros se dedicam exclusivamente ao cultivo de cheiro verde e conseguem obter uma renda média de um salário mínimo por mês.

Para este produtor, o futuro da horticultura é o sistema de parceria. Explica que se houvesse mais crédito para o produtor rural e ele (este produtor) tivesse espaço (área), conseguiria produzir mais e expandir seus negócios, pois há consumidores para seus produtos. Na Foto 11, podemos visualizar uma parte da plantação no estilo convencional.



Foto 11: Horta Convencional  
Fonte: CRUZ (13/08/2009).

O produtor lembra que foi um gerente de uma rede de supermercados, quando da inauguração em Campo Mourão, quem incentivou muito a horticultura no município, visando abastecer aos consumidores que fazem compras neste supermercado.

Verificamos que anteriormente, os consumidores procuravam adquirir frutas e verduras, em feiras livres realizadas na cidade ou então, compravam diretamente dos produtores que vendiam de porta em porta.

De acordo com este produtor, basta ter cautela para iniciar uma plantação que se consegue mercado para a sua venda. Já que atualmente, um produtor tecnificado consegue produzir uma grande quantidade num pequeno espaço. Como exemplo, um pequeno proprietário rural pode ser considerado um grande produtor de hortifrutigranjeiros.

#### **4.4.3 Organocultor**

O organocultor (J.W.) possui uma barraca na Feira do Produtor Rural de Campo Mourão, é proprietário de um sítio localizado na estrada Boiadeira, cujo tamanho (área) da propriedade são quatro alqueires – 9,68 hectares.

O feirante mora há 42 anos no local, sua família é formada por cinco pessoas, de descendência ucraniana e francesa, sendo que todos moram e trabalham na propriedade. De acordo com o produtor, ninguém da família trabalha fora da propriedade para complementar à renda.

O produtor não tem empregados e só contrata diaristas para trabalhar na propriedade, mas possui maquinários como: trator e outros equipamentos para a agricultura.

Quanto ao produto (espécie) obtido na propriedade, são de origem orgânica, tais como: amendoim (seis variedades), soja, milho, feijão de corda, abobrinha, batata doce, caxi, melancia, abacate, laranja, castanha, beterraba, banana, limão rosa, limão taiti, alface, couve, cheiro verde (salsinha e cebolinha), cenoura, mamão e mandioca. E futuramente, pretende criar frangos caipiras.

Com relação à produção (quantidade) obtida na propriedade, explicou que é difícil calcular. Mas por exemplo, planta 3,5 kg de sementes de milho, para obter o milho verde toda a semana. Segundo o produtor, a produção é suficiente para manter a família.

Como já foi mencionado no início da entrevista, o organocultor participa da Feira do Produtor Rural de Campo Mourão, quatro vezes por semana. Entretanto, a comercialização da produção, não é realizada apenas na feira, pois o produtor também abastece os mercados da cidade, em Campo Mourão.

Ele é produtor rural associado da COOPERMIBRA e não é produtor rural integrado, porém não é classificado como produtor rural independente, já que entrega as sobras de milho e soja na cooperativa.

O produtor recebe orientação ou assistência técnica da EMATER, no que se refere aos produtos orgânicos, e cursos do SEBRAE através do SENAR. Ele possui programa de financiamento, o PRONAF. Já quanto à renda mensal ou anual da propriedade, preferiu não declarar.

#### **4.4.4 Organocultor e panificador**

O organocultor e panificador (H.R.) é proprietário de um sítio localizado na BR 272 – em frente ao Parque Industrial I de Campo Mourão, cujo o tamanho (área) da propriedade são 22 hectares, distribuídos da seguinte forma: oito hectares estão arrendados para o plantio de soja; três hectares são de mata ciliar; dois hectares são para a horta; dois hectares são de pasto; e o restante, é de mata nativa.

O produtor mora a muitas décadas no local, pois esta propriedade é herança de família, fazia parte das terras da família Pereira, que foram pioneiros em Campo Mourão. A sua família é composta por cinco pessoas e a descendência do produtor é romena.

Segundo o produtor, seus familiares moram na cidade e somente ele trabalha na propriedade, já com relação a alguém da família trabalhar fora da propriedade para complementar à renda, explicou que a sua esposa é comerciante em Campo Mourão, possui uma livraria.

O produtor tem empregados, mas conta com apenas um empregado na ativa, pois dois empregados estão com afastamento médico. Ele possui maquinários como: trator, carreta (carro pequeno), subsolador, retrocavadora, dois conjuntos de irrigação, estufas e equipamentos para panificação.

Quanto ao produto (espécie) obtido na propriedade, são produtos diversificados como hortaliças orgânicas e soja, e também produz pães de soja. No entanto, quanto à produção (quantidade) obtida na propriedade, explicou que no momento é difícil calcular, pelo motivo de que houve mudanças, mas a produção é suficiente para manter a família.

O produtor participa da Feira do Produtor Rural de Campo Mourão, na época da entrevista (2009) havia retornado há duas semanas, a comercialização da produção é realizada na Feira do Produtor Rural de Campo Mourão e em quatro estabelecimentos comerciais da cidade.

É produtor rural associado da COOPERMIBRA, HORTICAMPO e BIO RURAL – Associação Agroecológica. Ele não é produtor rural integrado, mas é classificado como

produtor rural independente. Recebe orientação ou assistência técnica parcial da EMATER, e possui programa de financiamento, o PRONAF.

Quanto à renda anual da propriedade, explicou que da área arrendada são 80 sacas de soja/ano. Já na produção de orgânicos, a sua meta é atingir na propriedade uma renda de R\$ 60.000/ano.

O produtor rural (H.R.) iniciou a sua entrevista explicando as diferenças entre os alimentos, que são classificados em:

**Orgânico:** plantado em solo tratado por adubos naturais, ele não contém agrotóxicos e é processado sem aditivos artificiais, daí ser alvo de elogios e incentivos. Este tipo de produção precisa que se faça um talhão (barreira) a cada três a quatro hectares, para a proteção das plantas;

**Biodinâmico:** utiliza os mesmos conceitos de produção dos orgânicos, mas com mais rigor ainda, o alimento deve ser produzido em um organismo agrícola que vise à auto-suficiência e o solo é preparado com princípios similares aos da homeopatia;

**Natural:** é todo alimento produzido pela natureza, sem distinções. Ex: O extrativismo;

**Integral:** é aquele que apresenta todos os seus componentes originais, ou seja, que não passou por processos de refinamento;

**Hidropônico:** é um vegetal cultivado na água, dentro de estufa. A falta de nutrientes provenientes do solo para o crescimento da planta é suprida pelo uso em grande quantidade de fertilizantes solúveis. Ou seja, os nutrientes são concentrados, onde um produto + um produto, vão gerar um terceiro produto.

Existem plantas que fazem associações com plantas mais desejáveis para a realização de consórcios, portanto, existem plantas companheiras e plantas antagonistas.

O entrevistado (H.R.), explicou também a diferença entre produtor rural integrado e produção integrada, que é aquela que integra todo o meio ambiente, usa o agrotóxico, mas tudo controlado por meio de relatório feito em planilhas.

Nesta propriedade, o produtor rural pratica o cultivo de dois tipos de alimentos: o orgânico e o biodinâmico. Há 15 anos se interessa por produtos orgânicos. Para isso, o organocultor e panificador realizou viagens e participou de muitos cursos, lê e possui uma literatura variada, pois os livros lhe fornecem subsídios para o cultivo de orgânicos em sua propriedade.

Na atualidade, de acordo com as explicações do entrevistado (H.R.), calcula-se que em um hectare precisa-se ter no mínimo quanto ao custo da produção os seguintes valores: o

produtor considera que está no “vermelho” quando são obtidos R\$ 2,00 por metro linear no canteiro; está no “amarelo” quando são obtidos R\$ 2,50 por metro linear, ou seja, 20% com lucro; já acima desse valor, está no “verde”, ou seja, com lucro na produção.

Os canteiros para a produção de orgânicos, localizam-se num local que está rodeado por mata nativa, a qual serve de barreira natural para possíveis invasões de insetos. A propriedade é cortada pelo rio km 119 e possuiu uma bomba para realizar a irrigação dos canteiros.

Na estufa ficam as mudas de pepino, repolho roxo, couve flor roxa, entre outras, aguardando o ponto do replantio. Para a preparação dos canteiros é utilizado húmus de minhoca.

Durante a visita na propriedade, o produtor apresentou a área preparada com canteiros cultivados com hortaliças orgânicas, como alface, repolho manteiga, brócolis (ver Foto 12), nabo, mandioca, assim como, o plantio direto de abóbora, entre outras hortaliças.



Foto 12: Produção de Orgânicos  
Fonte: CRUZ (16/08/2009).

O produtor também demonstrou como se faz um maço de espinafre japonês ou rúcula para vender. Explicou que em um metro linear, se as plantas estiverem de acordo com o

plântio, ou seja, sem falhas no canteiro, se consegue obter até quatro maços para a venda. Pois, a cada seis ou sete pés arrancados, formam um maço e como são quatro fileiras plantadas no canteiro, é só multiplicar e teremos então 28 plantas prontas para o consumo.

Existe também na propriedade como forma de complementação da renda familiar, a produção de pães de soja. As instalações da panificação estão na propriedade, que são equipadas para a produção de pão de soja, certificados como alimento agroecológico, conforme citado no capítulo anterior. O produto é vendido na Feira do Produtor Rural de Campo Mourão e em estabelecimentos comerciais da cidade.

De acordo com este produtor, o que importa não é ser grande, é ser suficiente, ou seja, a propriedade precisa se tornar auto-suficiente, quer dizer a propriedade precisa manter-se sozinha.

#### **4.4.5 Apicultor**

O apicultor (G.R.O.) possui nove pontos (lugares) arrendados para a produção dos apiários. Quanto à localização dos apiários, estes se encontram em: Farol; estrada Boiadeira; próximo a Usina Hidrelétrica Mourão; Parque Industrial I (estrada velha para Farol); estrada das Barras; mata da Copel; estrada para Goioerê; Canelá; e estrada das Barras II.

O produtor explicou que no total são 190 colméias, divididas entre nove apiários, contendo (08, 20, 30, 40 ou 54) caixas cada um, sendo que algumas colméias produzem mais do que outras, ou seja, não é uma quantidade de produção igualitária.

Com relação ao tamanho (área) da propriedade utilizada para a produção de mel, de acordo com o apicultor, ele apenas arrenda uma pequena área da propriedade que não esteja sendo utilizada, como por exemplo: áreas próximas aos rios e minas d'água, reservadas para a mata ciliar. Em troca, paga o arrendatário que se torna seu parceiro na produção, com uma parte do mel que é extraído das colméias. Um deles recebeu 700 kg de mel na última coleta.

Quanto ao número total de membros da família que trabalham com a produção de mel são quatro pessoas, sendo que duas pessoas participam da extração do mel nestes nove pontos, e as outras duas pessoas se encarregam do envase do produto que é realizado já na cidade, em Campo Mourão.

A família é de descendência espanhola e um membro da família trabalha fora para complementar à renda, no caso é o próprio apicultor que necessita manter outra profissão para complementar a renda familiar.

O apicultor não tem empregados, recebe ajuda apenas dos familiares e de um amigo, no entanto, possui maquinários. São seis máquinas do tipo industrial, sendo: uma mesa desoperculadora; duas centrífugas; e três decantadores. Além de outros materiais e equipamentos de uso pessoal para a coleta do mel.

Quanto ao produto (espécie) obtido pelo produtor, refere-se à extração de mel e própolis, com uma produção (quantidade) obtida nos apiários de três toneladas e meia (ex.: a última), que é uma média razoável, explicação dada pelo próprio apicultor. Ou seja, 18 kg por colméia (produção obtida também no Paraná). Entretanto, a produção não é suficiente para manter a família, sendo necessário fazer complementação da renda.

Como o apicultor não participa da Feira do Produtor Rural de Campo Mourão, a comercialização da produção é realizada através de venda no local (sua residência), diretamente aos consumidores e em três mercados de Campo Mourão. Também possui três vendedores que revendem para as pessoas que já conhecem o produto.

Não é produtor rural associado e também não é produtor rural integrado. Sendo classificado como produtor rural independente, já que não está vinculado a nenhuma cooperativa, associação ou empresa. No que se refere a receber orientação ou assistência técnica, o apicultor apenas recebeu curso técnico através da EMATER. Não possui programas de financiamento e consegue obter uma renda anual com a produção de mel, aproximadamente de R\$ 10.000/ano.

De acordo com o entrevistado (G.R.O.), seu produto é certificado e foi analisado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) – Campus de Campo Mourão, atualmente, Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UFTPR) – Campus de Campo Mourão.

Após coletar o mel e envasar o produto seguindo todas as normas da vigilância sanitária do município de Campo Mourão, este produtor pode comercializar os potes de mel com a sua marca registrada. O mel possui o selo SIM/POA<sup>64</sup>, que é um tipo de selo de inspeção municipal, atribuído a produtos de origem animal. Porém, este tipo de selo só permite a comercialização do produto no próprio município de Campo Mourão.

Segundo afirmações do próprio produtor e de seu pai, se houvesse uma unificação dos selos do tipo SIM, SIP e SIF, os pequenos produtores conseguiriam vender os seus produtos em outros municípios do Estado e até do país, e quem sabe conseguiriam até exportar. Isto traria um maior incentivo ao pequeno produtor rural.

---

<sup>64</sup> SIM/POA: Serviço de Inspeção Municipal;  
SIP: Serviço de Inspeção do Paraná;  
SIF: Serviço de Inspeção Federal.

Ele mesmo mantém uma produção que não é totalmente consumida pela população da cidade e não pode comercializá-la fora do município, o que faz com que o produto acabe cristalizando enquanto aguarda a sua venda e consumo. Se ele vende no mercado local, consegue obter até R\$ 7,00/kg, mas se entrega a produção a intermediários, só recebe R\$ 2,80/kg do produto, sendo que este depois é exportado para os Estados Unidos.

Atualmente, não é rentável para ele dobrar a produção, ou seja, tornar-se um produtor tecnificado. Já que, utilizando mais tecnologia e melhorando as colméias através das abelhas-rainha, acarretará um aumento da produtividade, e ele hoje não consegue colocar no mercado tudo o que produz. Precisaria da unificação dos selos, o que lhe daria um maior incentivo e o faria se dedicar somente a este ofício, o de apicultor. Inclusive envolvendo seus familiares e gerando emprego a outras pessoas.

Segundo este produtor, ele tentou criar uma Associação de Apicultores em Campo Mourão, mas enfrentou muitas barreiras dificultando a implantação da mesma. Uma delas é a questão do selo de fiscalização do produto, e agora que ele já possui o selo no produto que comercializa, não é mais viável formar uma associação com outros produtores.

#### **4.4.6 Apicultor**

O apicultor (A.G.) é vendedor ambulante no centro da cidade em Campo Mourão, e tem como local para a produção de mel, dois pontos (lugares) arrendados para a produção dos apiários, localizados em Luiziana e Bourbonia. Sendo que, a produção (quantidade) obtida nos apiários, é uma média de 800 kg/ano.

Quanto ao tamanho (área) da propriedade, o apicultor também arrenda uma pequena área de propriedades que não estejam sendo utilizadas, como áreas próximas aos rios, reservadas para a mata ciliar. Em troca, paga o arrendamento com 10% da produção do mel que é extraído das colméias.

Com relação ao número total de membros da família que trabalham com a produção de mel, é apenas uma pessoa, ou seja, ele mesmo. O produtor é de descendência italiana e ninguém da família trabalha fora para complementar à renda, também não tem empregados.

O apicultor possui os seguintes maquinários: centrífuga, decantador, mesa desoperculadora e equipamentos de uso pessoal. Quanto ao produto (espécie) obtido por ele, trata-se de mel e própolis.

Entretanto, a produção não é suficiente para manter as vendas e precisa comprar mel de outros produtores para complementar as vendas. Em relação à quantidade comercializada

da produção, é uma média de 100 kg/mês de mel. Divididos em 50 kg com vendas direto ao consumidor e 50 kg com vendas externas.

Este produtor realiza a comercialização da produção, através da venda como ambulante em um carro próprio estacionado no centro da cidade em Campo Mourão, na Feira do Produtor Rural de Campo Mourão (indiretamente), e também, em quatro pontos comerciais da cidade (inclusive mercados).

Segundo o apicultor, não participa da Feira do Produtor Rural de Campo Mourão, porém o mel é de marca registrada e possui o selo SIM/POA, sendo revendido por uma outra pessoa, que é feirante. Ele não é produtor rural associado e também não é produtor rural integrado, mas é classificado como um produtor rural independente.

No que se refere a receber orientação ou assistência técnica, ele fez cinco cursos de apicultura por intermédio da EMATER. Também não possui programas de financiamento e quanto à renda mensal da produção de mel, é uma média de R\$ 800,00/mês.

#### **4.4.7 Piscicultor**

O piscicultor (S.H.) é proprietário de uma chácara localizada no Núcleo 23, município de Campo Mourão, cujo tamanho (área) da propriedade são três alqueires – 7,26 hectares. Ele mora no local há 40 anos e o número total de membros da família são 11 pessoas, de descendência ucraniana.

De acordo com o produtor todos moram e trabalham na propriedade, mas nem todos trabalham na propriedade, pois alguns membros da família são crianças. Contudo, ninguém da família trabalha fora da propriedade para complementar à renda.

O piscicultor tem dois empregados, mas não possui maquinários. Quanto ao produto (espécie) obtido na propriedade, trata-se da criação de peixes, pois esta propriedade é uma área de piscicultura e abatedouro de peixes, com uma produção (quantidade) obtida na propriedade de 5.000 kg/ano de peixe.

Com relação à produção esta é suficiente para manter a família. O produtor não participa da Feira do Produtor Rural de Campo Mourão, ficando a comercialização da produção na venda do peixe já limpo para uma lanchonete de propriedade do seu irmão, em Campo Mourão.

É produtor rural associado, pois faz parte da Associação de Aquicultores. Mas não é produtor rural integrado, portanto, é classificado como um produtor rural independente.

O piscicultor recebe orientação ou assistência técnica da EMATER e possui programa de financiamento, o PRONAFINHO. Quanto à renda anual da propriedade, são R\$ 20.000/ano.

#### **4.4.8 Bovinocultor**

O bovinocultor (P.N.) é proprietário de um sítio localizado na BR 272 – estrada para Goioerê, cujo tamanho (área) da propriedade são 8,78 alqueires – 21,2 hectares, sendo cinco alqueires reservados para pastagem.

O proprietário mora apenas há seis anos no local e, atualmente, o número total de membros da família que residem na propriedade, são apenas duas pessoas de descendência italiana e alemã. O casal mora e trabalha na propriedade, mas ninguém da família trabalha fora da propriedade para complementar à renda, pois o proprietário já está aposentado. E também não tem empregados.

O produtor possui como maquinários, um triturador. Quanto ao produto (espécie) obtido na propriedade é a criação de gado de corte. No inverno planta aveia para o gado em dois alqueires, enquanto que, no verão planta soja ou milho nestes dois alqueires.

Quanto à produção (quantidade) obtida na propriedade, são 51 cabeças de gado, sendo que nascem de 12 a 14 bezerros/ano, segundo o bovinocultor a produção é suficiente para manter a família, e não participa da Feira do Produtor Rural de Campo Mourão.

Com relação à comercialização da produção, ele explicou que vende o gado para o frigorífico e para particulares, já a soja ou milho entrega para as cooperativas. É produtor rural associado da COAMO e da COOPERMIBRA, mas não é produtor rural integrado e também não é classificado como produtor rural independente.

O produtor recebe orientação ou assistência técnica esporadicamente de veterinários de cooperativa ou de particulares. Não possui programas de financiamento e com relação à renda mensal ou anual da propriedade, é de R\$ 500,00/mês ou R\$ 6.000,00/ano.

#### **4.4.9 Produtor de leite**

O produtor de leite (N.L.N.) é proprietário de uma chácara localizada na estrada para Araruna – próximo a Tyson, cujo tamanho (área) da propriedade são cinco alqueires – 12,1 hectares.

Ele mora apenas há dois anos no local, pois antes morava na cidade, em Campo Mourão, sua família é formada por quatro pessoas de descendência ucraniana, sendo que todos moram e trabalham na propriedade.

De acordo com o produtor ninguém da família trabalha fora da propriedade para complementar à renda e também não tem empregados, mas possui maquinários como: ordenha mecânica e resfriador para o leite.

Quanto ao produto (espécie) obtido na propriedade, trata-se de leite e também produz frango caipira e ovos. Com relação à produção (quantidade) obtida na propriedade, o produtor explicou que é uma média de 200 litros/dia de leite; de 50 a 60 frangos/lote; e recolhe duas dúzias de ovos/dia, sendo que a produção é suficiente para manter a família.

Como este produtor de leite não participa da Feira do Produtor Rural de Campo Mourão, a comercialização da produção é realizada através da COPROLEITE (citada anteriormente no texto), que pasteuriza a sua produção e ele vende aos consumidores (particulares) de porta em porta, o leite empacotado com a marca AMPLE.

O produtor entrega os pacotes de leite três vezes por semana, diretamente nas casas dos consumidores em Campo Mourão. Vende para 100 consumidores e recebe mensalmente, sendo que alguns são seus fregueses há quase 10 anos.

É produtor rural associado da COPROLEITE, mas não é produtor rural integrado. Entretanto, não é classificado como produtor rural independente, pois entrega a produção de leite para a cooperativa pasteurizar e empacotar.

No que se refere a receber orientação ou assistência técnica, o produtor é assistido por veterinários da cooperativa, e não possui programas de financiamento. Quanto à renda mensal da propriedade, apresenta uma renda bruta de R\$ 4.000/mês.

Ao encerrarmos a conversa, explicou que depois do produtor rural, mais três agentes ganham com o preço do litro de leite, como: a cooperativa que tem seus gastos; o entregador que é terceirizado; e o mercado que revende aos consumidores.

#### **4.4.10 Agricultora e avicultora**

A agricultora e avicultora (I.R.P.V.) é co-proprietária de um sítio localizado próximo da Fazenda Campo Bandeira e do Anel Viário – Aldo Casali, cujo tamanho (área) da propriedade são sete alqueires – aproximadamente 17 hectares.

O casal mora na propriedade há quase 24 anos. No momento, são quatro pessoas que formam duas famílias, já que um dos filhos casou-se e também mora na propriedade, sendo

que duas pessoas sobrevivem da agricultura e as outras duas pessoas do aviário. Quanto à descendência da família, são italianos e alemães.

A família mora na propriedade, exceto a nora da produtora trabalha na cidade como professora, mas ninguém da família trabalha fora da propriedade para complementar à renda.

A agricultora não tem empregados no sítio, mas possui maquinários para o trabalho no campo como: um trator Ford; um caminhão Mercedes 1113; plantadeira; máquina de pulverizar e passar veneno; e outros equipamentos para agricultura.

Quanto ao produto (espécie) obtido na propriedade, produzem grãos como: soja, milho, trigo, feijão e também se dedicam à criação de frangos. Com relação à produção (quantidade) obtida na propriedade, é cerca de: 940 sacas de soja; 750 sacas de trigo; 250 sacas de feijão; e 1300 sacas de milho (safra de verão).

Segundo a produtora, a produção é suficiente para manter a família, quando corre tudo bem durante o ano, mas quando ocorre algum contratempo não é suficiente.

Como não participa da Feira do Produtor Rural de Campo Mourão, então realiza a comercialização da produção entregando 90% da produção agrícola na COAMO, e os 10% restantes usa em outros locais para comprar insumos. Já, os frangos do aviário é produção integrada com a empresa Tyson (citada anteriormente no texto).

São produtores rurais associados da COAMO e do Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI)<sup>65</sup>, e ainda, participam como produtores rurais integrados a empresa Tyson. Portanto, não são classificados como produtores rurais independentes.

No que se refere a receber orientação ou assistência técnica, de acordo com a agricultora todas as semanas são visitados pelo veterinário da Tyson e do agrônomo da COAMO. Possuem programas de financiamento, como o PRONAF para a agricultura, enquanto que, para a construção do aviário fizeram um financiamento bancário através do SICREDI.

Com relação à renda mensal da propriedade, explicou que se o ano for bom para a agricultura, a renda passa de R\$ 2.000/mês. Caso contrário, não passa de R\$ 1.000/mês, e às vezes só chega a R\$ 700,00 ou R\$ 800,00/mês.

Quanto ao aviário, após a quitação das parcelas do financiamento bancário sobram entre R\$ 5.500,00 a R\$ 6.000,00 por lote vendido. Sendo que, como produtores rurais integrados, a produção obtida no aviário será de seis lotes de frangos/ano.

---

<sup>65</sup> O Sistema de Crédito Cooperativo brasileiro reúne mais de 129 Cooperativas de Crédito Singulares.

Segundo informações da agricultora e avicultora (I.R.P.V.), esta propriedade no município de Campo Mourão, é classificada como sendo a única pertencente a pequenos produtores rurais integrados da empresa Tyson.

Além de praticarem uma lavoura diversificada ao longo dos períodos do ano, também se mantêm na propriedade, sob a administração de um filho, um aviário que está funcionando desde o dia 02 de janeiro de 2009.

O aviário como podemos visualizar na Foto 13, conta com um galpão de 150 metros de comprimento e possui toda a infra-estrutura necessária para o seu funcionamento, incluindo ambiente climatizado.



Foto 13: Aviário Integrado  
Fonte: CRUZ (13/08/2009).

No último lote (agosto/2009), que já era a quarta remessa, receberam 31.800 pintinhos fornecidos pela empresa, que se encarrega em vir buscá-los quando os frangos já estão prontos para o abate, entre 40 a 45 dias de engorda. Em média o aviário perde uns 30 frangos por dia, por várias causas, contudo este já é um resultado esperado.

De acordo com a produtora rural, apesar de o investimento ser muito alto para a construção das instalações do aviário, é através da venda da produção obtida com a criação de

frangos que conseguem pagar o financiamento feito a longo prazo, com juros de 6% ao ano, e ainda sobra uma boa renda para o seu filho (o caçula), que deixou o emprego na cidade a pedido de seus pais, para trabalhar somente como avicultor.

Segundo a agricultora, no passado precisaram vender quatro alqueires de terra desta propriedade para pagar dívidas contraídas com a agricultura e a criação de porcos, mas hoje percebe melhorias na sua condição de pequena produtora rural integrada.

No futuro, estes produtores rurais integrados pretendem ampliar a produção construindo um segundo galpão para criar mais frangos.

#### **4.4.11 Agricultor e processador de mandioca**

O agricultor e processador de mandioca (H.V.) é proprietário de um sítio localizado próximo da Fazenda Campo Bandeira e do Anel Viário – Aldo Casali, cujo tamanho (área) da propriedade são 17,4 hectares.

O agricultor mora a quase 26 anos no local e sua família é composta por 11 pessoas, de descendência alemã, sendo que todos moram na propriedade. Porém, nem todos que moram, trabalham na propriedade, somente duas pessoas trabalham na propriedade.

De acordo com o produtor, os demais membros da família trabalham fora da propriedade. Também não tem empregados, mas possui maquinários como: três tratores, uma colheitadeira e um caminhão.

Quanto ao produto (espécie) obtido na propriedade, o cultivo é de soja ou trigo, e a mandioca processada é vendida já congelada. Com relação à produção (quantidade) obtida na propriedade, o agricultor informou que são: 1.200 sacas de soja; de 800 a 1.000 sacas de trigo; e de mandioca (branca ou amarela) entre 800 a 900 kg/mês.

Segundo o agricultor a produção é suficiente para manter a família e não participa da Feira do Produtor Rural de Campo Mourão. Então, ao comercializar a produção entrega os grãos que produz na cooperativa.

Quanto à mandioca depois de processada, higienizada, embalada em pacotes de 1 kg ou 2 kg e congelada, vende em nove pontos comerciais de Campo Mourão. Sendo que, apenas um é mercado e os demais são restaurantes da cidade.

É produtor rural associado da COAMO, mas não é produtor rural integrado e também não é produtor rural independente. O agricultor recebe orientação ou assistência técnica da COAMO e EMATER, possui programas de financiamento, mas apenas uma parte da lavoura é financiada.

Quanto à renda mensal da propriedade, explicou que é uma média mensal entre R\$ 1.700,00 a R\$ 1.800,00. Sendo que, a mandioca processada e congelada, conforme podemos visualizar na Foto 14, é o principal produto que gera renda na propriedade.



Foto 14: Mandioca Processada  
Fonte: CRUZ (16/08/2009).

Inclusive, ao final da entrevista o produtor fez o seguinte comentário: que se ele conseguisse um instrumento ou aparelho que descascasse uma grande quantidade de mandioca por dia, imediatamente, passaria a plantar apenas mandioca em sua propriedade, para posteriormente processá-la.

Este produtor descobriu um “nicho de mercado”, ou seja, um produto pouco explorado comercialmente em Campo Mourão, e afirma que há clientes para comprar o produto embalado e congelado, porém não há produção suficiente, já que o trabalho manual é muito cansativo e como são poucos membros da família que trabalham na propriedade, não cobrem a demanda.

#### 4.4.12 Agricultora e produtora de queijo

A agricultora e produtora de queijo (M.S.) é co-proprietária de um sítio localizado próximo da Comunidade Alto Alegre – área pertencente à Microbacia do rio do Campo, cujo tamanho (área) da propriedade são 10 alqueires – 24,2 hectares, sendo um alqueire reservado para pastagem.

A agricultora explicou que o casal possui a propriedade há 20 anos, entretanto, mora a 18 anos no local. Atualmente, o número total de membros da família que residem na propriedade, são apenas duas pessoas de descendência italiana. O casal mora e trabalha na propriedade.

Segundo a produtora ninguém da família trabalha fora da propriedade para complementar à renda, mas a agricultora complementa a renda trabalhando em casa, pois costura para clientes e produz queijos para vender.

Ela não tem empregados, mas possui maquinários como: trator, pulverizador e plantadeira. Quanto ao produto (espécie) obtido na propriedade, plantam na propriedade grãos como soja e milho, como também aveia. Além da produção de leite.

Com relação à produção (quantidade) obtida na propriedade são: 600 sacas de soja; uma média de 1400 sacas de milho; e possui cinco vacas que produzem 30 litros de leite/dia.

Quando há leite suficiente na propriedade, a produtora faz quatro queijos/dia, ou então, três queijos/dia, mas às vezes só consegue produzir dois queijos/dia. Isso na entresafra do leite ou no desmame dos bezerros.

De acordo com a agricultora, no ano que corre tudo bem a produção é suficiente para manter a família, caso contrário, não. Ela não participa da Feira do Produtor Rural de Campo Mourão e ao comercializar a produção entrega os cereais que produz na cooperativa.

É produtora rural associada da COAMO, desde 1975, mas não é produtora rural integrada e também não é produtora rural independente. A agricultora recebe orientação ou assistência técnica do agrônomo da cooperativa e possui programas de financiamento, já que faz financiamento direto na cooperativa.

Segundo a produtora, os queijos que produz para agregar valor ao leite, como podemos visualizar na Foto 15, são vendidos para consumidores (particulares) em Campo Mourão, por R\$ 10,00 a unidade.



Foto 15: Produção de Queijos  
Fonte: CRUZ (29/08/2009).

Quanto à renda mensal da propriedade, a produtora explicou que é uma média de três salários mínimos/mês. No entanto, o que mais chamou atenção durante a visita a este local, foi quanto a sua vizinhança. Este sítio pertence aos únicos pequenos produtores localizados entre grandes fazendeiros tecnificados nesta área do município de Campo Mourão, ou seja, a propriedade é pequena e encontra-se numa área onde a predominância é de grandes propriedades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem como propósito refletir sobre o tema: A agricultura familiar no contexto da lavoura capitalista no município de Campo Mourão. Necessitou-se para tal estudo, após um breve resgate geohistórico das origens do município, levantar alguns dados e informações atuais que caracterizam o município, para uma posterior análise. A economia de Campo Mourão baseia-se na agricultura com destaque na produção de grãos como: soja, milho, e trigo.

Em Campo Mourão e municípios vizinhos, o setor agrícola depende de grandes áreas para o plantio e utiliza a tecnologia como forma de aumentar a produtividade e os lucros. Esta realidade prejudicou a manutenção das pequenas propriedades, que perderam espaço na estrutura fundiária do município e tiveram comprometida a sua viabilidade econômica.

Entretanto, as pequenas propriedades familiares criaram estratégias de sobrevivência e acabaram conquistando nova função econômica e social, com ajuda de órgãos públicos, associações de produtores, cooperativas, mecanismos de crédito e de comercialização da produção (local e regional).

O objetivo deste trabalho constituiu-se em estudar as formas alternativas de produção e sobrevivência que sustentam a permanência no campo do pequeno produtor rural familiar. O resultado é alcançado quando se constata que a pequena propriedade adaptou-se com alternativas de sobrevivência ao praticar a diversificação de produtos.

No contexto da lavoura capitalista no município, os pequenos agricultores familiares para conseguir se manter num mercado competitivo, necessitam diversificar e em algumas situações se especializar, através da produção de hortifrutigranjeiros, orgânicos, cereais, leite, carne (boi, frango, suíno, carneiro, peixe), ovos, mel, caldo de cana, morangos, ervilhas, viveiro de mudas, criação de pequenos animais, entre outros.

Assim como, agregar valor ao que produzem no campo através da fabricação de pães, biscoitos, doces, compotas, queijo, embutidos, entre outros, para a comercialização na feira, no comércio em geral ou diretamente ao consumidor. Ou então, através dos produtos que plantam, colhem e depois higienizam, cortam, embalam em pequenas porções e vendem no comércio local, como por exemplo, as hortaliças.

Quando transitamos pelas estradas da região, muitas vezes por falta de atenção não percebemos a existência das pequenas propriedades, que resistem como verdadeiras “ilhas” cercadas por médias e grandes propriedades que se especializaram em uma agricultura de exportação. No entanto, um pequeno produtor rural pode ser considerado um grande produtor

se produzir em grande quantidade, como por exemplo, morangos ou alface numa pequena área.

Em Campo Mourão, os pequenos produtores rurais existem e resistem, praticando uma agricultura familiar diversificada, podem utilizar o PRONAF, receber assistência técnica da EMATER, associar-se as cooperativas locais, tornar-se produtores integrados de uma empresa que abate frangos, ou comercializar seus produtos na Feira do Produtor Rural como alternativa de escoar a produção.

Como alternativa de permanência do pequeno agricultor familiar no campo, a pequena propriedade pode se transformar-se em uma área de pesque-pague ou adaptar-se para receber o chamado “turismo rural”. São opções dentro de todo um contexto de dominação do sistema capitalista, onde o pequeno produtor infelizmente precisa articular para se inserir no mercado local e regional.

Dessa forma, verifica-se que é viável economicamente a pequena propriedade no município, e justifica-se a implantação dos projetos de alternativas para a sobrevivência do pequeno produtor rural e de sua família no campo, como forma de resistência junto ao modo de produção capitalista.

A frase de Pereira Barreto “tudo quanto temos devemos à agricultura” nos faz refletir sobre a necessidade humana de produzir alimentos em grande quantidade, idéia difundida a partir da Revolução Verde, pois um país que não se preocupa com o alimento do seu povo, é sem dúvida um país sem futuro.

De fato, se conseguimos nos sentar a mesa todos os dias e realizar uma refeição completa, precisa-se agradecer a quem produziu o alimento que se consome nas urbes. Pois, são os produtores rurais que se encarregam de plantar e colher os alimentos que irão compor a cesta básica, dos moradores nos centros urbanos espalhados pelo país.

No Brasil, a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do país, como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno. Segundo dados do IBGE (Censo Agropecuário de 2006), a agricultura familiar ocupa 84,4% do total de estabelecimentos agropecuários.

Com a realização dessa pesquisa, esperamos contribuir com os estudos futuros sobre o município de Campo Mourão, pois não temos a pretensão de dar por encerrado este trabalho, mas sim pretendemos mostrar aos próximos pesquisadores o caminho para continuar trilhando e pesquisando sobre este tema.

## REFERÊNCIAS

- AGENDA 21 MIRIM. **Principais rios do município de Campo Mourão**. Campo Mourão, 2008.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Agricultura e capitalismo**. São Paulo: LECH, 1979. (Brasil Ontem e Hoje, v. 9).
- ASSUMPÇÃO, Clovis Edilberto d'. **Vocabulário agrário**. Curitiba: Open English House, 1996.
- ÁVILA, Jáder Libório de. **A COAMO e o desenvolvimento geoeconômico da região de Campo Mourão**. 2002. 213 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das “Frentes Pioneiras” no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, ano 15, n. 3, p. 335-84, jul./set. 1953.
- BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, ano 14, n. 4, p. 427-56, out./dez. 1952.
- BIGARELLA, João José. **Outrora fora assim!...** O Paraná de então!... 1948. 1 CD.
- BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.
- BOND, Rosana. **O caminho de Peabiru**. Campo Mourão: Kromoset, 1996.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.
- BRZEZINSKI, Francisco Irineu. **A futura capital**. Curitiba: Juruá, 1975.
- BUAINAIN, Antônio Márcio et al. Peculiaridades regionais da agricultura brasileira. In: FILHO, Hildo Meirelles de Souza; BATALHA, Mário Otávio (Org.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EDUFSCAR, 2005.
- CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; OLIVEIRA, Jackson Alano de. A agroecologia e as agroflorestas no contexto de uma agricultura sustentável. In: ALVES, Adilson Francelino et al. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Cecília Maria. **Atlas histórico do Paraná**. 2. ed. rev. e ampl. Curitiba: Chain, 1986.

CARTILHA DO PRONAF. **Plano safra da agricultura familiar: PRONAF 2006/2007.** Curitiba: FETAEP, 2006.

CAVINA, Romolo. **Introdução à economia rural brasileira.** São Paulo: Atlas, 1979.

COAMO. Disponível em: <<http://www.coamo.com.br/jornalcoamo/nov06/sustentabilidade.html>>. Acesso em: 08 jun. 2009.

CORADINI, Odacir Luiz; FREDERICQ, Antoinette. **Agricultura, cooperativas e multinacionais.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982. (Agricultura e Sociedade).

COSTA, Fábio Rodrigues da. **Impacto do uso do solo na qualidade da água do reservatório da Usina Hidrelétrica Mourão I.** 2005. 149 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

COSTA, Manoel Baltasar Baptista da; CAMPANHOLA, Clayton. **A agricultura alternativa no Estado de São Paulo.** Jaguariúna, SP: EMBRAPA – CNPMA, 1997. (Documentos, 7).

EL-KHATIB, Faissal. **História do Paraná.** 2. ed. Curitiba: Grafipar, 1969. 4 v.

EUMEDNET. **A origem das feiras.** Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/libreria/2004/lgsmem/32.htm>>. Acesso em: 04 maio 2008.

FAULIN, Evandro Jacóia; AZEVEDO, Paulo Furquim. Administração da compra de insumos na produção familiar. In: FILHO, Hildo Meirelles de Souza; BATALHA, Mário Otávio (Org.). **Gestão integrada da agricultura familiar.** São Carlos: EDUFSCAR, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13., 2002, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: AGB, 2002. Comunicação Coordenada. 1 CD.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária na América Latina. In: SADER, Emir; JINKINGS, Ivana (Org.). **Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe.** São Paulo: Boitempo, 2006, p. 46-52. v. 1.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios.** 3. ed. [S.l.]: Memória do Brasil, 1999.

FIGLIARESI, Evane Maria. **Estudo sobre a qualidade e a viabilidade econômica da produção leiteira de Campo Mourão.** 1999. 75 f. Monografia (Especialização) – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, Campo Mourão, 1999.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70.** Curitiba: Chain, 1988.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Estudos Brasileiros, v. 24).

HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. **Querência do Norte: uma experiência de colonização e reforma agrária no Noroeste Paranaense.** Maringá, Massoni, 2002.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **O binômio soja/trigo na modernização da agricultura do Paraná**: o caso dos municípios de Ubitatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu. 1990. 223 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1990.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Agroecologia: limites e perspectivas. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 31.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agrícola do Estado do Paraná – Santa Catarina**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 out. 2009.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Mesorregiões e microrregiões geográficas paranaenses**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/index.php>>. Acesso em: 17 abr. 2010.

KAGEYAMA, Angela. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. Ensaios e debates. **Revista Reforma Agrária**. ABRA, v. 23, n. 3, p. 5-15, set./dez. 1993.

LAMARCHE, Hughes (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Tradução de Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: UNICAMP, 1993. (Repertórios).

LARA, João Maria de. **Campo Mourão**: 100 anos do desbravamento (1903 – 2003) – Uma homenagem à família Pereira. Campo Mourão: Kromoset, 2003.

LAZIER, Hermógenes. **Paraná**: terra de todas as gentes e de muita história. 2. ed. Francisco Beltrão: Grafit, 2004.

LEINZ, Viktor; AMARAL, Sérgio Estanislau do. **Geologia geral**. 11. ed. rev. São Paulo: Nacional, 1989.

LEPSCH, Igo F. **Solos: formação e conservação**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1993. (Prisma).

MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

MARTINE, George; BESKOW, Paulo Roberto. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. (Farol do Saber).

MINEROPAR – MINERAIS DO PARANÁ S.A. **Unidades morfoestruturais do Paraná**. Disponível em: <<http://webgeo.pr.gov.br/mapserver/mineropar/geo.html>>. Acesso em: 21 abr. 2010.

MIYASAKA, Shiro; NAKAMURA, Yukio; OKAMOTO, Hiroto. **Agricultura natural**. 2. ed. Cuiabá, MT: SEBRAE, 1997. (Agroindústria, v. 6).

MIZOTE, Lidia Tomoco Miyagui (Org.). **Agenda 21 local de Campo Mourão: do projeto ao processo**. Campo Mourão: Kromoset, 2008.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MORO, Dalton Aureo. **Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no Norte do Paraná**. 1991. 353 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1991.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986. (Princípios, 52).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Caminhos da Geografia).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da geografia**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2005. (Caminhos da Geografia).

ONOFRE, Gisele Ramos. **Campo Mourão: colonização, uso do solo e impactos sócioambientais**. 2005. 206 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

PORTAL EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ. **Antigos caminhos do Paraná**. Disponível em: <<http://www.diaadia.pr.gov.br/tvpendrive/arquivos/Image/conteudos/imagens/geografia/4mapr.jpg>>. Acesso em: 22 fev. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO. Disponível em: <[http://www.campo Mourao.pr.gov.br/cidade/imagens\\_ci.php#1](http://www.campo Mourao.pr.gov.br/cidade/imagens_ci.php#1)>. Acesso em: 14 jun. 2008.

PROCÓPIO, Elóide Fátima Fiorese. **Campo Mourão: a participação dos migrantes sulistas na produção da soja a partir dos anos 1960.** 2007. 15 f. Artigo Final (PDE) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

RUSCHI, Augusto. **Agroecologia.** Brasília: Horizonte, 1978.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná.** 1991. 361 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1991.

SERRA, Elpídio. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. **Boletim de Geografia.** Maringá: UEM, ano 10, n. 1, dez. 1992.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. Administração Regional do Estado do Paraná. **Trabalhador na agricultura orgânica: informações básicas.** Curitiba-PR: SENAR, 2002.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982. (Agricultura e Sociedade).

SIMIONATO, Edina Conceição. **Campo Mourão: sua gente... sua história.** Campo Mourão: Kromoset, 1996.

SIMIONATO, Edina Conceição. **Campo Mourão: sua gente... sua história.** 3. ed. rev. e ampl. Campo Mourão: Kromoset, 2008.

SORIANO, Sara Monica Pitot de. **Expropriação e violência: a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra (Campo Mourão: 1946-1964).** 2002. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná: do século XVI à década de 1950.** Londrina: Eduel, 2002.

TAVARES, Vania Porto; CONSIDERA, Cláudio Monteiro; SILVA, Maria Thereza L. L. de Castro e. **Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na região amazônica.** 2. ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

TEDESCO, João Carlos. Contratualização e racionalidade familiar. In: \_\_\_\_\_. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

VEIGA, Pedro da. **Campo Mourão: centro do progresso.** Maringá: Bertoni, 1999.

WAIBEL, Leo H. As zonas pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro: IBGE, ano 17, n. 4, p. 389-422, out./dez. 1955.

WESTPHALEN, Cecília Maria et al. Ocupação do Paraná. In: **Cadernos de migração.** Centro de Estudos Migratórios. v. 3, 1988.

WONS, Iaroslav. **Geografia do Paraná: com fundamentos de geografia geral.** 6. ed. atual. e aum. Curitiba: Ensino Renovado, 1994.

YOKOO, Edson Noriyuki. **Terra de negócio:** estudo da colonização no Oeste Paranaense. 2002. 176 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

YOKOO, Edson Noriyuki. Processo da dinâmica das frentes de ocupação territorial e da paisagem agrária na mesorregião centro-ocidental paranaense. In: ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. EPCT, 4., 2009, Campo Mourão. **Anais...** Campo Mourão: FECILCAM, 2009. 1 CD-ROM.

ZUIN, Luís Fernando Soares; ZUIN, Poliana Bruno. **Produção de alimentos tradicionais:** extensão rural. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2008.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A – ENTREVISTA EMATER

Dissertação de Mestrado na UEM sobre: Agricultura Familiar no Município de Campo Mourão

Situação/Posição do Pequeno Proprietário Rural no Município de Campo Mourão

(Obs.: pequena propriedade em Campo Mourão – menos de vinte hectares)

### EMATER

- Assistência/orientação dada aos pequenos proprietários
- Programas de financiamentos: quais são e quantos são beneficiados?
- Funcionamento/adesão dos pequenos à feira do produtor
- Como é dada a orientação técnica para a produção de orgânicos

Campo Mourão, 02 de junho de 2009.

Márcia Lúcia da Cruz

## APÊNDICE B – ENTREVISTA COAMO

Dissertação de Mestrado na UEM sobre: Agricultura Familiar no Município de Campo Mourão

Situação/Posição do Pequeno Proprietário Rural no Município de Campo Mourão

(Obs.: pequena propriedade em Campo Mourão – menos de vinte hectares)

### COAMO

- Número de associados da Cooperativa
- Número de associados que têm menos de vinte hectares
- Número de associados da Cooperativa no município de Campo Mourão
- Número de associados considerados pequenos proprietários em Campo Mourão
- Produção entregue à Cooperativa (volumes) por proprietários de Campo Mourão
- Produção entregue apenas pelos pequenos proprietários
- Produtos entregues apenas pelos pequenos proprietários
- Tipo/forma de assistência (técnica e outras) prestada pela Cooperativa aos pequenos

Campo Mourão, 08 de junho de 2009.

Márcia Lúcia da Cruz

## **APÊNDICE C – ENTREVISTA COOPERMIBRA**

Dissertação de Mestrado na UEM sobre: Agricultura Familiar no Município de Campo Mourão

Situação/Posição do Pequeno Proprietário Rural no Município de Campo Mourão

(Obs.: pequena propriedade em Campo Mourão – menos de vinte hectares)

### **COOPERMIBRA**

- Número de associados da Cooperativa
- Número de associados que têm menos de vinte hectares
- Número de associados da Cooperativa no município de Campo Mourão
- Número de associados considerados pequenos proprietários em Campo Mourão
- Produção entregue à Cooperativa (volumes) por proprietários de Campo Mourão
- Produção entregue apenas pelos pequenos proprietários
- Produtos entregues apenas pelos pequenos proprietários
- Tipo/forma de assistência (técnica e outras) prestada pela Cooperativa aos pequenos

Campo Mourão, 19 de junho de 2009.

Márcia Lúcia da Cruz

## APÊNDICE D – ENTREVISTA COPROLEITE

Dissertação de Mestrado na UEM sobre: Agricultura Familiar no Município de Campo Mourão

Situação/Posição do Pequeno Proprietário Rural no Município de Campo Mourão

(Obs.: pequena propriedade em Campo Mourão – menos de vinte hectares)

### COPROLEITE

- Número de associados (pequenos e grandes) e número de associados (apenas pequenos)
- Volumes entregues pelos pequenos
- Média de produção leiteira dos pequenos
- Quanto a cooperativa paga pelo litro de leite para o grande e para o pequeno produtor
- Quando são feitos os pagamentos? (todos os meses, de quinze em quinze dias?)
- Relação da cooperativa com o pequeno produtor: tipo de assistência, orientação...
- Produção leiteira é suficiente para manter a pequena propriedade?

Campo Mourão, 02 de junho de 2009.

Márcia Lúcia da Cruz

## APÊNDICE E – ENTREVISTA PEQUENOS PRODUTORES RURAIS

Dissertação de Mestrado na UEM sobre: Agricultura Familiar no Município de Campo Mourão

Situação/Posição do Pequeno Proprietário Rural no Município de Campo Mourão

(Obs.: pequena propriedade em Campo Mourão – menos de vinte hectares)

- 1- Nome do proprietário:
- 2- Nome e localização da propriedade:
- 3- Qual o tamanho (área) da propriedade?
- 4- Há quantos anos mora ali?
- 5- Qual o número total de membros da família? E, a origem?
- 6- Todos moram e trabalham na propriedade?
- 7- Alguém da família trabalha fora da propriedade para complementar à renda? Quem? Onde?
- 8- Possui empregados? Quantos?
- 9- Possui maquinários? Quantos? Tipo?
- 10- Qual o produto (espécie) obtido na propriedade?
- 11- Qual a produção (quantidade) obtida na propriedade?
- 12- A produção é suficiente para manter a propriedade?
- 13- Participa da Feira do Produtor Rural de Campo Mourão?
- 14- Como é realizada a comercialização da produção? Onde?
- 15- É produtor rural associado? A qual Cooperativa?
- 16- É produtor rural integrado? A qual empresa?
- 17- É produtor rural independente?
- 18- Recebe orientação ou assistência técnica? Qual? Quando?
- 19- Possui programas de financiamento? Quantos? Quais?
- 20- Qual a renda mensal ou anual da propriedade?

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO:

Eu, ..... concordo livremente em participar das atividades de pesquisa. E, que as respostas desta entrevista sejam utilizadas no documento final da pesquisa, podendo ser divulgadas ou publicadas pela pesquisadora.

Campo Mourão, ..... de ..... de 2009.